

Orientação Jurisprudencial nº 1 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. Ação CAUTELAR INCIDENTAL. PLANOS ECONÔMICOS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 405) - DJ

22.08.2005Tese: Procede o pedido de cautelar incidental somente se o autor da ação rescisória, fundada no art. 485, inciso V, do CPC, invocar na respectiva petição inicial afronta ao art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 1 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. COMPLEMENTAÇÃO. INDEVIDA.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: A rescisão contratual operada antes da vigência da Constituição Federal de 1988, com o pagamento da multa sobre os depósitos do FGTS no percentual de 10%, é ato jurídico perfeito, não se admitindo retroatividade. Assim, indevido o deferimento da complementação, a título de diferenças de multa do FGTS, do percentual de 30%, referente ao período do primeiro contrato rescindido e pago de acordo com a norma vigente à época. (Lei nº 5.107/66, art. 6º).Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 1 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. RÉU SINDICATO. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". ADMITIDA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 110 da SBDI-2) - DJ 29.04.2003.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 1 do TST

PRECATÓRIO. CRÉDITO TRABALHISTA. PEQUENO VALOR. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37/02.

Observação: DJ 09.12.2003Tese: Há dispensa da expedição de precatório, na forma do art. 100, § 3º, da CF/1988, quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional nº 37/02, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 1 do TST

ACORDO COLETIVO. DESCUMPRIMENTO. EXISTÊNCIA DE Ação PRÓPRIA. ABUSIVIDADE DA GREVE DEFLAGRADA PARA SUBSTITUÍ-LA.

Observação: (cancelada) - DJ 22.06.2004Tese: O ordenamento legal vigente assegura a via da ação de cumprimento para as hipóteses de inobservância de norma coletiva em vigor, razão pela qual é abusivo o movimento grevista deflagrado em substituição ao meio pacífico próprio para a solução do conflito.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 2 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. CABÍVEL.

Observação: (mantida a redação na sessão do Tribunal Pleno realizada em 26.06.2008) § Res. 148/2008, DJ 04 e 07.07.2008 - Republicada DJ 08, 09 e 10.07.2008Tese: Viola o art. 192 da CLT decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração do empregado.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 2 do TST
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. MESMO NA VIGÊNCIA DA CF/1988: SALÁRIO MÍNIMO.
Observação: (cancelada) § Res. 148/2008, DJ 04 e 07.07.2008 - Republicada DJ 08, 09 e 10.07.2008Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 2 do TST
CSN. LICENÇA REMUNERADA.
Observação: (inserida em 02.10.1997)Tese: É devido o valor das horas extras até então habitualmente prestadas.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 2 do TST
PRECATÓRIO. REVISÃO DE CÁLCULOS. LIMITES DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TRT.
Observação: DJ 09.12.2003Tese: O pedido de revisão dos cálculos, em fase de precatório, previsto no art. 1º-E da Lei nº 9.494/97, apenas poderá ser acolhido desde que: a) o requerente aponte e especifique claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto, pois do contrário a incorreção torna-se abstrata; b) o defeito nos cálculos esteja ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e c) o critério legal aplicável ao débito não tenha sido objeto de debate nem na fase de conhecimento, nem na fase de execução.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 2 do TST
ACORDO HOMOLOGADO. EXTENSÃO A PARTES NÃO SUBSCREVENTES. INVIABILIDADE.
Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: É inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT. Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 3 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE MÉRITO REQUERIDA EM FASE RECURSAL. RECEBIMENTO COMO MEDIDA ACAUTELATÓRIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.906 E REEDIÇÕES.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 405) - DJ 22.08.2005Tese: Em face do que dispõe a Medida Provisória nº 1.906 e reedições, é recebido como medida acautelatória em ação rescisória o pedido de antecipação de tutela formulado por entidade pública em recurso ordinário, visando a suspender a execução até o trânsito em julgado da decisão proferida na ação principal.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 3 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO, NA VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 2.351/87: PISO NACIONAL DE SALÁRIOS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 33 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 3 do TST

SUMULA Nº 337. INAPLICABILIDADE.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: A Súmula nº 337 do TST é inaplicável a recurso de revista interposto anteriormente à sua vigência.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 3 do TST

PRECATÓRIO. SEQUESTRO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30/00. PRETERIÇÃO. ADIN 1662-8. ART. 100, § 2º, DA CF/1988.

Observação: DJ 09.12.2003Tese: O sequestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela não se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não-pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 3 do TST

ARRESTO. APREENSÃO. DEPÓSITO. PRETENSÕES INSUSCETÍVEIS DE DEDUÇÃO EM SEDE COLETIVA.

Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: São incompatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 4 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. BANCO DO BRASIL. ADICIONAL DE CARÁTER PESSOAL. ACP.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Procede, por ofensa ao art. 5º, inciso XXXVI, da CF/88, o pedido de rescisão de julgado que acolheu Adicional de Caráter Pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil S.A.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 4 do TST

MINERAÇÃO MORRO VELHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ACORDO COLETIVO. PREVALÊNCIA.

Observação: (cancelada) ; Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011Tese: O acordo coletivo estabelecido com a Mineração Morro Velho sobrepõe-se aos comandos da lei, quando as partes, com o propósito de dissipar dúvidas e nos exatos limites de seu regular direito de negociação, livremente acordaram parâmetros para a base de cálculo do adicional de insalubridade. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 4 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO DE TRT. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Observação: DJ 17.03.2004Tese: Ao Tribunal Superior do Trabalho não compete apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado em face de decisão de TRT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 4 do TST

DISPUTA POR TITULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Observação: (cancelada) - DJ 18.10.2006Tese: A disputa intersindical pela representatividade de certa categoria refoge ao âmbito da competência material da Justiça do Trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 4 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIXO URBANO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula Nº 448) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 5 do TST

DISSÍDIO COLETIVO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. POSSIBILIDADE JURÍDICA. CLÁUSULA DE NATUREZA SOCIAL.

Observação: (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) ¿ Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012Tese: Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 206/2010.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 5 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. BANCO DO BRASIL. AP E ADI. HORAS EXTRAS. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não se acolhe pedido de rescisão de julgado que deferiu a empregado do Banco do Brasil S.A. horas extras após a sexta, não obstante o pagamento dos adicionais AP e ADI, ou AFR quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial nº 17, da Seção de Dissídios Individuais do TST (07.11.94). Incidência das Súmulas nºs 83 do TST e 343 do STF.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 5 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 364) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 5 do TST

SERVITA. BONIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE E PRODUTIVIDADE PAGA SEMANALMENTE. REPERCUSSÃO NO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O valor das bonificações de assiduidade e produtividade, pago semanalmente e em caráter permanente pela empresa Servita, visando incentivar o melhor rendimento dos empregados, possui natureza salarial, repercutindo no cálculo do repouso semanal remunerado.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 5 do TST

RECURSO ORDINÁRIO. CABIMENTO

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 70 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Não cabe recurso ordinário contra decisão em agravo regimental interposto em reclamação correicional ou em pedido de providência. (ex-OJ nº 70 - inserida em 13.09.94)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 6 do TST

DISSÍDIO COLETIVO. NATUREZA JURÍDICA. IMPRESCINDIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA DE TRABALHADORES E NEGOCIAÇÃO PRÉVIA.

Observação: (cancelada pela SDC em sessão de 10.08.2000, no julgamento do RODC 604502/1999-8) - DJ 23.03.2001Tese: O dissídio coletivo de natureza jurídica não prescinde da autorização da categoria, reunida em assembléia, para legitimar o sindicato próprio, nem da etapa negocial prévia para buscar solução de consenso.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 6 do TST

PRECATÓRIO. EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO IMPOSTA PELO TÍTULO JUDICIAL EXEQÜENDO À DATA DO ADVENTO DA LEI Nº 8.112, DE 11.12.1990.

Observação: DJ 25.04.2007Tese: Em sede de precatório, não configura ofensa à coisa julgada a limitação dos efeitos pecuniários da sentença condenatória ao período anterior ao advento da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, em que o exeqüente submetia-se à legislação trabalhista, salvo disposição expressa em contrário na decisão exeqüenda.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 6 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CIPEIRO SUPLENTE. ESTABILIDADE. ADCT DA CF/88, ART. 10, II, "A". SÚMULA Nº 83 DO TST.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005Tese: Rescinde-se o julgado que nega estabilidade a membro suplente de CIPA, representante de empregado, por ofensa ao art. 10, II, "a", do ADCT da CF/88, ainda que se cuide de decisão anterior à Súmula nº 339 do TST. Incidência da Súmula nº 83 do TST.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 6 do TST

ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 60) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 6 do TST

ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE. DECISÃO NORMATIVA. VIGÊNCIA. LIMITAÇÃO.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: O adicional de produtividade previsto na decisão normativa, proferida nos autos do Dissídio Coletivo nº DC-TST 6/79, tem sua eficácia limitada à vigência do respectivo instrumento normativo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 7 do TST

DISSÍDIO COLETIVO. NATUREZA JURÍDICA. INTERPRETAÇÃO DE NORMA DE CARÁTER GENÉRICO. INVIABILIDADE.

Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico, a teor do disposto no art. 313, II, do RITST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 7 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA. CRIAÇÃO DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. NA OMISSÃO DA LEI, É FIXADA PELO ART. 678, INC. I, "C", ITEM 2, DA CLT.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005Tese: A Lei nº 7.872/89 que criou o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região não fixou a sua competência para apreciar as ações rescisórias de decisões oriundas da 1ª Região, o que decorreu do art. 678, I, "c", item 2, da CLT.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 7 do TST

ADVOGADO. ATUAÇÃO FORA DA SEÇÃO DA OAB ONDE O ADVOGADO ESTÁ INSCRITO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. (LEI Nº 4.215/1963, § 2º, ART. 56). INFRAÇÃO DISCIPLINAR. NÃO IMPORTA NULIDADE.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: A despeito da norma então prevista no artigo 56, § 2º, da Lei nº 4.215/63, a falta de comunicação do advogado à OAB para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição não importa nulidade dos atos praticados, constituindo apenas infração disciplinar, que cabe àquela instituição analisar.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 7 do TST

BANRISUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ADI E CHEQUE-RANCHO. NÃO INTEGRAÇÃO.

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 8 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005, DJ 22.08.2005Tese: As parcelas ADI e cheque-rancho não integram a complementação de aposentadoria dos empregados do Banrisul. (ex-OJ Transitória nº 8 da SDI-1 - inserida em 19.10.00)Situação:

ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 7 do TST

JUROS DE MORA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.

Observação: (nova redação) § Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 Tese: I - Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora segundo os seguintes critérios:

a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177, de 01.03.1991;

b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, introduzido pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24.08.2001.

II - A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960, de 29.06.2009.

III - A adequação do montante da condenação deve observar essa limitação legal, ainda que em sede de precatório. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 8 do TST

DISSÍDIO COLETIVO. PAUTA REIVINDICATÓRIA NÃO REGISTRADA EM ATA. CAUSA DE EXTINÇÃO.

Observação: (inserida em 27.03.1998) Tese: A ata da assembléia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 8 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANESPA. SÚMULA Nº 83 DO TST.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005 Tese: Não se rescinde julgado que acolheu pedido de complementação de aposentadoria integral em favor de empregado do BANESPA, antes da Súmula nº 313 do TST, em virtude da notória controvérsia jurisprudencial então reinante.

Incidência da Súmula nº 83 do TST. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 8 do TST

PRECATÓRIO. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. REMESSA NECESSÁRIA. NÃO CABIMENTO.

Observação: DJ 25.04.2007 Tese: Em sede de precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se aplica o disposto no art. 1º, V, do Decreto-Lei nº 779, de 21.08.1969, em que se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável a ente público. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 8 do TST

BANRISUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CHEQUE-RANCHO. NÃO INTEGRAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à redação da Orientação

Jurisprudencial Transitória nº 7 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese:

undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 8 do TST

ALÇADA. AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO SE APLICA A ALÇADA EM AÇÃO RESCISÓRIA.

Observação: cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 365) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 9 do TST

ENQUADRAMENTO SINDICAL. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: O dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria - enquadramento sindical - envolve a interpretação de norma genérica, notadamente do art. 577 da CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 9 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CONAB. AVISO DIREH 2/84. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não se rescinde julgado que reconheceu garantia de emprego com base no Aviso DIREH 02/84 da Conab, antes da Súmula nº 355 do TST, em virtude da notória controvérsia jurisprudencial então reinante. Incidência da Súmula nº 83 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 9 do TST

BNCC. GARANTIA DE EMPREGO. NÃO ASSEGURADA.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: O Regulamento do BNCC não garante a estabilidade ao empregado nos moldes daquela prevista na CLT, mas apenas a garantia no emprego, ou seja, a garantia contra a despedida imotivada.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 9 do TST

ALÇADA. DECISÃO CONTRÁRIA À ENTIDADE PÚBLICA. CABÍVEL A REMESSA DE OFÍCIO.

DECRETO-LEI Nº 779/69 E LEI Nº 5.584/70.

Observação: (cancelada em decorrência da redação da Súmula nº 303) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Tratando-se de decisão contrária à entidade pública, cabível a remessa de ofício mesmo de processo de alçada.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 9 do TST

PRECATÓRIO. PEQUENO VALOR. INDIVIDUALIZAÇÃO DO CRÉDITO APURADO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PLÚRIMA. EXECUÇÃO DIRETA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE.

Observação: DJ 25.04.2007Tese: Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da CF/88, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 10 do TST

GREVE ABUSIVA NÃO GERA EFEITOS.

Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: É incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 10 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRATO NULO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS. ART. 37, II E § 2º, DA CF/88.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Somente por ofensa ao art. 37, II e § 2º, da CF/88, procede o pedido de rescisão de julgado para considerar nula a contratação, sem concurso público, de servidor, após a CF/88.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 10 do TST

BNCC. JUROS. SÚMULA Nº 304 DO TST. INAPLICÁVEL.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: A extinção do BNCC não foi decretada pelo Banco Central mas por deliberação de seus acionistas. Portanto, inaplicável a Súmula nº 304 do TST e, em seus débitos trabalhistas, devem incidir os juros de mora.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 10 do TST

ALÇADA. MANDADO DE SEGURANÇA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 365) -Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Não se aplica a alçada em mandado de segurança.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 10 do TST

PRECATÓRIO. PROCESSAMENTO E PAGAMENTO. NATUREZA ADMINISTRATIVA. MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO.

Observação: DJ 25.04.2007Tese: É cabível mandado de segurança contra atos praticados pela Presidência dos Tribunais Regionais em precatório em razão de sua natureza administrativa, não se aplicando o disposto no inciso II do art. 5º da Lei nº 1.533, de 31.12.1951.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 11 do TST

GREVE. IMPRESCINDIBILIDADE DE TENTATIVA DIRETA E PACÍFICA DA SOLUÇÃO DO CONFLITO. ETAPA NEGOCIAL PRÉVIA.

Observação: (inserida em 27.03.1998)Tese: É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 11 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 7.596/87. UNIVERSIDADES FEDERAIS. IMPLANTAÇÃO TARDIA DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS. VIOLAÇÃO DE LEI. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não se rescinde julgado que acolhe pedido de correção monetária decorrente da implantação tardia do Plano de Classificação de Cargos de Universidade Federal previsto na Lei nº 7.596/87, à época em que era controvertida tal matéria na jurisprudência. Incidência da Súmula nº 83 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 11 do TST

ALÇADA. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. DUPLO GRAU. RECORRIBILIDADE. O ART. 5º, INC. LV E O ART. 7º, INC. IV, DA CF/1988 NÃO REVOGARAM O ART. 2º, § 4º, DA LEI Nº 5.584/70.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 356) - Res. 75/1997, DJ 19.12.1997.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 11 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CEAGESP.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: Para o empregado se beneficiar da aposentadoria integral, prevista no § 1º do art. 16 do Regulamento Geral nº 1/63, da CEAGESP, o empregado deverá contar com 30 anos ou mais de efetivo serviço à CEAGESP.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 11 do TST

RECURSO EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PRAZO. ÓRGÃO COLEGIADO. OITO DIAS. ART. 6º DA LEI Nº 5.584, DE 26.06.1970.

Observação: DJ 25.04.2007Tese: Se não houver norma específica quanto ao prazo para interposição de recurso em matéria administrativa de decisão emanada de órgão Colegiado do Tribunal Regional do Trabalho, aplica-se, por analogia, a regra geral dos prazos adotados na Justiça do Trabalho, ou seja, oito dias, conforme estabelecido no art. 6º da Lei nº 5.584, de 26.06.1970. O prazo de dez dias a que alude o art. 59 da Lei nº 9.784, de 29.01.1999, aplica-se somente à interposição de recursos de decisões prolatadas monocraticamente.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 12 do TST

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA. ILEGITIMIDADE ATIVA "AD CAUSAM" DO SINDICATO PROFISSIONAL QUE DEFLAGRA O MOVIMENTO.

Observação: (cancelada) - Res. 166/2010, DEJT divulgado em 30.04.2010 e 03 e 04.05.2010Tese: Não se legitima o Sindicato profissional a requerer judicialmente a qualificação legal de movimento paredista que ele próprio fomentou.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 12 do TST

ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/85. EFEITOS FINANCEIROS DA PROMULGAÇÃO.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Os efeitos

financeiros decorrentes da anistia concedida pela Emenda Constitucional nº 26/85 contam-se desde a data da sua promulgação.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 12 do TST

CSN. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. SALÁRIO COMPLESSIVO. PREVALÊNCIA DO ACORDO COLETIVO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade embutido no salário contratual dos empregados da CSN não caracteriza a complessividade salarial, uma vez que essa forma de pagamento decorre de acordo coletivo há muitos anos em vigor.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 12 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. CONSUMAÇÃO ANTES OU DEPOIS DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.577/97. AMPLIAÇÃO DO PRAZO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ¶ Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016Tese: I - A vigência da Medida Provisória nº 1.577/97 e de suas reedições implicou o elastecimento do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória a favor dos entes de direito público, autarquias e fundações públicas. Se o biênio decadencial do art. 495 do CPC de 1973 findou após a entrada em vigor da referida medida provisória e até sua suspensão pelo STF em sede liminar de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 1753-2), tem-se como aplicável o prazo decadencial elastecido à rescisória. (ex-OJ nº 17 da SDI-2 - inserida em 20.09.00)

II - A regra ampliativa do prazo decadencial para a propositura de ação rescisória em favor de pessoa jurídica de direito público não se aplica se, ao tempo em que sobreveio a Medida Provisória nº 1.577/97, já se exaurira o biênio do art. 495 do CPC. Preservação do direito adquirido da parte à decadência já consumada sob a égide da lei velha. (ex-OJ nº 12 da SDI-2 - inserida em 20.09.00)Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 12 do TST

PRECATÓRIO. PROCEDIMENTO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DO PRESIDENTE DO TRT PARA DECLARAR A INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXEQUENDO.

Observação: DEJT divulgado em 16, 17 e 20.09.2010Tese: O Presidente do TRT, em sede de precatório, não tem competência funcional para declarar a inexigibilidade do título judicial exequendo, com fundamento no art. 884, § 5º, da CLT, ante a natureza meramente administrativa do procedimento. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 13 do TST

LEGITIMAÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL. ASSEMBLÉIA DELIBERATIVA. "QUORUM" DE VALIDADE. ART. 612 DA CLT.

Observação: (cancelada) - DJ 24.11.2003Tese: Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, subordina-se a validade da assembléia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses à observância do "quorum" estabelecido no art. 612 da CLT.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 13 do TST

PRECATÓRIO. QUEBRA DA ORDEM DE PRECEDÊNCIA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO DO EXEQUENTE NA ORDEM CRONOLÓGICA. SEQUESTRO INDEVIDO.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 19.12.2019, pela Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e

02.07.2025Tese: É indevido o sequestro de verbas públicas quando o exequente/requerente não se encontra em primeiro lugar na lista de ordem cronológica para pagamento de precatórios ou quando não demonstrada essa condição. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 13 do TST

APPA. DECRETO-LEI Nº 779, DE 21.08.1969. DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS. NÃO ISENÇÃO.

Observação: (mantida conforme decidido no julgamento do processo TST-AgR-E-RR

148500-29.2004.5.09.0022 pelo Tribunal Pleno em 22.08.2016)Tese: A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, vinculada à Administração Pública indireta, não é isenta do recolhimento do depósito recursal e do pagamento das custas processuais por não ser beneficiária dos privilégios previstos no Decreto-Lei n.º 779, de 21.08.1969, ante o fato de explorar atividade econômica com fins lucrativos, o que descaracteriza sua natureza jurídica, igualando-a às empresas privadas.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 13 do TST

CSN. LICENÇA REMUNERADA. AVISO PRÉVIO. CONCOMITÂNCIA. POSSIBILIDADE.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: Devido às circunstâncias especialíssimas ocorridas na CSN (Próspera), considera-se válida a concessão de aviso prévio durante o período da licença remunerada.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 13 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. "DIES AD QUEM". ART. 775 DA CLT. APLICÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ

22.08.2005Tese: Prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense. Aplicação do art. 775 da CLT.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 14 do TST

AVISO PRÉVIO CUMPRIDO EM CASA. VERBAS RESCISÓRIAS. PRAZO PARA PAGAMENTO.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025Tese: Em caso de aviso prévio cumprido em

casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 14 do TST

DEFENSORIA PÚBLICA. OPÇÃO PELA CARREIRA.

Observação: (inserida em 19.10.2000)Tese: Servidor investido na função de defensor público até a data em que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte tem direito à opção pela carreira,

independentemente de realização de concurso público (celetista ou estatutário), bastando que a opção tenha sido feita até a data supra. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 14 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. "DIES A QUO". RECURSO INTEMPESTIVO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - Res.

109/2001, DJ 18.04.2001 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 14 do TST

SINDICATO. BASE TERRITORIAL EXCEDENTE DE UM MUNICÍPIO. OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DE MÚLTIPLAS ASSEMBLÉIAS.

Observação: (cancelada) - DJ 02.12.2003 Tese: Se a base territorial do Sindicato representativo da categoria abrange mais de um Município, a realização de assembléia deliberativa em apenas um deles inviabiliza a manifestação de vontade da totalidade dos trabalhadores envolvidos na controvérsia, pelo que conduz à insuficiência de "quorum" deliberativo, exceto quando particularizado o conflito. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 15 do TST

SINDICATO. LEGITIMIDADE "AD PROCESSUM". IMPRESCINDIBILIDADE DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO.

Observação: (inserida em 27.03.1998) Tese: A comprovação da legitimidade "ad processum" da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 15 do TST

BANCÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO SUPERIOR A 1/3 E INFERIOR AO VALOR CONSTANTE DE NORMA COLETIVA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ÀS 7ª E 8ª HORAS. DIREITO À DIFERENÇA DO ADICIONAL, SE E QUANDO PLEITEADA

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 102) - Res.

129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 15 do TST

ENERGIPE. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. INCORPORAÇÃO ANTERIOR À CF/88. NATUREZA SALARIAL.

Observação: (inserida em 19.10.2000) Tese: A parcela participação nos lucros, incorporada ao salário do empregado anteriormente à CF/88, possui natureza salarial e gera reflexos em todas as verbas salariais. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 15 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. DUAS DECISÕES RESCINDENDAS.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - Res.

109/2001, DJ 18.04.2001 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 16 do TST

BANCO DO BRASIL. ACP. ADICIONAL DE CARÁTER PESSOAL. INDEVIDO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A isonomia de vencimentos entre servidores do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil, decorrente de sentença normativa, alcançou apenas os vencimentos e vantagens de caráter permanente. Dado o caráter personalíssimo do Adicional de Caráter Pessoal - ACP e não integrando a remuneração dos funcionários do Banco do Brasil, não foi ele contemplado na decisão normativa para efeitos de equiparação à tabela de vencimentos do Banco Central do Brasil.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 16 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.756/98 E ANTERIORMENTE À EDIÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/99 DO TST. TRASLADO DE PEÇAS. OBRIGATORIEDADE.

Observação: (inserida em 13.02.2001)Tese: Não há como dizer que a exigência de traslado de peças necessárias ao julgamento de ambos os recursos (o agravo e o recurso principal) somente se tornou obrigatória após a edição da Instrução Normativa nº 16/99, pois trata-se apenas de meio destinado à interpretação acerca das novas exigências que se tornaram efetivas a partir da vigência da Lei nº 9.756/98.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 16 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ 22.08.2005Tese: A exceção de incompetência, ainda que oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, não tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 16 do TST

TAXA DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ILEGALIDADE.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025Tese: É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 17 do TST

BANCO DO BRASIL. AP E ADI.

Observação: Inserida em 07.11.1994.Tese: Os adicionais AP, ADI ou AFR, somados ou considerados isoladamente, sendo equivalentes a 1/3 do salário do cargo efetivo (art. 224, § 2º, da CLT), excluem o empregado ocupante de cargo de confiança do Banco do Brasil da jornada de 6 horas.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 17 do TST
AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.756/1998. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

Observação: (inserida em 13.02.2001) Tese: Para comprovar a tempestividade do recurso de revista, basta a juntada da certidão de publicação do acórdão dos embargos declaratórios opostos perante o Regional, se conhecidos. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 17 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. NÃO-CONSUMAÇÃO ANTES DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.577/97. AMPLIAÇÃO DO PRAZO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 12 da SBDI-II) - DJ 22.08.2005 Tese: A vigência da Medida Provisória nº 1.577/97 e de suas reedições implicou o elastecimento do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória a favor dos entes de direito público, autarquias e fundações públicas. Se o biênio decadencial do art. 495 do CPC findou após a entrada em vigor da referida medida provisória e até sua suspensão pelo STF em sede liminar de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 1753-2), tem-se como aplicável o prazo decadencial elastecido à rescisória. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 17 do TST
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS.

Observação: (mantida) - DEJT divulgado em 25.08.2014 Tese: As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 18 do TST
DESCONTOS AUTORIZADOS NO SALÁRIO PELO TRABALHADOR. LIMITAÇÃO MÁXIMA DE 70% DO SALÁRIO BASE.

Observação: (inserida em 25.05.1998) Tese: Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 18 do TST
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO DO BRASIL.

Observação: (redação do item I alterada em decorrência do julgamento dos processos TST-IUJ E-ED-RR-301900-52.2005.5.09.0661 e ERR 119900-56.1999.5.04.0751) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. Tese: I - O valor das horas extras integra a remuneração do empregado para o cálculo da complementação de aposentadoria, desde que sobre ele incida a contribuição à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, observado o respectivo regulamento no tocante à integração.

II - Os adicionais AP e ADI não integram o cálculo para a apuração do teto da complementação de aposentadoria; (ex-OJ nº 21 da SDI-1 - inserida em 13.02.1995)

III - No cálculo da complementação de aposentadoria deve-se observar a média trienal; (ex-OJs nºs 19 e 289 ambas da SDI-1 - inseridas respectivamente em 05.06.95 e 11.08.2003)

IV - A complementação de aposentadoria proporcional aos anos de serviço prestados exclusivamente ao Banco do Brasil somente se verifica a partir da Circular Funci nº 436/63; (ex-OJ nº 20 da SDI-1 - inserida em 13.02.1995)

V - O telex DIREC do Banco do Brasil nº 5003/1987 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina. (ex-OJ nº 136 da SDI-1 - inserida em 27.11.1998)

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 18 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.756/98. PEÇA INDISPENSÁVEL. CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO REGIONAL. NECESSÁRIA A JUNTADA, SALVO SE NOS AUTOS HOUVER ELEMENTOS QUE ATSTEM A TEMPESTIVIDADE DA REVISTA.

Observação: (inserida em 13.02.2001)Tese: A certidão de publicação do acórdão regional é peça essencial para a regularidade do traslado do agravo de instrumento, porque imprescindível para aferir a tempestividade do recurso de revista e para viabilizar, quando provido, seu imediato julgamento, salvo se nos autos houver elementos que atestem a tempestividade da revista.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 18 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. UNIÃO. LEI COMPLEMENTAR Nº 73/93, ART. 67. LEI Nº 8.682/93, ART. 6º.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: O art. 67 da Lei Complementar nº 73/93 interrompeu todos os prazos, inclusive o de decadência, em favor da União no período compreendido entre 14.02.93 e 14.08.93.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 19 do TST

DISSÍDIO COLETIVO CONTRA EMPRESA. LEGITIMAÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL. AUTORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NO CONFLITO.

Observação: (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010Tese: A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 19 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. MÉDIA TRIENAL

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 19 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.756/98. PEÇAS DISPENSÁVEIS À COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DESNECESSÁRIA A JUNTADA.

Observação: (inserida em 13.02.2001)Tese: Mesmo na vigência da Lei nº 9.756/98, a ausência de peças desnecessárias à compreensão da controvérsia, ainda que relacionadas no inciso I do § 5º do art. 897 da CLT, não implica o não-conhecimento do agravo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 19 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DESLIGAMENTO INCENTIVADO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO PECUNIÁRIO. VIOLAÇÃO DE LEI. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Havendo notória controvérsia jurisprudencial acerca da incidência de imposto de renda sobre parcela paga pelo empregador ("abono pecuniário") a título de "desligamento incentivado", improcede pedido de rescisão do julgado. Incidência da Súmula nº 83 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 20 do TST

EMPREGADOS SINDICALIZADOS. ADMISSÃO PREFERENCIAL. CONDIÇÃO VIOLADORA DO ART. 8º, V, DA CF/88.

Observação: (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010Tese: Viola o art. 8º, V, da CF/1988 cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 20 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS.

Observação: (inserida em 13.02.2001)Tese: Para aferição da tempestividade do AI interposto pelo Ministério Público, desnecessário o traslado da certidão de publicação do despacho agravado, bastando a juntada da cópia da intimação pessoal na qual conste a respectiva data de recebimento (Lei Complementar nº 75/93, art. 84, IV).Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 20 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PROPORCIONALIDADE SOMENTE A PARTIR DA CIRC. FUNCION Nº 436/1963.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 20 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DOCUMENTO NOVO. DISSÍDIO COLETIVO. SENTENÇA NORMATIVA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 402) - DJ 22.08.2005Tese: Documento novo é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização à época no processo. Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado.

a) a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.

b) a sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 21 do TST

ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DO SINDICATO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TOTAL DE ASSOCIADOS DA ENTIDADE SINDICAL. INSUFICIÊNCIA DE "QUORUM" (ART. 612 DA CLT).

Observação: (cancelada) - DJ 02.12.2003 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 21 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. CERTIDÃO. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6/96 DO TST.

Observação: (inserida em 13.02.2001) Tese: Certidão do Regional afirmando que o AI está formado de acordo com IN nº 6/96 do TST não confere autenticidade às peças. Situação:

CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 21 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. TETO. CÁLCULO. AP E ADI. NÃO INTEGRAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial nº 18 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese:

undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 21 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. TRÂNSITO EM JULGADO. INOBSERVÂNCIA. DECRETO-LEI Nº 779/69, ART. 1º, V. INCABÍVEL.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005 Tese: É incabível ação rescisória para a desconstituição de sentença não transitada em julgado porque ainda não submetida ao necessário duplo grau de jurisdição, na forma do Decreto-Lei nº 779/69. Determina-se que se oficie ao Presidente do TRT para que proceda à advocatária do processo principal para o reexame da sentença rescindenda. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 22 do TST

LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DO SINDICATO. CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SETORES PROFISSIONAL E ECONÔMICO ENVOLVIDOS NO CONFLITO. NECESSIDADE.

Observação: (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010 Tese: É necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo. Situação:

ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 22 do TST
AUTENTICAÇÃO. DOCUMENTOS DISTINTOS. CÓPIA. VERSO E ANVERSO. NECESSIDADE.
Observação: (cancelada em face de sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 287 da SBDI-1) - DJ 24.11.2003Tese: Distintos os documentos contidos no verso e anverso, é necessária a autenticação de ambos os lados da cópia.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 22 do TST
BRDE. ENTIDADE AUTÁRQUICA DE NATUREZA BANCÁRIA. LEI Nº 4.595/64, ART. 17. RES. BACEN Nº 469/70, ART. 8º. CLT, ART. 224, § 2º. CF, ART. 173, § 1º
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 34 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 22 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. ESTABILIDADE. ART. 41, CF/88. CELETISTA. ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL. APLICABILIDADE.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 390) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 23 do TST
LEGITIMIDADE "AD CAUSAM". SINDICATO REPRESENTATIVO DE SEGMENTO PROFISSIONAL OU PATRONAL. IMPOSSIBILIDADE.
Observação: (inserida em 25.05.1998)Tese: A representação sindical abrange toda a categoria, não comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 23 do TST
AUTENTICAÇÃO. DOCUMENTO ÚNICO. CÓPIA. VERSO E ANVERSO.
Observação: (inserida em 13.02.2001)Tese: Inexistindo impugnação da parte contrária, bem como o disposto no art. 795 da CLT, é válida a autenticação aposta em uma face da folha que contenha documento que continua no verso, por constituir documento único.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 23 do TST
CARTÃO DE PONTO. REGISTRO.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 366) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Não é devido o pagamento de horas extras relativamente aos dias em que o excesso de jornada não ultrapassa de cinco minutos antes e/ou após a duração normal do trabalho. (Se ultrapassado o referido limite, como extra será considerada a totalidade do tempo que exceder a jornada normal).Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 23 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ESTABILIDADE. PERÍODO PRÉ-ELEITORAL. VIOLAÇÃO DE LEI. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não procede pedido de rescisão de sentença de mérito que assegura ou nega estabilidade pré-eleitoral, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial nº 51, da Seção de Dissídios Individuais do TST (25.11.96). Incidência da Súmula nº 83 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 24 do TST

NEGOCIAÇÃO PRÉVIA INSUFICIENTE. REALIZAÇÃO DE MESA REDONDA PERANTE A DRT. ART. 114, § 2º, DA CF/88. VIOLAÇÃO.

Observação: (cancelada) - DJ 16.04.2004Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 24 do TST

ABONO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE. CVRD (VALIA).

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: A Resolução nº 7/89 da CVRD, que instituiu o benefício "abono aposentadoria" (art. 6º), determina que o reajuste seja feito na mesma época e com o mesmo índice aplicado pelo INSS ou observada a variação do IGP ou da OTN, aplicando-se o maior deles.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 24 do TST

CIGARRO NÃO É SALÁRIO-UTILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 367) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 24 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. REINTEGRAÇÃO EM PERÍODO POSTERIOR. DIREITO LIMITADO AOS SALÁRIOS E CONSECTÁRIOS DO PERÍODO DA ESTABILIDADE.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Rescinde-se o julgado que reconhece estabilidade provisória e determina a reintegração de empregado, quando já exaurido o respectivo período de estabilidade. Em juízo rescisório, restringe-se a condenação quanto aos salários e consectários até o termo final da estabilidade.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 25 do TST

SALÁRIO NORMATIVO. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. LIMITAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE.

Observação: (inserida em 25.05.1998)Tese: Não fere o princípio da isonomia salarial (art. 7º, XXX, da CF/88) a previsão de salário normativo tendo em vista o fator tempo de serviço.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 25 do TST

BANCO MERIDIONAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTES. EXTENSÃO.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: Os reajustes salariais concedidos sobre quaisquer parcelas aos empregados ativos devem ser estendidos aos inativos, com exclusão apenas das parcelas ressalvadas expressamente no Regulamento do Banco.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 25 do TST

CIPA. SUPLENTE. ANTES DA CF/1988. NÃO TEM DIREITO À ESTABILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 339) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 25 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. REGÊNCIA PELO CPC DE 1973. EXPRESSÃO "LEI" DO ART. 485, V, DO CPC DE 1973. NÃO INCLUSÃO DO ACT, CCT, PORTARIA, REGULAMENTO, SÚMULA E ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DE TRIBUNAL.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016Tese: Não procede pedido de rescisão fundado no art. 485, V, do CPC de 1973 quando se aponta contrariedade à norma de convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, portaria do Poder Executivo, regulamento de empresa e súmula ou orientação jurisprudencial de tribunal. (ex-OJ 25 da SDI-2, inserida em 20.09.2000 e ex-OJ 118 da SDI-2, DJ 11.08.2003)Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 26 do TST

SALÁRIO NORMATIVO. MENOR EMPREGADO. ART. 7º, XXX, DA CF/88. VIOLAÇÃO.

Observação: (inserida em 25.05.1998)Tese: Os empregados menores não podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 26 do TST

BANERJ. PLANO BRESSER. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DE 1991. NÃO É NORMA PROGRAMÁTICA.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: É de eficácia plena e imediata o "caput" da cláusula 5ª do Acordo Coletivo de Trabalho de 1991/1992 celebrado pelo Banerj contemplando o pagamento de diferenças salariais do Plano Bresser, sendo devido o percentual de 26,06% nos meses de janeiro a agosto de 1992, inclusive.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 26 do TST

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO REQUERIDA POR VIÚVA DE EX-EMPREGADO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A Justiça do Trabalho é competente para apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, por se tratar de pedido que deriva do contrato de trabalho.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 26 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR. SUFRAMA.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: A extensão da gratificação instituída pela SUFRAMA aos servidores celetistas exercentes de atividade de nível superior não ofende as disposições contidas nos arts. 37, XIII e 39, § 1º, da CF/88. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 27 do TST

CUSTAS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. DESERÇÃO. CARACTERIZAÇÃO.

Observação: (inserida em 19.08.1998)Tese: A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 27 do TST

CONAB. ESTABILIDADE CONCEDIDA POR NORMA INTERNA. NÃO ASSEGURADA. AVISO DIREH Nº 02/1984.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 355 - Res. 72/1997, DJ 08.07.1997).Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 27 do TST

BANRISUL. GRATIFICAÇÃO JUBILEU. PRESCRIÇÃO.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: A Gratificação Jubileu, instituída pela Resolução nº 1.761/67, que foi alterada, reduzindo-se o seu valor, pela Resolução nº 1.885/70, era devida a todo empregado que completasse 25, 30, 35 e 40 anos de serviço no Banco. Era vantagem a ser paga de uma única vez, na data da aposentadoria, fluindo desta data o prazo prescricional, sendo inaplicável a Súmula nº 294 do TST, que é restrito aos casos em que se postulam prestações sucessivas.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 27 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 219) - DJ 22.08.2005Tese: Incabível condenação em honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista, salvo preenchidos os requisitos da Lei nº 5.584/70.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 28 do TST

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGT. PUBLICAÇÃO. BASE TERRITORIAL. VALIDADE.

Observação: (inserida em 19.08.1998)Tese: O edital de convocação para a AGT deve ser publicado em jornal que circule em cada um dos municípios componentes da base territorial.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 28 do TST

CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AS DIFERENÇAS SALARIAIS. UNIVERSIDADES FEDERAIS. DEVIDA. LEI Nº 7.596/87.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Incide correção monetária sobre as diferenças salariais dos servidores das universidades federais, decorrentes da aplicação retroativa dos efeitos financeiros assegurados pela Lei nº 7.596/87, pois a correção monetária tem como escopo único minimizar a desvalorização da moeda em decorrência da corrosão inflacionária.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 28 do TST
CDHU. SUCESSÃO TRABALHISTA.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: Considerando a moldura fática delineada pelo Regional, conduz-se à ilação de que a CDHU foi a sucessora da CONESP, uma vez que ocupou os imóveis e assumiu os contratos anteriores, dando seqüência às obras com o mesmo pessoal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 28 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. JUÍZO RESCISÓRIO. RESTITUIÇÃO DA PARCELA JÁ RECEBIDA. DEVE A PARTE PROPORÇÃO PRÓPRIA.

Observação: (cancelada) - Res. 149/2008, DEJT divulgado em 20, 21 e 24.11.2008Tese: Inviável em sede de ação rescisória pleitear condenação relativa à devolução dos valores pagos aos empregados quando ultimada a execução da decisão rescindenda, devendo a empresa buscar por meio de procedimento próprio essa devolução.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 29 do TST

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL. REQUISITOS ESSENCIAIS PARA INSTAURAÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO.

Observação: (inserida em 19.08.1998)Tese: O edital de convocação da categoria e a respectiva ata da AGT constituem peças essenciais à instauração do processo de dissídio coletivo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 29 do TST

CEEE. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. QUADRO DE CARREIRA. REESTRUTURAÇÃO EM 1991. VÁLIDO.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: O quadro de carreira implantado na CEEE em 1977 foi homologado pelo Ministério do Trabalho. A reestruturação procedida em 1991, mesmo não homologada, é válida.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 29 do TST

CUSTAS. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO. EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 148 da SBDI-2) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 29 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 83 DO TST E SÚMULA Nº 343 DO STF. INAPLICÁVEIS.

Observação: (cancelada em decorrência da redação conferida à Súmula nº 83 pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003) - DJ 22.08.2005Tese: No julgamento de ação rescisória fundada no art. 485, inciso V, do CPC, não se aplica o óbice das Súmulas nºs 83 do TST e 343 do STF, quando se tratar de matéria constitucional.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 30 do TST

CISÃO PARCIAL DE EMPRESA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. PROFORTE.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: É solidária a responsabilidade entre a empresa cindida subsistente e aquelas que absorverem parte do seu patrimônio, quando constatada fraude na cisão parcial.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 30 do TST

CUSTAS. PRAZO PARA COMPROVAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 352 - Res. 69/1997 - DJ 30.05.1997).Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 30 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. MULTA. ART. 920 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 (ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002).

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 31 da SBDI-II) - DJ 22.08.20050Tese: Não se acolhe, por violação do art. 920 do Código Civil de 1916 (art. 412 do Código Civil de 2002), pedido de rescisão de julgado que:

a) em processo de conhecimento, impôs condenação ao pagamento de multa, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial nº 54 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST (30.05.94), incidindo o óbice da Súmula nº 83 do TST; (ex-OJ nº 30 da SDI-2 inserida em 20.09.00)

b) em execução, rejeita-se limitação da condenação ao pagamento de multa, por inexistência de violação literal. (ex-OJ nº 31 da SDI-2 - inserida em 20.09.00)Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 30 do TST

ESTABILIDADE DA GESTANTE. RENÚNCIA OU TRANSAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (republicada em decorrência de erro material) - DEJT divulgado em 19, 20 e 21.09.2011Tese: Nos termos do art. 10, II, "b", do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 31 do TST

ESTABILIDADE DO ACIDENTADO. ACORDO HOMOLOGADO. PREVALÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 118 DA LEI Nº 8.213/91.

Observação: (inserida em 19.08.1998)Tese: Não é possível a prevalência de acordo sobre

legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 31 do TST

PLANOS BRESSER E VERÃO. ACORDO COLETIVO AUTORIZANDO A QUITAÇÃO ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE FOLGAS REMUNERADAS. CONVERSÃO EM PECÚNIA APÓS A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INVIABILIDADE.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: Acordo coletivo celebrado entre as partes autorizando a quitação dos valores devidos a título de Planos Bresser e Verão em folgas remuneradas é válido. Incabível a conversão do valor correspondente às folgas remuneradas em pecúnia quando extinto o contrato de trabalho pelo advento de aposentadoria voluntária.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 31 do TST

DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SÚMULA 86. NÃO PERTINÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 86) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 31 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. MULTA. VIOLAÇÃO DO ART. 920 DO CÓDIGO CIVIL. DECISÃO RESCINDENDA EM EXECUÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à redação da Orientação Jurisprudencial nº 30 da SBDI-II) - DJ 22.08.2005Tese: Não se acolhe, por violação do art. 920 do Código Civil, pedido de rescisão de julgado que, em execução, rejeita limitação da condenação ao pagamento de multa. Inexistência de violação literal.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 32 do TST

REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA. FUNDAMENTAÇÃO DAS CLÁUSULAS. NECESSIDADE. APLICAÇÃO DO PRECEDENTE NORMATIVO Nº 37 DO TST.

Observação: (inserida em 19.08.1998)Tese: É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria, conforme orientação do item VI, letra "e", da Instrução Normativa nº 4/93.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 32 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO DO BRASIL. SUCUMBÊNCIA. INVERSÃO.

Observação: (DJ 10.11.2004)Tese: Imposta condenação originária em diferenças de complementação de aposentadoria, por ocasião do julgamento de recurso de revista, imperativo o exame no acórdão, sob pena de negativa de prestação jurisdicional, de postulação aduzida em contestação e/ou em contra-razões visando à limitação da condenação à média trienal e ao teto, matéria insuscetível de prequestionamento.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 32 do TST

DESCONTOS LEGAIS. SENTENÇAS TRABALHISTAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E IMPOSTO DE RENDA. DEVIDOS. PROVIMENTO CGJT Nº 3/84.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 368) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 32 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE CAPITULAÇÃO, OU CAPITULAÇÃO ERRÔNEA NO ART. 485 DO CPC. PRINCÍPIO "IURA NOVIT CURIA".

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 408) - DJ

22.08.2005Tese: Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC, ou o capitula erroneamente. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica ("iura novit curia").Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 33 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE RESTRITA. HIPÓTESES DO ART. 487, INCISOS I E III, DO CPC.

Observação: (cancelada) - DJ 22.08.2005Tese: A teor do disposto no art. 487, incisos I e III, do CPC, o Ministério Público apenas detém legitimidade para propor ação rescisória nas hipóteses em que tenha sido parte no processo no qual proferida a decisão rescindenda; nas quais deixou de manifestar-se ou intervir na lide, quando por previsão legal expressa deveria tê-lo feito, ou ainda naquelas em que a sentença resultou de colusão das partes, com o intuito de fraudar a lei.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 33 do TST

DESERÇÃO. CUSTAS. CARIMBO DO BANCO. VALIDADE

Observação: (inserida em 25.11.1996)Tese: O carimbo do banco recebedor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 33 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PETIÇÃO INICIAL. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. PRINCÍPIO "IURA NOVIT CURIA".

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 408) - DJ

22.08.2005Tese: Fundando-se a ação rescisória no art. 485, inciso V, do CPC, é indispensável expressa indicação na petição inicial da ação rescisória do dispositivo legal violado, não se aplicando, no caso, o princípio "iura novit curia".Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 33 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO, NA VIGÊNCIA DO DECRETO-LEI Nº 2.351/1987: PISO NACIONAL DE SALÁRIOS.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 3 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20,

22 e 25.04.2005Tese: Na vigência do Decreto-Lei nº 2.351/1987, o piso nacional de salários é a base de cálculo para o adicional de insalubridade. (ex-OJ nº 3 da SBDI-1 - inserida em 14.03.1994)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 34 do TST
ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. JUSTIÇA DO TRABALHO. PRESCINDIBILIDADE.
Observação: (inserida em 07.12.1998)Tese: É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho (art 614 da CLT e art. 7º, inciso XXXV (*), da Constituição Federal).

(*) Errata: onde se lê "inciso XXXV", leia-se "inciso XXVI".Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 34 do TST
BRDE. ENTIDADE AUTÁRQUICA DE NATUREZA BANCÁRIA. LEI Nº 4.595/64, ART. 17. RES. BACEN 469/70, ART. 8º. CLT, ART. 224, § 2º. CF, ART. 173, § 1º.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 22 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma entidade autárquica de natureza bancária, e, como tal, submete-se ao art. 173, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Desta forma, sendo a natureza das atividades por ele exercidas similares às de qualquer instituição financeira, seus empregados são bancários, regendo-se pelas normas especiais a eles referentes, inclusive o art. 224 da CLT. (ex-OJ nº 22 da SDI-1 - inserida em 14.03.94)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 34 do TST
DIRIGENTE SINDICAL. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 369) - Res. 129/2005, DJ 20. 22 e 25.04.2005.Tese: É indispensável a comunicação, pela entidade sindical, ao empregador, na forma do § 5º, do art. 543, da CLT.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 34 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. PLANOS ECONÔMICOS.
Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016ITese: I - O acolhimento de pedido em ação rescisória de plano econômico, fundada no art. 485, inciso V, do CPC de 1973 pressupõe, necessariamente, expressa invocação na petição inicial de afronta ao art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal de 1988. A indicação de ofensa literal a preceito de lei ordinária atrai a incidência da Súmula nº 83 do TST e Súmula nº 343 do STF.
II - Se a decisão rescindenda é posterior à Súmula nº 315 do TST (Res. 07, DJ 22.09.93), inaplicável a Súmula nº 83 do TST.Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 35 do TST
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGT. DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA ESPECÍFICA. PRAZO MÍNIMO ENTRE A PUBLICAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA.

Observação: (inserida em 07.12.1998)Tese: Se os estatutos da entidade sindical contam com norma específica que estabeleça prazo mínimo entre a data de publicação do edital convocatório e a realização da assembléia correspondente, então a validade desta última depende da observância desse interregno.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 35 do TST

REAJUSTES SALARIAIS. BIMESTRAIS E QUADRIMESTRAIS (LEI Nº 8.222/91). SIMULTANEIDADE INVIÁVEL.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 68 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Nova antecipação bimestral, na mesma época do reajuste quadrimestral, constitui verdadeiro "bis in idem", pois o bimestre anterior, que servia como base de cálculo, já teve o INPC considerado para fim do reajuste quadrimestral. (ex-OJ nº 68 da SDI-1 - inserida em 28.11.95)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 35 do TST

DIRIGENTE SINDICAL. REGISTRO DE CANDIDATURA NO CURSO DO AVISO PRÉVIO. NÃO TEM DIREITO À ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ART. 543, § 3º, CLT) .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 369) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 35 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PLANOS ECONÔMICOS. COISA JULGADA. LIMITAÇÃO À DATA-BASE NA FASE DE EXECUÇÃO.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, quando a decisão exequenda silenciar sobre a limitação, uma vez que a limitação decorre de norma cogente. Apenas quando a sentença exequenda houver expressamente afastado a limitação à data-base é que poderá ocorrer ofensa à coisa julgada.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 36 do TST

EMPREGADOS DE EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS. RECONHECIMENTO COMO CATEGORIA DIFERENCIADA. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (inserida em 07.12.1998)Tese: É por lei e não por decisão judicial, que as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais. De outra parte, no que tange aos profissionais da informática, o trabalho que desempenham sofre alterações, de acordo com a atividade econômica exercida pelo empregador.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 36 do TST

HORA "IN ITINERE". TEMPO GASTO ENTRE A PORTARIA DA EMPRESA E O LOCAL DO SERVIÇO. DEVIDA. AÇOMINAS.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025Tese: Configura-se como hora "in itinere" o tempo gasto pelo obreiro para alcançar seu local de trabalho a partir da portaria da Açominas. (ex-OJ

nº 98 da SDI-1 - inserida em 30.05.97) Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 36 do TST

INSTRUMENTO NORMATIVO. CÓPIA NÃO AUTENTICADA. DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. VALIDADE.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 36 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO OCORRIDA NA PRÓPRIA DECISÃO RESCINDENDA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 298) - DJ 22.08.2005 Tese: Não é absoluta a exigência de prequestionamento na ação rescisória: ainda que a ação rescisória tenha por fundamento violação de dispositivo legal, é prescindível o prequestionamento quando o vício nasce no próprio julgamento, como se dá com a sentença "extra, citra e ultra petita". Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 37 do TST

EMPREGADOS DE ENTIDADES SINDICAIS. ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DISTINTAS DAQUELAS ÀS QUAIS SUJEITAS AS CATEGORIAS REPRESENTADAS PELOS EMPREGADORES. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. ART. 10 DA LEI Nº 4.725/65.

Observação: (cancelada) - DJ 18.10.2006 Tese: O art. 10 da Lei nº 4.725/65 assegura, para os empregados de entidades sindicais, as mesmas condições coletivas de trabalho fixadas para os integrantes das categorias que seus empregadores representam. Assim, a previsão legal expressa constitui óbice ao ajuizamento de dissídio coletivo com vistas a estabelecer para aqueles profissionais regramento próprio. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 37 do TST

MINASCAIXA. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" ENQUANTO NÃO CONCLUÍDO O PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 109 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A Minascaixa tem legitimidade passiva "ad causam" para figurar nas demandas contra ela ajuizadas enquanto não tiver concluído o processo de liquidação extrajudicial ao qual se encontra submetida. (ex-OJ nº 109 da SDI-1 - inserida em 01.10.97) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 37 do TST

EMBARGOS. VIOLAÇÃO DO ART. 896 DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 296) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: Não ofende o art. 896, da CLT, decisão de turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 37 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SÚMULA Nº 83 DO TST E SÚMULA Nº 343 DO STF. INAPLICÁVEIS.

Observação: (cancelada em decorrência da redação conferida à Súmula nº 83 pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003) DJ 22.08.2005 Tese: No julgamento de Ação Rescisória fundada no art. 485, inciso V, do CPC, não se aplica o óbice das Súmulas nºs 83 do TST e 343 do STF quando se tratar de prazo prescricional com assento constitucional. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 38 do TST

GREVE. SERVIÇOS ESSENCIAIS. GARANTIA DAS NECESSIDADES INADIÁVEIS DA POPULAÇÃO USUÁRIA. FATOR DETERMINANTE DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DO MOVIMENTO.

Observação: (inserida em 07.12.1998) Tese: É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei nº

7.783/89. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 38 do TST

BANCO MERIDIONAL. CIRCULAR 34046/89. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 137 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A inobservância dos procedimentos disciplinados na Circular 34046/89 do Banco Meridional, norma de caráter eminentemente procedimental, não é causa para a nulidade da dispensa sem justa causa. (ex-OJ nº 137 da SDI-1 - inserida em 27.11.98) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 38 do TST

EMPREGADO QUE EXERCE ATIVIDADE RURAL. EMPRESA DE REFLORESTAMENTO. PRESCRIÇÃO PRÓPRIA DO RURÍCOLA. (LEI Nº 5.889, DE 08.06.1973, ART. 10, E DECRETO Nº 73.626, DE 12.02.1974, ART. 2º, § 4º).

Observação: (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. Tese: O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria-prima, é rurícola e não industriário, nos termos do Decreto n.º 73.626, de 12.02.1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 38 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PROFESSOR-ADJUNTO. INGRESSO NO CARGO DE PROFESSOR-TITULAR. EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO (LEI Nº 7.596/87, DECRETO Nº 94.664/87 E ART. 206, V, CF/88).

Observação: (inserida em 20.09.2000) Tese: A assunção do professor-adjunto ao cargo de professor titular de universidade pública, sem prévia aprovação em concurso público, viola o art. 206, inciso V, da Constituição Federal. Procedência do pedido de rescisão do julgado. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 39 do TST

FGTS. OPÇÃO RETROATIVA. CONCORDÂNCIA DO EMPREGADOR. NECESSIDADE.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 146 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A concordância do empregador é indispensável para que o empregado possa optar retroativamente pelo sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. (ex-OJ nº 146 da SDI-1 - inserida em 27.11.98) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 39 do TST

ENGENHEIRO. JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 4.950/66.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 370) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A Lei nº 4.950/66 não estipula a jornada reduzida para os engenheiros, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 6 horas. Não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 39 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. REAJUSTES BIMESTRAIS E QUADRIMESTRAIS. LEI Nº 8.222/91. SÚMULA Nº 83 DO TST. APLICÁVEL.

Observação: (inserida em 20.09.2000) Tese: Havendo controvérsia jurisprudencial à época, não se rescinde decisão que aprecia a possibilidade de cumulação das antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais de salário previstos na Lei nº 8.222/91. Incidência da Súmula nº 83 do TST. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 40 do TST

BANRISUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 155 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A Resolução 1600/64, vigente à época da admissão do empregado, incorporou-se ao contrato de trabalho, pelo que sua alteração não poderá prejudicar o direito adquirido, mesmo em virtude da edição da Lei nº 6.435/77. Incidência das Súmulas nºs 51 e 288. (ex-OJ nº 155 da SDI-1 - inserida em 26.03.99) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 40 do TST

ESTABILIDADE. AQUISIÇÃO NO PERÍODO DO AVISO PRÉVIO. NÃO RECONHECIDA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 371) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 40 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. REAJUSTES SALARIAIS PREVISTOS EM NORMA COLETIVA. PREVALÊNCIA DA LEGISLAÇÃO DE POLÍTICA SALARIAL QUANDO A NORMA COLETIVA É ANTERIOR À LEI.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 375) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 41 do TST
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FUNDAÇÃO CLEMENTE DE FARIA. BANCO REAL.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 157 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: É válida a cláusula do Estatuto da Fundação Clemente de Faria que condicionou o direito à complementação de aposentadoria à existência de recursos financeiros, e também previa a suspensão, temporária ou definitiva, da referida complementação. (ex-OJ nº 157 da SDI-1 - inserida em 26.03.99)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 41 do TST
ESTABILIDADE. INSTRUMENTO NORMATIVO. VIGÊNCIA. EFICÁCIA.
Observação: Inserida em 25.11.1996.Tese: Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 41 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA "CITRA PETITA". CABIMENTO.
Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016Tese: Revelando-se a sentença "citra petita", o vício processual vulnera os arts. 141 e 492 do CPC de 2015 (arts. 128 e 460 do CPC de 1973), tornando-a passível de desconstituição, ainda que não interpostos embargos de declaração.Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 42 do TST
PETROBRAS. PENSÃO POR MORTE DO EMPREGADO ASSEGURADA NO MANUAL DE PESSOAL. ESTABILIDADE DECENAL. OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS.
Observação: (inserido item II à redação) - Res. 182/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012Tese: I - Tendo o empregado adquirido a estabilidade decenal, antes de optar pelo regime do FGTS, não há como negar-se o direito à pensão, eis que preenchido o requisito exigido pelo Manual de Pessoal. (ex-OJ nº 166 da SDI-1 - inserida em 26.03.99)
II - O benefício previsto no manual de pessoal da Petrobras, referente ao pagamento de pensão e auxílio-funeral aos dependentes do empregado que vier a falecer no curso do contrato de trabalho, não se estende à hipótese em que sobrevém o óbito do trabalhador quando já extinto o contrato de trabalho.Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 42 do TST
FGTS. MULTA DE 40%.
Observação: Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais nºs 107 e 254 da SBDI-1 - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.

IRR-255 FGTS, MULTA DE 40%. (RR-0011516-07.2023.5.03.0065, Tribunal Pleno, publicado em 29.08.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O cálculo da

indenização de 40% do FGTS deverá ter como base a soma dos valores devidos na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, desconsiderada, por ausência de previsão em lei, a indenização resultante da projeção no tempo de serviço do aviso-prévio indenizado. Tese: I - É devida a multa do FGTS sobre os saques corrigidos monetariamente ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Art. 18, § 1º, da Lei nº 8.036/90 e art. 9º, § 1º, do Decreto nº 99.684/90. (ex-OJ nº 107 da SDI-1 - inserida em 01.10.1997)

II - O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal. (ex-OJ nº 254 da SDI-1 - inserida em 13.03.2002). -

Entendimento do item II reafirmado no IRR nº 255. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 42 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. COMPETÊNCIA DO TST. ACÓRDÃO RESCINDENDO DO TST. NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO. SÚMULA Nº 192. NÃO APLICAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da redação conferida à Súmula nº 192 pela Res.

121/2003, DJ 21.11.2003) - DJ 22.08.2005 Tese: Acórdão rescindendo do TST que não conhece de recurso de embargos ou de revista, seja examinando a arguição de violação de dispositivo de lei, seja decidindo de acordo com súmula de direito material ou em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da SDI (Súmula nº 333) examina o mérito da causa, comportando ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 43 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. DECISÃO DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO EM AGRAVO REGIMENTAL CONFIRMANDO DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE, APLICANDO A SÚMULA Nº 83 DO TST, INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL DAÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 411) - DJ

22.08.2005 Tese: Se a decisão recorrida, em agravo regimental, aprecia a matéria na fundamentação, sob o enfoque das Súmulas nºs 83 do TST e 343 do STF, constitui sentença de mérito ainda que haja resultado no indeferimento da petição inicial e na extinção do processo, "sem julgamento do mérito". Sujeita-se, assim, à reforma pelo TST a decisão do Tribunal que, invocando controvérsia na interpretação da lei, indefere a petição inicial de ação rescisória. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 43 do TST

CONVERSÃO DE SÁLARIOS DE CRUZEIROS PARA CRUZADOS. DECRETO-LEI Nº 2.284/86.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A conversão de

salários de cruzeiros para cruzados, nos termos do Decreto-Lei nº 2.284/86, não afronta direito adquirido dos empregados. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 43 do TST

SUDS. GRATIFICAÇÃO. CONVÊNIO DA UNIÃO COM ESTADO. NATUREZA SALARIAL ENQUANTO PAGA.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 168 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ

20, 22 e 25.04.2005Tese: A parcela denominada "Complementação SUDS" paga aos servidores em virtude de convênio entre o Estado e a União Federal tem natureza salarial, enquanto paga, pelo que repercute nos demais créditos.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 44 do TST

GESTANTE. SALÁRIO-MATERNIDADE

Observação: (inserida em 13.09.1994)Tese: É devido o salário maternidade, de 120 dias, desde a promulgação da CF/1988, ficando a cargo do empregador o pagamento do período acrescido pela Carta.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 44 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ADJUDICAÇÃO. INCABÍVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 399) - DJ 22.08.2005Tese: Incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 44 do TST

ANISTIA. LEI Nº 6.683/79. TEMPO DE AFASTAMENTO. NÃO COMPUTÁVEL PARA EFEITO DE INDENIZAÇÃO E ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, LICENÇA-PRÊMIO E PROMOÇÃO.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 176 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O tempo de afastamento do anistiado pela Lei nº 6.683/79 não é computável para efeito do pagamento de indenização por tempo de serviço, licença-prêmio e promoção. (ex-OJ nº 176 da SDI-1 - inserida em 08.11.00)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 45 do TST

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR 10 OU MAIS ANOS. AFASTAMENTO DO CARGO DE CONFIANÇA SEM JUSTO MOTIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 372) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 45 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ARREMATACÃO. INCABÍVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 399) - DJ 22.08.2005Tese: Incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de arrematação.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 45 do TST

COMMISSIONISTA PURO. ABONO. LEI Nº 8.178/91. NÃO INCORPORAÇÃO.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 180 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ

20, 22 e 25.04.2005Tese: É indevida a incorporação do abono instituído pela Lei nº 8.178/91 aos empregados comissionistas. (ex-OJ nº 180 da SDI-1 - inserida em 08.11.00)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 46 do TST
GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL. CONGELAMENTO. PRESCRIÇÃO PARCIAL
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 373) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 46 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. QUESTÃO PROCESSUAL.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 412) - DJ 22.08.2005Tese: Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 46 do TST
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO ITAÚ.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 183 da SBDI-1 - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O empregado do Banco Itaú admitido na vigência da Circular BB-05/66, que passou para a inatividade posteriormente à vigência da RP-40/74, está sujeito ao implemento da condição "idade mínima de 55 anos". (ex-OJ nº 183 da SDI-1 - inserida em 08.11.00)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 47 do TST
HORA EXTRA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO.
Observação: (alterada) ̂ Res. 148/2008, DJ 04 e 07.07.2008 - Republicada DJ 08, 09 e 10.07.2008.Tese: A base de cálculo da hora extra é o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade. Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 47 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA DE MÉRITO. VIOLAÇÃO DO ART. 896, "A", DA CLT.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 413) - DJ 22.08.2005Tese: Incabível ação rescisória, por violação do art. 896, "a", da CLT, contra decisão que não conhece de recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial, pois não se cuida de sentença de mérito (art. 485 do CPC).Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 47 do TST
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DEDUÇÃO DA 1ª PARCELA. URV. LEI Nº 8.880/94.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 187 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Ainda que o adiantamento do 13º salário tenha ocorrido anteriormente à edição da Lei nº 8.880/94, as deduções deverão ser realizadas considerando o valor da antecipação, em URV, na data do efetivo pagamento, não podendo a 2ª parcela ser inferior à metade do 13º salário, em URV. (ex-OJ nº 187 da SDI-1 - inserida em 08.11.2000)Situação:

CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 48 do TST

HORAS EXTRAS PACTUADAS APÓS A ADMISSÃO DO BANCÁRIO NÃO CONFIGURA PRÉ-CONTRATAÇÃO. SÚMULA Nº 199. INAPLICÁVEL .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 199) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 48 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA E ACÓRDÃO. SUBSTITUIÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação da Súmula nº 192) - DJ

22.08.2005Tese: Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão Regional.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 48 do TST

PETROMISA. SUCESSÃO. PETROBRAS. LEGITIMIDADE.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 202 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Em virtude da decisão tomada em assembléia, a Petrobras é a real sucessora da Petromisa, considerando que recebeu todos os bens móveis e imóveis da extinta Petromisa. (ex-OJ nº 202 da SDI-1 - inserida em 08.11.00)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 49 do TST

HORAS EXTRAS. USO DO BIP. NÃO CARACTERIZADO O "SOBREAVISO".

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 428 do TST) ; Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.Tese: O uso do aparelho BIP pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 49 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE CUMPRIMENTO FUNDADA EM DECISÃO NORMATIVA QUE SOFREU POSTERIOR REFORMA, QUANDO JÁ TRANSITADA EM JULGADO A SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA NA AÇÃO DE CUMPRIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da conversão da tese mais abrangente da Orientação Jurisprudencial nº 116 na Súmula nº 397) - DJ 22.08.2005Tese: É cabível o mandado de segurança para extinguir a execução fundada em sentença proferida em ação de cumprimento, quando excluída da sentença normativa a cláusula que lhe serviu de sustentáculo.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 49 do TST

SERPRO. NORMA REGULAMENTAR. REAJUSTES SALARIAIS. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA

NORMATIVA. PREVALÊNCIA.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 212 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: Durante a vigência do instrumento normativo, é lícita ao empregador a obediência à norma coletiva (DC 8948/90) que alterou as diferenças interníveis previstas no Regulamento de Recursos Humanos. (ex-OJ nº 212 da SDI-1 - inserida em 08.11.00) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 50 do TST

HORAS "IN ITINERE". INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. DEVIDAS. APLICÁVEL A SÚMULA Nº 90.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 90) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 50 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 414) - DJ 22.08.2005 Tese: A tutela antecipada concedida antes da prolação da sentença é impugnável mediante mandado de segurança, por não comportar recurso próprio. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 50 do TST

FÉRIAS. ABONO INSTITUÍDO POR INSTRUMENTO NORMATIVO E TERÇO CONSTITUCIONAL. SIMULTANEIDADE INVIÁVEL.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 231 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: O abono de férias decorrente de instrumento normativo e o abono de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, XVII, da CF/88 têm idêntica natureza jurídica, destinação e finalidade, constituindo-se "bis in idem" seu pagamento simultâneo, sendo legítimo o direito do empregador de obter compensação de valores porventura pagos. (ex-OJ nº 231 da SDI-1 - inserida em 20.06.01) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 51 do TST

LEGISLAÇÃO ELEITORAL. EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. Tese: Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n.º 7.773, de 08.06.1989. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 51 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA EM SENTENÇA. REINTEGRAÇÃO. NÃO CABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 414) - DJ 22.08.2005 Tese: A antecipação da tutela conferida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 51 do TST
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SUPRESSÃO. SÚMULAS NºS 51 E 288.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 250 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: A determinação de supressão do pagamento de auxílio-alimentação aos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, oriunda do Ministério da Fazenda, não atinge aqueles ex-empregados que já percebiam o benefício. (ex-OJ nº 250 da SDI-1 - inserida em 13.03.02) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 52 do TST
MANDATO. PROCURADOR DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS. DISPENSÁVEL A JUNTADA DE PROCURAÇÃO. (LEI Nº 9.469, de 10 DE JULHO DE 1997).

Observação: (cancelada em decorrência da conversão na Súmula nº 436) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. Tese: A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 52 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 284, CPC. APLICABILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 415) - DJ 22.08.2005 Tese: Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada na petição inicial do "mandamus" a ausência de documento indispensável ou sua autenticação. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 52 do TST
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO DO TRT NÃO ASSINADO. INTERPOSTO ANTERIORMENTE À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/99.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 281 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: Nos agravos de instrumento interpostos anteriormente à edição da Instrução Normativa nº 16/99, a ausência de assinatura na cópia não a torna inválida, desde que conste o carimbo apostado pelo servidor certificando que confere com o original. (ex-OJ nº 281 da SDI-1 - inserida em 11.08.03) Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 53 do TST
MÉDICO. JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 3.999/61 .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 370) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A Lei nº 3.999/61 não estipula a jornada reduzida para os médicos, mas apenas estabelece o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas. Não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à 8ª, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário da categoria. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 53 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. COOPERATIVA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. LEI Nº 5.764/71, ART. 76. INAPLICÁVEL. NÃO SUSPENDE A EXECUÇÃO.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: A liquidação extrajudicial de sociedade cooperativa não suspende a execução dos créditos trabalhistas existentes contra ela.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 53 do TST

CUSTAS. EMBARGOS DE TERCEIRO. INTERPOSTOS ANTERIORMENTE À LEI Nº 10.537/02. INEXIGÊNCIA DE RECOLHIMENTO PARA A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE PETIÇÃO.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 291 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Tratando-se de embargos de terceiro, incidentes em execução, ajuizados anteriormente à Lei nº 10.537/02, incabível a exigência do recolhimento de custas para a interposição de agravo de petição por falta de previsão legal. (ex-OJ nº 291 da SDI-1 - inserida em 11.08.2003)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 54 do TST

MULTA. CLÁUSULA PENAL. VALOR SUPERIOR AO PRINCIPAL.

Observação: (título alterado, inserido dispositivo e atualizada a legislação - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005). - Entendimento reafirmado no IRR nº 249.
IRR-249 MULTA. CLÁUSULA PENAL. VALOR SUPERIOR AO PRINCIPAL. (RR-0010547-54.2024.5.03.0033, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O valor da multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior à obrigação principal corrigida, em virtude da aplicação do artigo 412 do Código Civil de 2002.Tese: O valor da multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior à obrigação principal corrigida, em virtude da aplicação do artigo 412 do Código Civil de 2002 (art. 920 do Código Civil de 1916).Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 54 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS DE TERCEIRO. CUMULAÇÃO. PENHORA. INCABÍVEL.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016Tese: Ajuizados embargos de terceiro (art. 674 do CPC de 2015 - art. 1.046 do CPC de 1973) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível mandado de segurança com a mesma finalidade.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 54 do TST

PLANO ECONÔMICO (COLLOR). EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE DE 84,32%. LEI Nº 7.738/89. APLICÁVEL.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 203 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Aplica-se o índice de 84,32%, relativo ao IPC de março de 1990, para a correção monetária do débito trabalhista, por ocasião da execução, nos termos da Lei nº 7.738/89. (ex-OJ nº 203 da SDI-1 - inserida em 08.11.2000)Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 55 do TST

NORMA COLETIVA. CATEGORIA DIFERENCIADA. ABRANGÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 374) - Res. 129/2005, DJ 20,22 e 25.04.2005Tese: Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 55 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. LEI Nº 8.432/92. ART. 897, § 1º, DA CLT. CABIMENTO.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 416) - DJ 22.08.2005Tese: Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 55 do TST
PLANO COLLOR. SERVIDORES CELETISTAS DO GDF. LEGISLAÇÃO FEDERAL. PREVALÊNCIA.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 218 da SBDI-1 e incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 241 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Inexiste direito adquirido às diferenças salariais de 84,32% do IPC de março de 1990 aos servidores celetistas da Administração Direta, Fundações e Autarquias do Distrito Federal. (ex-OJs nº 218 e 241 da SDI-1 - inseridas respectivamente em 02.04.01 e 20.06.2001)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 56 do TST
NOSSA CAIXA-NOSSO BANCO (CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO).
REGULAMENTO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL E/OU ANUÊNIOS.
Observação: Inserida em 25.11.1996.Tese: Direito reconhecido apenas àqueles empregados que tinham 25 anos de efetivo exercício prestados exclusivamente à Caixa.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 56 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENDÊNCIA DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo de instrumento visando a destrancá-lo.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 56 do TST
ANISTIA. LEI Nº 8.878/94. EFEITOS FINANCEIROS DEVIDOS A PARTIR DO EFETIVO RETORNO À ATIVIDADE.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 221 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Os efeitos financeiros da anistia concedida pela Lei nº 8.878/94 somente serão devidos a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração em caráter retroativo. (ex-OJ nº 221 da SDI-1 - inserida em 20.06.01)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 57 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. INSS. TEMPO DE SERVIÇO. AVERBAÇÃO E/OU RECONHECIMENTO.
Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Conceder-se-á mandado de segurança para impugnar ato que determina ao INSS o reconhecimento e/ou averbação de tempo de serviço.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 57 do TST
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEFICIÊNCIA DE ILUMINAMENTO. LIMITAÇÃO.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 153 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: Somente após 26.02.91 foram, efetivamente, retiradas do mundo jurídico as normas ensejadoras do direito ao adicional de insalubridade por iluminação insuficiente no local da prestação de serviço, como previsto na Portaria nº 3751/90 do Ministério do Trabalho. (ex-OJ nº 153 da SDI-1 - inserida em 26.03.99)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 57 do TST
PCCS. DEVIDO O REAJUSTE DO ADIANTAMENTO. LEI Nº 7.686/88, ART. 1º .
Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: É devido o reajuste da parcela denominada "adiantamentodo PCCS" conforme a redação do art. 1º da Lei nº 7.686/88.Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 58 do TST
PLANO BRESSER. IPC JUN/1987. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.
Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Inexiste direito adquirido ao IPC de junho de 1987 (Plano Bresser), em face da edição do Decreto-Lei nº 2.335/87.Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 58 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA PARA CASSAR LIMINAR CONCEDIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CABÍVEL.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 414) - DJ 22.08.2005Tese: É cabível o mandado de segurança visando a cassar liminar concedida em ação civil pública.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 58 do TST
URP'S DE JUNHO E JULHO DE 1988. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. DATA-BASE EM MAIO. DECRETO-LEI Nº 2.425/88. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO ADQUIRIDO.
Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 214 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: O Decreto-Lei nº 2.425, de 07.04.88, não ofendeu o direito adquirido dos empregados com data-base em maio, pelo que não fazem jus às URP's de junho e julho de 1988. (ex-OJ nº 214 da SDI-1 - inserida em 08.11.2000)Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 59 do TST
PLANO VERÃO. URP DE FEVEREIRO DE 1989. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Inexiste direito adquirido à URP de fevereiro de 1989 (Plano Verão), em face da edição da Lei nº

7.730/89.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 59 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA. CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA. SEGURO GARANTIA JUDICIAL.

Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016Tese: A carta de fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito em execução, acrescido de trinta por cento, equivalem a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 835 do CPC de 2015 (art. 655 do CPC de 1973).Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 59 do TST

INTERBRAS. SUCESSÃO. RESPONSABILIDADE.

Observação: (DJ 25.04.2007)Tese: A Petrobras não pode ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da extinta Interbras, da qual a União é a real sucessora, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.029, de 12.04.1990 (atual art. 23, em face da renumeração dada pela Lei nº 8.154, de 28.12.1990).Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 60 do TST

PORTUÁRIOS. HORA NOTURNA. HORAS EXTRAS. (LEI Nº 4.860/65, ARTS. 4º E 7º, § 5º).

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 61 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: I - A hora noturna no regime de trabalho no porto, compreendida entre dezenove horas e sete horas do dia seguinte, é de sessenta minutos.

II - Para o cálculo das horas extras prestadas pelos trabalhadores portuários, observar-se-á somente o salário básico percebido, excluídos os adicionais de risco e produtividade. (ex-OJ nº 61 da SDI-1 - inserida em 14.03.1994)

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 60 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO. BANCO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 417) - DJ 22.08.2005Tese: Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro de banco, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 60 do TST

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO-BASE. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Observação: (DJ 14.03.2008) (republicada em decorrência de erro material) - DEJT divulgado em 11, 12 e 13.04.2011Tese: O adicional por tempo de serviço  quinquênio -, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, tem como base de cálculo o vencimento básico do

servidor público estadual, ante o disposto no art. 11 da Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 712, de 12.04.1993.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 61 do TST

PORTUÁRIOS. HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO: ORDENADO SEM O ACRÉSCIMO DOS ADICIONAIS DE RISCO E DE PRODUTIVIDADE. LEI Nº 4.860/65, ART. 7º, § 5º

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 60 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese:

undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 61 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO. EXECUÇÃO DEFINITIVA. DEPÓSITO EM BANCO OFICIAL NO ESTADO. ARTIGOS 612 E 666 DO CPC.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 417) - DJ

22.08.2005Tese: Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 61 do TST

AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO PREVISTO EM NORMA COLETIVA. CEF. CLÁUSULA QUE ESTABELECE NATUREZA INDENIZATÓRIA À PARCELA. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (DJ 14.03.2008)Tese: Havendo previsão em cláusula de norma coletiva de trabalho de pagamento mensal de auxílio cesta-alimentação somente a empregados em atividade, dando-lhe caráter indenizatório, é indevida a extensão desse benefício aos aposentados e pensionistas. Exegese do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 62 do TST

PREQUESTIONAMENTO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE EM APELO DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA. NECESSIDADE, AINDA QUE SE TRATE DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA.

Observação: (república em decorrência de erro material) - DEJT divulgado em 23, 24 e

25.11.2010.Tese: É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 62 do TST

PETROBRAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AVANÇO DE NÍVEL. CONCESSÃO DE PARCELA POR ACORDO COLETIVO APENAS PARA OS EMPREGADOS DA ATIVA. EXTENSÃO PARA OS INATIVOS. ARTIGO 41 DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PETROS.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008)Tese: Ante a natureza de aumento geral de salários, estende-se à complementação de aposentadoria dos ex-empregados da Petrobras benefício concedido indistintamente a todos os empregados da ativa e estabelecido em norma coletiva, prevendo a concessão de aumento de nível salarial "avanço de nível", a fim de preservar a paridade entre ativos e inativos assegurada no art. 41 do Regulamento do Plano de

Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social x Petros.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 62 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM DINHEIRO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 417) - DJ

22.08.2005Tese: Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 63 do TST

PRESCRIÇÃO TOTAL. HORAS EXTRAS. PRÉ-CONTRATADAS E SUPRIMIDAS. TERMO INICIAL. DATA DA SUPRESSÃO .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 199) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 63 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO. AÇÃO CAUTELAR.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Comporta a impetração de mandado de segurança o deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 63 do TST

PETROBRAS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INTEGRALIDADE. CONDIÇÃO. IDADE MÍNIMA. LEI Nº 6.435, de 15.07.1977.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008)Tese: Os empregados admitidos na vigência do Decreto nº 81.240, de 20.01.1978, que regulamentou a Lei nº 6.435, de 15.07.1977, ainda que anteriormente à alteração do Regulamento do Plano de Benefícios da Petros, sujeitam-se à condição x idade mínima de 55 anosx para percepção dos proventos integrais de complementação de aposentadoria.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 64 do TST

PROBAM. SÚMULA Nº 239. INAPLICÁVEL. NÃO SÃO BANCÁRIOS SEUS EMPREGADOS.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 239) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 64 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO LIMINARMENTE CONCEDIDA.

Observação: (inserida em 20.09.2000)Tese: Não fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 64 do TST

PETROBRAS. PARCELAS GRATIFICAÇÃO CONTINGENTE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DEFERIDOS POR NORMA COLETIVA A EMPREGADOS DA ATIVA. NATUREZA JURÍDICA NÃO SALARIAL. NÃO INTEGRAÇÃO NA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Tese: As parcelas gratificação contingente e participação nos resultados, concedidas por força de acordo coletivo a empregados da Petrobras em atividade, pagas de uma única vez, não integram a complementação de aposentadoria. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 65 do TST

REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DA UNIÃO. ASSISTENTE JURÍDICO. APRESENTAÇÃO DO ATO DE DESIGNAÇÃO.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Tese: A ausência de juntada aos autos de documento que comprove a designação do assistente jurídico como representante judicial da União (art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 10.02.1993) importa irregularidade de representação. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 65 do TST

PROFESSOR ADJUNTO. INGRESSO NO CARGO DE PROFESSOR TITULAR. EXIGÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO NÃO AFASTADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/1988, ART. 37, II E 206, V).

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: O acesso de professor adjunto ao cargo de professor titular só pode ser efetivado por meio de concurso público, conforme dispõem os arts. 37, inciso II, e 206, inciso V, da CF/1988. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 65 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO LIMINARMENTE CONCEDIDA. DIRIGENTE SINDICAL.

Observação: (inserida em 20.09.2000) Tese: Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 66 do TST

PROFESSOR. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. LEI Nº 605/1949, ART. 7º, § 2º E ART. 320 DA CLT

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 351 - Res. 68/1997) - DJ Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 66 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ADJUDICAÇÃO. INCABÍVEL.

Observação: (atualizado o item I e incluído o item II em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016 Tese: I - Sob a égide do CPC de 1973 é

incabível o mandado de segurança contra sentença homologatória de adjudicação, uma vez que existe meio próprio para impugnar o ato judicial, consistente nos embargos à adjudicação (CPC de 1973, art. 746).

II - Na vigência do CPC de 2015 também não cabe mandado de segurança, pois o ato judicial pode ser impugnado por simples petição, na forma do artigo 877, caput, do CPC de 2015. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 66 do TST

SPTRANS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Tese: A atividade da São Paulo Transportes S/A - SPTrans de gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão-de-obra, não se configurando a responsabilidade subsidiária. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 67 do TST

RADIOLOGISTA. SALÁRIO PROFISSIONAL. O SALÁRIO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA É IGUAL A DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS E NÃO A QUATRO (LEI Nº 7.394/85)

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 358 - Res. 77/97) - DJ

Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 67 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. TRANSFERÊNCIA. ART. 659, IX, DA CLT.

Observação: (inserida em 20.09.2000) Tese: Não fere direito líquido e certo a concessão de liminar obstativa de transferência de empregado, em face da previsão do inciso IX do art. 659 da CLT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 67 do TST

TELEMAR. PRIVATIZAÇÃO. PLANO DE INCENTIVO À RESCISÃO CONTRATUAL (PIRC) PREVISÃO DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO COM REDUTOR DE 30%. APLICAÇÃO LIMITADA AO PERÍODO DA REESTRUTURAÇÃO.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Tese: Não é devida a indenização com redutor de 30%, prevista no Plano de Incentivo à Rescisão Contratual da Telemar, ao empregado que, embora atenda ao requisito estabelecido de não haver aderido ao PIRC, foi despedido em data muito posterior ao processo de reestruturação da empresa, e cuja dispensa não teve relação com o plano. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 68 do TST

REAJUSTES SALARIAIS. BIMESTRAIS E QUADRIMESTRAIS (LEI Nº 8.222/91). SIMULTANEIDADE INVIÁVEL

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 35 da SBDI-1) - DJ Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 68 do TST

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA. CONVENÇÃO COLETIVA. REAJUSTE SALARIAL. SUPERVENIÊNCIA DE ACORDO EM DISSÍDIO COLETIVO. PREVALÊNCIA.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.11.2009) Tese: O acordo homologado no Dissídio Coletivo nº TST - DC - 810.905/2001.3, que estabeleceu a garantia de emprego aos empregados em atividade do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa e que, portanto, não se aplica aos empregados aposentados, prevalece sobre a fixação do reajuste salarial previsto na convenção coletiva firmada entre a Federação Nacional dos Bancos - Fenaban e os sindicatos dos bancários, ante a consideração do conjunto das cláusulas constantes do acordo e em respeito às disposições dos arts. 5º, XXXVI, e 7º, XXVI, da CF/1988. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 68 do TST

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. COMPETÊNCIA.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005. Tese: Nos Tribunais, compete ao relator decidir sobre o pedido de antecipação de tutela, submetendo sua decisão ao Colegiado respectivo, independentemente de pauta, na sessão imediatamente subsequente. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 69 do TST

REAJUSTES SALARIAIS PREVISTOS EM NORMA COLETIVA. PREVALÊNCIA DOS DECRETOS-LEIS NºS 2.283/86 E 2.284/86. "PLANO CRUZADO"

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 375) - DJ Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 69 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARGOS COMISSIONADOS. EXTENSÃO AOS INATIVOS.

Observação: (DEJT divulgado em 26, 27 e 28.05.2010) Tese: As alterações na estrutura do Plano de Cargos Comissionados do Banco do Brasil, introduzidas pelas Cartas-Circulares DIREC/FUNCI 96/0904 e 96/0957, dentre as quais a substituição do Abono de Função e Representação (AFR) pelo Adicional de Função (AF) e pelo Adicional Temporário de Revitalização (ATR), não autorizam o pagamento de diferenças de complementação de aposentadoria aos inativos por só abrangerem os empregados em atividade, bem como em razão de o Plano de Incentivo à Aposentadoria da época do jubileamento não conter previsão de aplicação de eventual alteração na estrutura dos cargos comissionados àqueles que se aposentassem. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 69 do TST

FUNGIBILIDADE RECURSAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DE AÇÃO RESCISÓRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO PARA O TST. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL E DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRT.

Observação: (inserida em 20.09.2000) Tese: Recurso ordinário interposto contra despacho monocrático indeferitório da petição inicial de ação rescisória ou de mandado de segurança pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como agravo regimental. Hipótese de não conhecimento do recurso pelo TST e devolução dos autos ao TRT, para que aprecie o apelo como agravo regimental. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 70 do TST

RECURSO ORDINÁRIO. CABIMENTO

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 5 do Tribunal Pleno) - Res. 129/2005, DJTese: Não cabe recurso ordinário contra decisão de agravo regimental interposto em reclamação correicional. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 70 do TST

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. BANCÁRIO. PLANO DE CARGOS EM COMISSÃO. OPÇÃO PELA JORNADA DE OITO HORAS. INEFICÁCIA. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES MERAMENTE TÉCNICAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

Observação: (DEJT divulgado em 26, 27 e 28.05.2010) Tese: Ausente a fidúcia especial a que alude o art. 224, § 2º, da CLT, é ineficaz a adesão do empregado à jornada de oito horas constante do Plano de Cargos em Comissão da Caixa Econômica Federal, o que importa no retorno à jornada de seis horas, sendo devidas como extras a sétima e a oitava horas laboradas. A diferença de gratificação de função recebida em face da adesão ineficaz poderá ser compensada com as horas extraordinárias prestadas. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 70 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. regência pelo cpc de 1973. MANIFESTO E INESCUSÁVEL EQUÍVOCO NO DIRECIONAMENTO. INÉPCIA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017 Tese: Sob a égide do CPC de 1973, o manifesto equívoco da parte em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT, ou vice-versa, implica a extinção do processo sem julgamento do mérito por inépcia da inicial. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 71 do TST

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. NECESSIDADE DE DELIBERAÇÃO DA DIRETORIA PARA COMPROVAR O EFETIVO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO PCCS. CONDIÇÃO PURAMENTE POTESTATIVA PARA A CONCESSÃO DA PROMOÇÃO. INVALIDADE.

Observação: (DEJT divulgado em 26, 27 e 28.05.2010) Tese: A deliberação da diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, prevista no Plano de Carreira, Cargos e Salários como requisito necessário para a concessão de progressão por antiguidade, por se tratar de condição puramente potestativa, não constitui óbice ao deferimento da progressão horizontal por antiguidade aos empregados, quando preenchidas as demais condições dispostas no aludido plano. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 71 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SALÁRIO PROFISSIONAL. FIXAÇÃO. MÚLTIPLO DE SALÁRIO MÍNIMO. ART. 7º, IV, DA CF/88.

Observação: (nova redação) - DJ 22.11.2004 Tese: A estipulação do salário profissional em múltiplos do salário mínimo não afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, só incorrendo em vulneração do referido preceito constitucional a fixação de correção automática

do salário pelo reajuste do salário mínimo.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 71 do TST

REMESSA "EX OFFICIO". AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÕES CONTRÁRIAS A ENTES PÚBLICOS (ART. 1º, INC. V, DO DECRETO-LEI Nº 779/69 E INC. II, DO ART. 475, DO CPC). CABÍVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 303) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 72 do TST

REMESSA "EX OFFICIO". MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. IMPETRANTE E TERCEIRO INTERESSADO PESSOAS DE DIREITO PRIVADO. INCABÍVEL, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA, DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO ESPECIAL.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 303) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 72 do TST

PETROBRAS. DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS. REGIME DE TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. PAGAMENTO EM DOBRO CONCEDIDO POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. INCORPORAÇÃO AO CONTRATO DE TRABALHO. SUPRESSÃO UNILATERAL. ACORDO COLETIVO POSTERIOR QUE VALIDA A SUPRESSÃO. RETROAÇÃO DA NORMA COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)Tese: O pagamento em dobro, concedido por liberalidade da empresa, dos domingos e feriados trabalhados de forma habitual pelo empregado da Petrobras submetido ao regime de turnos ininterruptos de revezamento não pode ser suprimido unilateralmente, pois é vantagem incorporada ao contrato de trabalho, nos termos do art. 468 da CLT. Assim, o acordo coletivo, posteriormente firmado, somente opera efeitos a partir da data de sua entrada em vigor, sendo incabível a utilização da norma coletiva para regular situação pretérita.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 72 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PREQUESTIONAMENTO QUANTO À MATÉRIA E AO CONTEÚDO DA NORMA, NÃO NECESSARIAMENTE DO DISPOSITIVO LEGAL TIDO POR VIOLADO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 298) - DJ 22.08.2005Tese: O prequestionamento exigido em ação rescisória diz respeito à matéria e ao enfoque específico da tese debatida na ação e não, necessariamente, ao dispositivo legal tido por violado. Basta que o conteúdo da norma reputada como violada tenha sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto do prequestionamento.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 73 do TST

VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. PAGAMENTO MENSAL EM DECORRÊNCIA DE NORMA COLETIVA. NATUREZA INDENIZATÓRIA.

Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)Tese: A despeito da vedação de pagamento em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes no ano cível,

disposta no art. 3º, § 2º, da Lei n.º 10.101, de 19.12.2000, o parcelamento em prestações mensais da participação nos lucros e resultados de janeiro de 1999 a abril de 2000, fixado no acordo coletivo celebrado entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Volkswagen do Brasil Ltda., não retira a natureza indenizatória da referida verba (art. 7º, XI, da CF), devendo prevalecer a diretriz constitucional que prestigia a autonomia privada coletiva (art. 7º, XXVI, da CF). Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 73 do TST

REMESSA "EX OFFICIO". MANDADO DE SEGURANÇA. INCABÍVEL. DECISÕES PROFERIDAS PELO TRT E FAVORÁVEIS AO IMPETRANTE ENTE PÚBLICO. INAPLICABILIDADE DO ART. 12 DA LEI Nº 1.533/51.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 303) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 73 do TST

ART. 557 DO CPC. CONSTITUCIONALIDADE.

Observação: (cancelada em razão da conversão na Súmula nº 435) ; Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012) Tese: Não há como se cogitar da inconstitucionalidade do art. 557 do CPC, meramente pelo fato de a decisão ser exarada pelo Relator, sem a participação do Colegiado, porquanto o princípio da publicidade insculpido no inciso IX do art. 93 da CF/1988 não está jungido ao julgamento pelo Colegiado e sim o acesso ao processo pelas partes, seus advogados ou terceiros interessados, direito preservado pela Lei nº 9.756/98, ficando, outrossim, assegurado o acesso ao Colegiado através de agravo. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 74 do TST

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO. ISENÇÃO. ART. 15 DA LEI Nº 5.604, DE 02.09.1970.

Observação: (DEJT divulgado em 02, 03 e 04.08.2010) Tese: A isenção tributária concedida pelo art. 15 da Lei n.º 5.604, de 02.09.1970, ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre compreende as custas processuais, por serem estas espécie do gênero tributo. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 74 do TST

REVELIA. AUSÊNCIA DA RECLAMADA. COMPARECIMENTO DE ADVOGADO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 122) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 74 do TST

EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, CALCADA NO ART. 557 DO CPC. CABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 421) - DJ 22.08.2005 Tese: I - Tendo o despacho monocrático de provimento ou denegação de recurso, previsto no art. 557 do CPC, conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser

esclarecido pela via dos embargos declaratórios, em despacho aclaratório, também monocrático quando se pretende tão somente suprir omissão e não modificação do julgado. II - Postulando o embargante efeito modificativo, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 75 do TST

SUBSTABELECIMENTO SEM O RECONHECIMENTO DE FIRMA DO SUBSTABELECENTE.

INVÁLIDO (ANTERIOR À LEI Nº 8.952/94).

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Não produz efeitos jurídicos recurso subscrito por advogado com poderes conferidos em substabelecimento em que não consta o reconhecimento de firma do outorgante. Entendimento aplicável antes do advento da Lei nº 8.952/94. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 do TST

PARCELA § SEXTAPARTE§ ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E EMPRESA PÚBLICA. INDEVIDA.

Observação: (DEJT divulgado em 02, 03 e 04.08.2010) Tese: A parcela denominada § sexta parte§ instituída pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devida apenas aos servidores estaduais, celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no art. 124 da Constituição Estadual, não se estendendo aos empregados de sociedade de economia mista e de empresa pública, integrantes da Administração Pública indireta, submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 75 do TST

REMESSA DE OFÍCIO. AÇÃO RESCISÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO REGIONAL QUE SIMPLEMENTE CONFIRMA A SENTENÇA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 298) - DJ 22.08.2005 Tese: Para efeito de ação rescisória, considera-se prequestionada a matéria tratada na sentença quando, examinando remessa de ofício, o Tribunal simplesmente a confirma. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 76 do TST

SUBSTITUIÇÃO DOS AVANÇOS TRIENAIS POR QUINQUÊNIOS. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO TOTAL. CEEE.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A alteração contratual consubstanciada na substituição dos avanços trienais por quinquênios decorre de ato único do empregador, momento em que começa a fluir o prazo fatal de prescrição. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 76 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO CAUTELAR PROPOSTA SOB A VIGÊNCIA DO CPC de 1973.

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. JUNTADA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. POSSIBILIDADE DE

ÊXITO NA RESCISÃO DO JULGADO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017Tese: É indispensável a instrução da ação cautelar com as provas documentais necessárias à aferição da plausibilidade de êxito na rescisão do julgado. Assim sendo, devem vir junto com a inicial da cautelar as cópias da petição inicial da ação rescisória principal, da decisão rescindenda, da certidão do trânsito em julgado da decisão rescindenda e informação do andamento atualizado da execução.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 76 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. INTEGRALIDADE. EMPREGADO DO ESTADO DE SÃO PAULO ADMITIDO ANTES DA LEI ESTADUAL N.º 200, DE 13.05.1974. IMPLEMENTAÇÃO DO REQUISITO RELATIVO AOS 30 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 288 DO TST.

Observação: (DEJT divulgado em 16, 17 e 20.09.2010)Tese: É assegurado o direito à percepção de complementação de aposentadoria integral ao ex-empregado do Estado de São Paulo que, admitido anteriormente ao advento da Lei Estadual n.º 200, de 13.05.1974, implementou 30 anos de serviço efetivo, ante a extensão das regras de complementação de aposentadoria previstas na Lei Estadual n.º 1.386, de 19.12.1951. Incidência da Súmula n.º 288 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 77 do TST

BNDES. ARTS. 224 A 226 DA CLT. APLICÁVEL A SEUS EMPREGADOS.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 179 da SBDI-1) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010Tese: Até o advento da Lei nº 10.556, de 13.11.2002, era aplicável aos empregados do BNDES a jornada de trabalho dos bancários prevista nos arts. 224 a 226 da CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 77 do TST

TESTEMUNHA QUE MOVE AÇÃO CONTRA A MESMA RECLAMADA. NÃO HÁ SUSPEIÇÃO

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 357) - Res. 76/97, DJ 19.12.1997.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 77 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO TST. MATÉRIA CONTROVERTIDA. LIMITE TEMPORAL. DATA DE INSERÇÃO EM ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 83) - DJ 22.08.2005Tese: A data da inclusão da matéria discutida na ação rescisória, na Orientação Jurisprudencial do TST, é o divisor de águas quanto a ser, ou não, controvertida nos Tribunais a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 78 do TST

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. JORNADA DE SEIS HORAS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 360) - Res. 79/1997, DJ 13.01.1998.Tese: A interrupção do trabalho dentro de cada turno ou semanalmente, não afasta a

aplicação do art. 7º, XIV, da CF/1988.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 78 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CUMULAÇÃO SUCESSIVA DE PEDIDOS. RESCISÃO DA SENTENÇA E DO ACÓRDÃO. Ação Única. ART. 326 DO CPC DE 2015. ART. 289 DO CPC DE 1973.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016Tese: É admissível o ajuizamento de uma única ação rescisória contendo mais de um pedido, em ordem sucessiva, de rescisão da sentença e do acórdão. Sendo inviável a tutela jurisdicional de um deles, o julgador está obrigado a apreciar os demais, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 78 do TST

EMBARGOS À SDI CONTRA DECISÃO EM RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO QUANTO AOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496, DE 22.06.2007, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO ART. 894 DA CLT. NECESSÁRIA A INDICAÇÃO EXPRESSA DE OFENSA AO ART. 896 DA CLT.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 294 da SBDI-1 com nova redação) ; Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014Tese: Para a admissibilidade e conhecimento de embargos, interpostos antes da vigência da Lei nº 11.496/2007, contra decisão mediante a qual não foi conhecido o recurso de revista pela análise dos pressupostos intrínsecos, necessário que a parte embargante aponte expressamente a violação ao art. 896 da CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 79 do TST

URPs DE ABRIL E MAIO DE 1988. DECRETO-LEI Nº 2.425/88.

Observação: (alterada em decorrência do julgamento do processo TST-RXOFROAR-573062/1999 pelo Tribunal Pleno ; certidão de julgamento publicada no DJ de 14.06.2005.)Tese: Existência de direito apenas ao reajuste de 7/30 de 16,19%, a ser calculado sobre o salário de março e incidente sobre o salário dos meses de abril e maio, não cumulativamente, corrigidos desde a época própria até a data do efetivo pagamento.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 79 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA AFASTADA. IMEDIATO JULGAMENTO DO MÉRITO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ 22.08.2005Tese: Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial Transitória nº 79 do TST

EMBARGOS. RECURSO INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496, DE 22.06.2007, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO ART. 894 DA CLT. REVISTA NÃO CONHECIDA POR MÁ APLICAÇÃO DE SÚMULA OU DE ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EXAME DO MÉRITO PELA

SDI.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 295 da SBDI-1 com nova redação) ç Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014Tese: A SDI, ao conhecer dos embargos, interpostos antes da vigência da Lei nº 11.496/2007, por violação do art. 896 - por má aplicação de súmula ou de orientação jurisprudencial pela Turma -, julgará desde logo o mérito, caso conclua que a revista merecia conhecimento e que a matéria de fundo se encontra pacificada neste Tribunal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 80 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. RÉU SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL NA AÇÃO ORIGINÁRIA. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial nº 110 da SBDI-2) - DJ 29.04.2003.Tese: Quando o sindicato é réu na ação rescisória, por ter sido autor, como substituto processual na ação originária, é desnecessária a citação dos substituídos.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 80 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. "DIES A QUO". RECURSO DESERTO. SÚMULA Nº 100 DO TST.

Observação: (inserida em 13.03.2002)Tese: O não-conhecimento do recurso por deserção não antecipa o "dies a quo" do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória, atraindo, na contagem do prazo, a aplicação da Súmula nº 100 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 81 do TST

ART. 462 DO CPC. FATO SUPERVENIENTE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 394) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: É aplicável de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 81 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DESCONTOS LEGAIS. FASE DE EXECUÇÃO. SENTENÇA EXEQÜENDA OMISSA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 401) - DJ 22.08.2005Tese: Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exeqüenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem pública ostentado pela norma que os disciplina. A ofensa à coisa julgada somente poderá ser caracterizada na hipótese de o título exeqüendo, expressamente, afastar a dedução dos valores a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 82 do TST

AVISO PRÉVIO. BAIXA NA CTPS.

Observação: (inserida em 28.04.1997).Tese: A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 82 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. LITISCONSÓRCIO. NECESSÁRIO NO PÓLO PASSIVO E FACULTATIVO NO ATIVO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 406) - DJ

22.08.2005Tese: O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direito ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao pólo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência, e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 83 do TST

AVISO PRÉVIO. INDENIZADO. PRESCRIÇÃO.

Observação: (inserida em 28.04.1997).Tese: A prescrição começa a fluir no final da data do término do aviso prévio. Art. 487, § 1º, da CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 83 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" PREVISTA NO ART. 487, III, "A" E "B", DO CPC. AS HIPÓTESES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVAS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 407) - DJ

22.08.2005Tese: A legitimidade "ad causam" do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, não está limitada às alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 84 do TST

AVISO PRÉVIO. PROPORCIONALIDADE .

Observação: (cancelada) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012.Tese: A proporcionalidade do aviso prévio, com base no tempo de serviço, depende da legislação regulamentadora, visto que o art. 7º, inc. XXI, da CF/1988 não é auto-aplicável.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 84 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DA DECISÃO RESCINDENDA E/OU DA CERTIDÃO DE SEU TRÂNSITO EM JULGADO DEVIDAMENTE AUTENTICADAS. CONCESSÃO DE PRAZO PARA COMPLEMENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO.

Observação: (alterada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017 .Tese: São peças essenciais para o julgamento da ação rescisória a decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei nº 10.522/2002, ou declaradas autênticas pelo advogado na forma do artigo 830 da CLT com a redação dada pela Lei nº 11.925/2009. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário conceder o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente

para que seja complementada a documentação exigível, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 85 do TST

CONTRATO NULO. EFEITOS. DEVIDO APENAS O EQUIVALENTE AOS SALÁRIOS DOS DIAS TRABALHADOS .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 363 - Res. 97/00, DJ 18.09.2000 - republicação DJ 13.10.2000)Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 85 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CÁLCULO. EXISTÊNCIA DE CONTRADITÓRIO. DECISÃO DE MÉRITO. CABIMENTO.

Observação: (cancelada - 1ª parte convertida na Súmula nº 399 e parte final incorporada à nova redação da Súmula nº 298) - DJ 22.08.2005Tese: A decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes, quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes, ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra. A sentença meramente homologatória, que silencia sobre os motivos de convencimento do juiz, não se mostra rescindível, por ausência de prequestionamento.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 86 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SENTENÇA SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 414) - DJ 22.08.2005Tese: Perde objeto o mandado de segurança que impugna tutela antecipada pelo fato de haver sido proferida sentença de mérito nos autos originários.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 86 do TST

DIRIGENTE SINDICAL. EXTINÇÃO DA ATIVIDADE EM-PRESARIAL NO ÂMBITO DA BASE TERRITORIAL DO SINDICATO. INSUBSISTÊNCIA DA ESTABILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 369) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 87 do TST

ENTIDADE PÚBLICA. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE EMINENTEMENTE ECONÔMICA. EXECUÇÃO. ART. 883 DA CLT.

Observação: (mantida conforme decidido no julgamento do processo TST-AgR-E-RR-148500-29.2004.5.09.0022 pelo Tribunal Pleno em 22.08.2016).Tese: É direta a execução contra a APPA e MINASCAIXA (§ 1º do art. 173, da CF/1988).Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 87 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO EM EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.
Observação: (cancelada) DJ 22.08.2005 Tese: O art. 899 da CLT, ao impedir a execução definitiva do título executório, enquanto pendente recurso, alcança tanto as execuções por obrigação de pagar quanto as por obrigação de fazer. Assim, tendo a obrigação de reintegrar caráter definitivo, somente pode ser decretada, liminarmente, nas hipóteses legalmente previstas, em sede de tutela antecipada ou tutela específica. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 88 do TST
GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 244) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade. (art. 10, II, "b", ADCT).

Legislação:

CF/1988, art. 10, II, "b", ADCT

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 88 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. VALOR DA CAUSA. CUSTAS PROCESSUAIS. CABIMENTO.

Observação: (inserida em 13.03.2002) Tese: Incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais, uma vez que cabia à parte, após recolher as custas, calculadas com base no valor dado à causa na inicial, interpor recurso ordinário e, posteriormente, agravo de instrumento no caso de o recurso ser considerado deserto. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 89 do TST

HORAS EXTRAS. REFLEXOS .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 376) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, independentemente da limitação prevista no "caput" do art. 59, da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 89 do TST

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO. TERMO DE DEPÓSITO NÃO ASSINADO PELO PACIENTE. NECESSIDADE DE ACEITAÇÃO DO ENCARGO. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL.

Observação: (inserida em 27.05.2002) Tese: A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que, é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 90 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. NÃO EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO REGIONAL. RES. 52/96 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6/96.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida ao art. 897 da CLT pela Lei nº 9.756/1998) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Quando o despacho denegatório

de processamento de recurso de revista não se fundou na intempestividade deste, não é necessário o traslado da certidão de publicação do acórdão regional.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 90 do TST
RECURSO ORDINÁRIO. APELO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO-CONHECIMENTO. ART. 514, II, DO CPC.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 422) - DJ 22.08.2005Tese: Não se conhece de recurso ordinário para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 91 do TST
ANISTIA. ART. 8º, § 1º, ADCT. EFEITOS FINANCEIROS. ECT.
Observação: Inserida em 30.05.1997.Tese: ROAR 105608/94, SDI-Plena
Em 19.05.1997, a SDI-Plena decidiu, pelo voto prevalente do Exmo. Sr. Presidente, que os efeitos financeiros da readmissão do empregado anistiado serão contados a partir do momento em que este manifestou o desejo de retornar ao trabalho e, na ausência de prova, da data do ajuizamento da ação.
Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 91 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA. AUTENTICAÇÃO DE CÓPIAS PELAS SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO. REQUERIMENTO INDEFERIDO. ART. 789, § 9º, DA CLT.
Observação: (inserida em 27.05.2002)Tese: Não sendo a parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, inexistente direito líquido e certo à autenticação, pelas Secretarias dos Tribunais, de peças extraídas do processo principal, para formação do agravo de instrumento.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 92 do TST
DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.
Observação: (Inserida em 30.05.1997).Tese: Em caso de criação de novo município, por desmembramento, cada uma das novas entidades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurarem como real empregador.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 92 do TST
MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO.
Observação: (inserida em 27.05.2002)Tese: Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 93 do TST
DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS E NÃO COMPENSADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº

146 .

Observação: (cancelada em decorrência da redação da Súmula nº 146 conferida pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003) Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: O trabalho prestado em domingos e feriados não compensados deve ser pago em dobro sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 93 do TST

PENHORA SOBRE PARTE DA RENDA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL. POSSIBILIDADE.

Observação: (alterada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017 Tese: Nos termos do art. 866 do CPC de 2015, é admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento de empresa, limitada a percentual, que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades, desde que não haja outros bens penhoráveis ou, havendo outros bens, eles sejam de difícil alienação ou insuficientes para satisfazer o crédito executado. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 94 do TST

EMBARGOS. EXIGÊNCIA. INDICAÇÃO EXPRESSA DO DISPOSITIVO LEGAL TIDO COMO VIOLADO .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 221) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: ERR 164691/1995, SDI-Plena

Em 19.05.1997, a SDI-Plena decidiu, por maioria, que não se conhece de revista (896 "c") e de embargos (894 "b") por violação legal ou constitucional quando o recorrente não indica expressamente o dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 94 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. COLUSÃO. FRAUDE À LEI. RECLAMATÓRIA SIMULADA EXTINTA.

Observação: (inserida em 27.09.2002) Tese: A decisão ou acordo judicial subjacente à reclamação trabalhista, cuja tramitação deixa nítida a simulação do litígio para fraudar a lei e prejudicar terceiros, enseja ação rescisória, com lastro em colusão. No juízo rescisório, o processo simulado deve ser extinto. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 95 do TST

EMBARGOS PARA SDI. DIVERGÊNCIA ORIUNDA DA MESMA TURMA DO TST. INSERVÍVEL.

Observação: (inserida em 30.05.1997). Tese: ERR 125320/94, SDI-Plena

Em 19.05.97, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que acórdãos oriundos da mesma Turma, embora divergentes, não fundamentam divergência jurisprudencial de que trata a alínea "b", do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho para embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais, Subseção I.

Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 95 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA DE Ação Rescisória. VIOLAÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO DOS MESMOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS NA RESCISÓRIA PRIMITIVA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 400) - DJ 22.08.2005Tese: Em se tratando de rescisória de rescisória, o vício apontado deve nascer na decisão rescindenda, não se admitindo a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior. Assim, não se admite rescisória calcada no inciso V do art. 485 do CPC, para discussão, por má aplicação, dos mesmos dispositivos de lei tidos por violados na rescisória anterior, bem como para arguição de questões inerentes à ação rescisória primitiva.

Legislação:

Art. 485 do CPCSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 96 do TST

FÉRIAS. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO. DEVIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 159.

Observação: (cancelada em decorrência da redação da Súmula nº 159 conferida pela Res.

121/2003, DJ 21.11.2003) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação:

CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 96 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. VÍCIO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA. AUSÊNCIA DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 299, DJ

22.08.2005)Tese: O pretense vício de intimação posterior à decisão que se pretende rescindir, se

efetivamente ocorrido, não permite a formação da coisa julgada material. Assim, a ação

rescisória deve ser julgada extinta sem julgamento do mérito por carência de ação, por inexistir

decisão transitada em julgado a ser rescindida.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 97 do TST

HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO.

Observação: (inserida em 30.05.1997). - Entendimento reafirmado no IRR nº 288.
IRR-288 ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO DE HORAS. EXTRAORDINÁRIAS.

(RR-0011269-91.2024.5.03.0129, Tribunal Pleno, publicado em 03.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extraordinárias

prestadas no período noturno.Tese: O adicional noturno integra a base de cálculo das horas

extras prestadas no período noturno.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 97 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 5º, II, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005Tese: Os princípios da legalidade, do devido

processo legal, do contraditório e da ampla defesa não servem de fundamento para a

desconstituição de decisão judicial transitada em julgado, quando se apresentam sob a forma

de pedido genérico e desfundamentado, acompanhando dispositivos legais que tratam

especificamente da matéria debatida, estes sim, passíveis de fundamentarem a análise do pleito

rescisório.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 98 do TST

HORAS "IN ITINERE". TEMPO GASTO ENTRE A PORTARIA DA EMPRESA E O LOCAL DO SERVIÇO. DEVIDAS. AÇOMINAS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 36 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 98 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. CABÍVEL PARA ATACAR EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO PRÉVIO DE HONORÁRIOS PERICIAIS.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005 Tese: É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 99 do TST

PREPOSTO. EXIGÊNCIA DA CONDIÇÃO DE EMPREGADO

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 377) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. Inteligência do art. 843, § 1º da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 99 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. ESGOTAMENTO DE TODAS AS VIAS PROCESSUAIS DISPONÍVEIS. TRÂNSITO EM JULGADO FORMAL. DESCABIMENTO.

Observação: (inserida em 27.09.2002) Tese: Esgotadas as vias recursais existentes, não cabe mandado de segurança. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 100 do TST

SALÁRIO. REAJUSTE. ENTES PÚBLICOS.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Os reajustes salariais previstos em legislação federal devem ser observados pelos Estados-membros, suas Autarquias e Fundações Públicas nas relações contratuais trabalhistas que mantiverem com seus empregados. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 100 do TST

RECURSO ORDINÁRIO PARA O TST. DECISÃO DE TRT PROFERIDA EM AGRAVO REGIMENTAL CONTRA LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR OU EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCABÍVEL.

Observação: (inserida em 27.09.2002) Tese: Não cabe recurso ordinário para o TST de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental interposto contra despacho que concede ou não liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança, uma vez que o processo ainda pende de decisão definitiva do Tribunal "a quo". Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 101 do TST

REINTEGRAÇÃO CONVERTIDA EM INDENIZAÇÃO DOBRADA. EFEITOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 28.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação da Súmula nº 28 conferida pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: AGERR 100357/1993, SDI-Plena

Em 19.05.1997, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que o direito à percepção de salários vencidos e vincendos decorrentes da condenação ao pagamento de indenização dobrada é assegurado até a data da primeira decisão que converteu a reintegração em indenização dobrada.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 101 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. INCISO IV DO ART. 966 DO CPC DE 2015. ART. 485, IV, DO CPC DE 1973. OFENSA À COISA JULGADA. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE NA DECISÃO RESCINDENDA.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Tese: Para viabilizar a desconstituição do julgado pela causa de rescindibilidade do inciso IV do art. 966 do CPC de 2015 (inciso IV do art. 485 do CPC de 1973), é necessário que a decisão rescindenda tenha enfrentado as questões ventiladas na ação rescisória, sob pena de inviabilizar o cotejo com o título executivo judicial tido por desrespeitado, de modo a se poder concluir pela ofensa à coisa julgada. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 102 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INTEGRAÇÃO NA REMUNERAÇÃO

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 139) - Res. 129/2005, DJ Tese: Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 102 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO. DESCOMPASSO COM A REALIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ 22.08.2005 Tese: O juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 103 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. REPOUSO SEMANAL E FERIADOS.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O adicional de insalubridade já remunera os dias de repouso semanal e feriados. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 103 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRADIÇÃO ENTRE FUNDAMENTAÇÃO E PARTE DISPOSITIVA DO JULGADO. CABIMENTO. ERRO DE FATO.

Observação: (DJ 29.04.2003)Tese: É cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que foi decidido.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 104 do TST

CUSTAS. CONDENAÇÃO ACRESCIDA. INEXISTÊNCIA DE DESERÇÃO QUANDO AS CUSTAS NÃO SÃO EXPRESSAMENTE CALCULADAS E NÃO HÁ INTIMAÇÃO DA PARTE PARA O PREPARO DO RECURSO, DEVENDO, ENTÃO, SER AS CUSTAS PAGAS AO FINAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula nº 25) - Res. 197/2015 - DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015.Tese: Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas ser pagas ao final.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 104 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. MOMENTO DO TRÂNSITO EM JULGADO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ 22.08.2005Tese: O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831 da CLT. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 105 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. É CONSTITUCIONAL O ART. 118 DA LEI Nº 8.213/91.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 378) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 105 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO SUBSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 192) - DJ 22.08.2005Tese: É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 106 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. CONCESSÃO DO SALÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE ESTABILIDADE JÁ EXAURIDO. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO "EXTRA PETITA".

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 396) - Res. 129/2005,

DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 106 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO.

DESCABIMENTO DE Ação RESCISÓRIA PREVENTIVA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 299) - DJ

22.08.2005Tese: A comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto processual indispensável ao tempo do ajuizamento da ação rescisória. Eventual trânsito em julgado posterior ao ajuizamento da ação rescisória não reabilita a ação proposta, na medida em que o ordenamento jurídico não contempla a ação rescisória preventiva.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 107 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. SAQUES. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação

Jurisprudencial nº 42 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A multa de 40% a que se refere o art. 9º, § 1º, do Decreto nº 99.684/90, incide sobre os saques, corrigidos monetariamente.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 107 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA DE MÉRITO. SENTENÇA DECLARATÓRIA DE EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO. SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016Tese: Embora não haja atividade cognitiva, a decisão que declara extinta a execução, nos termos do art. 924, incisos I a IV c/c art. 925 do CPC de 2015 (art. 794 c/c art. 795 do CPC de 1973), extingue a relação processual e a obrigacional, sendo passível de corte rescisório.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 108 do TST

MANDATO EXPRESSO. AUSÊNCIA DE PODERES PARA SUBSTABELECER. VÁLIDOS OS ATOS PRATICADOS PELO SUBSTABELECIDO. (ART. 1300, §§ 1º E 2º DO CCB) .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 395) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 108 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. FUNDAMENTO PARA INVALIDAR CONFISSÃO. CONFISSÃO FICTA. INADEQUAÇÃO DO ENQUADRAMENTO NO ART. 485, VIII, DO CPC.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 404) - DJ

22.08.2005Tese: O art. 485, VIII, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da decisão judicial, refere-se à confissão real, fruto de erro, dolo ou coação, e não à confissão ficta resultante de revelia.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 109 do TST

MINASCAIXA. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" ENQUANTO NÃO CONCLUÍDO O PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 37 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 109 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 410) - DJ 22.08.2005 Tese: A ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 110 do TST

REPRESENTAÇÃO IRREGULAR. PROCURAÇÃO APENAS NOS AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016. Tese: A existência de instrumento de mandato apenas nos autos de agravo de instrumento, ainda que em apenso, não legitima a atuação de advogado nos processos de que se originou o agravo. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 110 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. RÉU SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL NA AÇÃO ORIGINÁRIA. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 406) - DJ 22.08.2005 Tese: O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 111 do TST

RECURSO DE REVISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ARESTO ORIUNDO DO MESMO TRIBUNAL REGIONAL. LEI Nº 9.756/98. INSERVÍVEL AO CONHECIMENTO.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei nº 9.756/98. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 111 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. DOLO DA PARTE VENCEDORA EM DETRIMENTO DA VENCIDA. ART. 485, III, DO CPC. INVIÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 403) - DJ 22.08.2005 Tese: Se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, não há parte vencedora ou vencida, razão pela qual não é possível a sua desconstituição calcada no inciso III do art. 485

do CPC (dolo da parte vencedora em detrimento da vencida), pois constitui fundamento de rescindibilidade que supõe solução jurisdicional para a lide.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 112 do TST

VACÂNCIA DO CARGO. SALÁRIO DO SUCESSOR. SÚMULA Nº 159. INAPLICÁVEL .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 159) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 112 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LEI. DECISÃO RESCINDENDA POR DUPLO FUNDAMENTO. IMPUGNAÇÃO PARCIAL.

Observação: (DJ 29.04.2003)Tese: Para que a violação da lei dê causa à rescisão de decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento, é necessário que o Autor da ação rescisória invoque causas de rescindibilidade que, em tese, possam infirmar a motivação dúplice da decisão rescindenda.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 113 do TST

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. CARGO DE CONFIANÇA OU PREVISÃO CONTRATUAL DE TRANSFERÊNCIA. DEVIDO. DESDE QUE A TRANSFERÊNCIA SEJA PROVISÓRIA.

Observação: (inserida em 20.11.1997).Tese: O fato de o empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional. O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 113 do TST

AÇÃO CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE INTERESSE. EXTINÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017Tese: É incabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão proferida em mandado de segurança, pois ambos visam, em última análise, à sustação do ato atacado. Extingue-se, pois, o processo, sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir, para evitar que decisões judiciais conflitantes e inconciliáveis passem a reger idêntica situação jurídica.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 114 do TST

DIRIGENTE SINDICAL. DESPEDIDA. FALTA GRAVE. INQUÉRITO JUDICIAL. NECESSIDADE .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 379) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 114 do TST

COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO POR CARTA. EMBARGOS DE TERCEIRO. JUÍZO DEPRECANTE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 419) - DJ 22.08.2005Tese: Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 115 do TST
RECURSO DE REVISTA. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL .
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 459) - Res. 197/2015 - DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015.Tese: O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 115 do TST
COMPETÊNCIA FUNCIONAL. CONFLITO NEGATIVO. TRT E VARA DO TRABALHO DE IDÊNTICA REGIÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 420) - DJ 22.08.2005Tese: Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 116 do TST
ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PERÍODO ESTABILITÁRIO EXAURIDO. REINTEGRAÇÃO NÃO ASSEGURADA. DEVIDOS APENAS OS SALÁRIOS DESDE A DATA DA DESPEDIDA ATÉ O FINAL DO PERÍODO ESTABILITÁRIO
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 396) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 116 do TST
AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, IV, DO CPC. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. OFENSA À COISA JULGADA EMANADA DE SENTENÇA NORMATIVA MODIFICADA EM GRAU DE RECURSO. INVIABILIDADE.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 397) - DJ 22.08.2005Tese: Não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal. Assim, os meios processuais, aptos a atacarem a execução da cláusula reformada, são a exceção da pré-executividade e o mandado de segurança, no caso de descumprimento do art. 572 do CPC.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 117 do TST
HORAS EXTRAS. LIMITAÇÃO. ART. 59 DA CLT .
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 376) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 117 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DEPÓSITO RECURSAL. PEDIDO RESCISÓRIO PROCEDENTE. CONDENAÇÃO EM PECÚNIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/93, III.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 99) - DJ

22.08.2005Tese: Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal prévio só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 118 do TST

PREQUESTIONAMENTO. TESE EXPLÍCITA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 297.

Observação: Inserida em 20.11.1997.Tese: Havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 118 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. EXPRESSÃO "LEI" DO ART. 485, V, DO CPC. INDICAÇÃO DE CONTRARIEDADE A SÚMULA OU ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST. DESCABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 25 da SBDI-II) - DJ 22.08.2005Tese: Não prospera pedido de rescisão fundado no art. 485, inciso V, do CPC, com indicação de contrariedade a súmula, uma vez que a jurisprudência consolidada dos tribunais não corresponde ao conceito de lei.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 119 do TST

PREQUESTIONAMENTO INEXIGÍVEL. VIOLAÇÃO NASCIDA NA PRÓPRIA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA Nº 297 DO TST. INAPLICÁVEL.

Observação: (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010.Tese: É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida.

Inaplicável a Súmula n.º 297 do TST.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 119 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. TOTAL OU PARCIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 7º, XXIX, DA CF/1988. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 409) - DJ

22.08.2005Tese: Não procede ação rescisória calcada em violação do art. 7º, XXIX, da CF/1988, quando a questão envolve discussão sobre a espécie de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas, se total ou parcial, porque a matéria tem índole infraconstitucional, construída, na Justiça do Trabalho, no plano jurisprudencial.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 120 do TST

RECURSO. ASSINATURA DA PETIÇÃO OU DAS RAZÕES RECURSAIS. ART. 932, PARÁGRAFO

ÚNICO, DO CPC DE 2015.

Observação: (alterada em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016.Tese: I - Verificada a total ausência de assinatura no recurso, o juiz ou o relator concederá prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o recurso será reputado inadmissível (art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015).

II - É válido o recurso assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 120 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. RECUSA À HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 418) - DJ

22.08.2005Tese: Não comporta mandado de segurança a negativa de homologação de acordo, por inexistir direito líquido e certo à homologação, já que se trata de atividade jurisdicional alicerçada no livre convencimento do juiz.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 121 do TST

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DIFERENÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LEGITIMIDADE.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: O sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 121 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DESCABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 405) - DJ

22.08.2005Tese: Não se admite tutela antecipada em sede de ação rescisória, na medida em que não se pode desconstituir antecipadamente a coisa julgada, com base em juízo de verossimilhança, dadas as garantias especiais de que se reveste o pronunciamento estatal transitado em julgado.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 122 do TST

AVISO PRÉVIO. INÍCIO DA CONTAGEM. ART. 125, CÓDIGO CIVIL .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 380) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Aplica-se a regra prevista no art. 125, do Código Civil, à contagem do prazo do aviso prévio.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 122 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. "DIES A QUO" DO PRAZO. CONTAGEM. COLUSÃO DAS PARTES.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 100) - DJ

22.08.2005Tese: Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 123 do TST

BANCÁRIOS. AJUDA ALIMENTAÇÃO .

Observação: (inserida em 20.04.1998). Tese: A ajuda alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário.

ERR 118739/1994, SDI-Plena

Em 10.02.1998, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que ajuda alimentação paga ao bancário, em decorrência de prestação de horas extras por prorrogação de jornada, tem natureza indenizatória e, portanto, não integrativa ao salário.

ERR 118739/1994, SDI-Plena

Em 10.02.1998, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que ajuda alimentação paga ao bancário, em decorrência de prestação de horas extras por prorrogação de jornada, tem natureza indenizatória e, portanto, não integrativa ao salário.

Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 123 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. INTERPRETAÇÃO DO SENTIDO E ALCANCE DO TÍTULO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA.

Observação: (título alterado) - DJ 22.08.2005 Tese: O acolhimento da ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 124 do TST

CORREÇÃO MONETÁRIA. SALÁRIO. ART. 459, CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 381) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Situação:

CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 124 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 966, INCISO II, DO CPC DE 2015. ART. 485, INCISO II, DO CPC DE 1973. ARGUIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. PREQUESTIONAMENTO INEXIGÍVEL.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Tese: Na hipótese em que a ação rescisória tem como causa de rescindibilidade o inciso II do art. 966 do CPC de 2015 (inciso II do art. 485 do CPC de 1973), a arguição de incompetência absoluta prescinde de prequestionamento. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 125 do TST

DESVIO DE FUNÇÃO. QUADRO DE CARREIRA.

Observação: (Alterada em 13.03.2002). Tese: O simples desvio funcional do empregado não

gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/1988. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 125 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, III, DO CPC. SILÊNCIO DA PARTE VENCEDORA ACERCA DE EVENTUAL FATO QUE LHE SEJA DESFAVORÁVEL. DESCARACTERIZADO O DOLO PROCESSUAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 403) - DJ

22.08.2005Tese: Não caracteriza dolo processual, previsto no art. 485, III, do CPC, o simples fato de a parte vencedora haver silenciado a respeito de fatos contrários a ela, porque o procedimento, por si só, não constitui ardil do qual resulte cerceamento de defesa e, em consequência, desvie o juiz de uma sentença não-condizente com a verdade.Situação:

CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 126 do TST

SÚMULA Nº 239. EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS. INAPLICÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 239) - Res.

129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005Tese: É inaplicável a Súmula nº 239 quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 126 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE DEFESA. INAPLICÁVEIS OS EFEITOS DA REVELIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 398) - DJ

22.08.2005Tese: Na ação rescisória, o que se ataca na ação é a sentença, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim sendo e, considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia não produz confissão na ação rescisória.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 127 do TST

HORA NOTURNA REDUZIDA. SUBSISTÊNCIA APÓS A CF/1988.

Observação: Inserida em 20.04.1998.Tese: O art. 73, § 1º da CLT, que prevê a redução da hora noturna, não foi revogado pelo inciso IX do art. 7º da CF/1988.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 127 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. CONTAGEM. EFETIVO ATO COATOR.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 128 do TST

MUDANÇA DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. PRESCRIÇÃO BIENAL .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 382) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 128 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. CONCURSO PÚBLICO ANULADO POSTERIORMENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 363 DO TST.

Observação: (DJ 09.12.2003)Tese: O certame público posteriormente anulado equivale à contratação realizada sem a observância da exigência contida no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988. Assim sendo, aplicam-se à hipótese os efeitos previstos na Súmula nº 363 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 129 do TST

PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL .

Observação: (inserida em 20.04.1998).Tese: A prescrição extintiva para pleitear judicialmente o pagamento da complementação de pensão e do auxílio-funeral é de 2 anos, contados a partir do óbito do empregado.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 129 do TST

AÇÃO ANULATÓRIA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA.

Observação: (DJ 04.05.2004)Tese: Em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá no mesmo juízo em que praticado o ato supostamente eivado de vício.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 130 do TST

PRESCRIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. ARGUIÇÃO. "CUSTOS LEGIS". ILEGITIMIDADE

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016Tese: Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de "custos legis", o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 130 do TST

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. LOCAL DO DANO. LEI Nº 7.347/1985, ART. 2º. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ART. 93.

Observação: (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) ; Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012Tese: I - A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II - Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III - Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV - Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 131 do TST

VANTAGEM "IN NATURA". HIPÓTESES EM QUE NÃO INTEGRA O SALÁRIO .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 367) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A habitação e a energia elétrica fornecidas pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 131 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. Ação CAUTELAR PARA SUSPENDER EXECUÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA. PENDÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DA Ação RESCISÓRIA PRINCIPAL. EFEITOS.

Observação: (DJ 04.05.2004)Tese: A ação cautelar não perde o objeto enquanto ainda estiver pendente o trânsito em julgado da ação rescisória principal, devendo o pedido cautelar ser julgado procedente, mantendo-se os efeitos da liminar eventualmente deferida, no caso de procedência do pedido rescisório ou, por outro lado, improcedente, se o pedido da ação rescisória principal tiver sido julgado improcedente.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 132 do TST

AGRAVO REGIMENTAL. PEÇAS ESSENCIAIS NOS AUTOS PRINCIPAIS .

Observação: (Inserida em 27.11.1998).Tese: Inexistindo lei que exija a tramitação do agravo regimental em autos apartados, tampouco previsão no Regimento Interno do Regional, não pode o agravante ver-se apenado por não haver colacionado cópia de peças dos autos principais, quando o agravo regimental deveria fazer parte dele.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 132 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO HOMOLOGADO. ALCANCE. OFENSA À COISA JULGADA.

Observação: (DJ 04.05.2004)Tese: Acordo celebrado - homologado judicialmente - em que o empregado dá plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, alcança não só o objeto da inicial, como também todas as demais parcelas referentes ao extinto contrato de trabalho, violando a coisa julgada, a propositura de nova reclamação trabalhista.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 133 do TST

AJUDA ALIMENTAÇÃO. PAT. LEI Nº 6.321/76. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO.

Observação: (inserida em 27.11.1998).Tese: A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 133 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 333. JUÍZO DE MÉRITO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 192) - DJ 22.08.05Tese: A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula

nº 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 134 do TST

AUTENTICAÇÃO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. DISPENSADA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.360, DE 12.03.1996.

Observação: (inserida em 27.11.1998).Tese: São válidos os documentos apresentados, por pessoa jurídica de direito público, em fotocópia não autenticada, posteriormente à edição da Medida Provisória nº 1.360/96 e suas reedições.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 134 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO QUE DECLARA PRECLUSA A OPORTUNIDADE DE IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. PRODUÇÃO DE COISA JULGADA FORMAL. IRRESCINDIBILIDADE.

Observação: (alterada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017Tese: A decisão proferida em embargos à execução ou em agravo de petição que apenas declara preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação não é rescindível, em virtude de produzir tão-somente coisa julgada formal.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 135 do TST

AVISO PRÉVIO INDENIZADO. SUPERVENIÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA NO CURSO DESTA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 371) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Os efeitos da dispensa só se concretizam depois de expirado o benefício previdenciário, sendo irrelevante que tenha sido concedido no período do aviso prévio já que ainda vigorava o contrato de trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 135 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 37, "CAPUT", DA CF/1988. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO.

Observação: (DJ 04.05.2004)Tese: A ação rescisória calcada em violação do artigo 37, "caput", da Constituição Federal, por desrespeito ao princípio da legalidade administrativa exige que ao menos o princípio constitucional tenha sido prequestionado na decisão.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 136 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. TELEX DIREC Nº 5003/87. NÃO ASSEGURADA .

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 18 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: O telex DIREC do Banco do Brasil nº 5003/87 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 136 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. CARACTERIZAÇÃO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Tese: A caracterização do erro de fato como causa de rescindibilidade de decisão judicial transitada em julgado supõe a afirmação categórica e indiscutida de um fato, na decisão rescindenda, que não corresponde à realidade dos autos. O fato afirmado pelo julgador, que pode ensejar ação rescisória calcada no inciso VIII do art. 966 do CPC de 2015 (inciso IX do art. 485 do CPC de 1973), é apenas aquele que se coloca como premissa fática indiscutida de um silogismo argumentativo, não aquele que se apresenta ao final desse mesmo silogismo, como conclusão decorrente das premissas que especificaram as provas oferecidas, para se concluir pela existência do fato. Esta última hipótese é afastada pelo § 1º do art. 966 do CPC de 2015 (§ 2º do art. 485 do CPC de 1973), ao exigir que não tenha havido controvérsia sobre o fato e pronunciamento judicial esmiuçando as provas. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 137 do TST

BANCO MERIDIONAL. CIRCULAR Nº 34046/89. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 38 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A inobservância dos procedimentos disciplinados na Circular nº 34046/89, norma de caráter eminentemente procedimental, não é causa para a nulidade da dispensa sem justa causa. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 137 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. DIRIGENTE SINDICAL. ART. 494 DA CLT. APLICÁVEL.

Observação: (DJ 04.05.2004) Tese: Constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada, na forma do art. 494, "caput" e parágrafo único, da CLT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 138 do TST

COMPETÊNCIA RESIDUAL. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LIMITAÇÃO DA EXECUÇÃO.

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 249 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de direitos e vantagens previstos na legislação trabalhista referente a período anterior à Lei nº 8.112/90, mesmo que a ação tenha sido ajuizada após a edição da referida lei. A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista. (1ª parte - ex-OJ nº 138 da SDI-1 - inserida em 27.11.98; 2ª parte - ex-OJ nº 249 - inserida em 13.03.02)

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 138 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONTRATO DE NATUREZA CIVIL.

Observação: (cancelada) - DJ 10.05.2006 Tese: A Justiça do Trabalho é incompetente para apreciar ação de cobrança de honorários advocatícios, pleiteada na forma do art. 24, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906/1994, em face da natureza civil do contrato de honorários.

Legislação:

CF/1988, art. 114

Lei nº 8.906/1994, art. 24, § 1º Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 139 do TST

DEPÓSITO RECURSAL. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3/93, II.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 128) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Está a parte recorrente obrigada a efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 139 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA DE MÉRITO SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 414) - DJ 22.08.2005 Tese: Perde objeto o mandado de segurança que impugna liminar em ação civil pública substituída por sentença de mérito superveniente. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 140 do TST

DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO INSUFICIENTE. DESERÇÃO.

Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25.04.2017 Tese: Em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 140 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LIMINAR, CONCEDIDA OU DENEGADA EM OUTRA SEGURANÇA. INCABÍVEL. (ART. 8º DA LEI Nº 1.533/51).

Observação: (DJ 04.05.2004) Tese: Não cabe mandado de segurança para impugnar despacho que acolheu ou indeferiu liminar em outro mandado de segurança. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 141 do TST

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 368) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 141 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA PARA CONCEDER LIMINAR DENEGADA EM AÇÃO CAUTELAR.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 418) - DJ 22.08.2005 Tese: A concessão de liminar constitui faculdade do juiz, no uso de seu poder

discricionário e de cautela, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 142 do TST

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. VISTA PRÉVIA À PARTE CONTRÁRIA.

Observação: (cancelado o item II em decorrência do CPC de 2015) - Res. 214/2016, DEJT divulgado em 30.11.2016 e 01 e 02.12.2016.Tese: É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 142 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. REINTEGRAÇÃO LIMINARMENTE CONCEDIDA.

Observação: (DJ 04.05.2004)Tese: Inexiste direito líquido e certo a ser oposto contra ato de Juiz que, antecipando a tutela jurisdicional, determina a reintegração do empregado até a decisão final do processo, quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material, como nos casos de anistiado pela Lei nº 8.878/94, aposentado, integrante de comissão de fábrica, dirigente sindical, portador de doença profissional, portador de vírus HIV ou detentor de estabilidade provisória prevista em norma coletiva.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 143 do TST

EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO. CRÉDITOS TRABALHISTAS. LEI Nº 6.024/74.

Observação: (Inserida em 27.11.1998).Tese: A execução trabalhista deve prosseguir diretamente na Justiça do Trabalho mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial. Lei nº 6.830/80, arts. 5º e 29, aplicados supletivamente (CLT art. 889 e CF/1988, art. 114).Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 143 do TST

"HABEAS CORPUS". PENHORA SOBRE COISA FUTURA E INCERTA. PRISÃO. DEPOSITÁRIO INFIEL.

Observação: (alterada) - Res. 151/2008, DEJT divulgado em 20, 21 e 24.11.2008Tese: Não se caracteriza a condição de depositário infiel quando a penhora recair sobre coisa futura e incerta, circunstância que, por si só, inviabiliza a materialização do depósito no momento da constituição do paciente em depositário, autorizando-se a concessão de "habeas corpus" diante da prisão ou ameaça de prisão que sofra.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 144 do TST

ENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO EXTINTIVA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 275) - DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 144 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. PROIBIÇÃO DE PRÁTICA DE ATOS FUTUROS. SENTENÇA

GENÉRICA. EVENTO FUTURO. INCABÍVEL.

Observação: (nova redação) - DJ 22.08.2005 Tese: O mandado de segurança não se presta à obtenção de uma sentença genérica, aplicável a eventos futuros, cuja ocorrência é incerta. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 145 do TST

ESTABILIDADE. DIRIGENTE SINDICAL. CATEGORIA DIFERENCIADA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 369) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 145 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. NÃO ESGOTAMENTO DAS VIAS RECURSAIS. PRAZO LEGAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 100) - DJ 22.08.2005 Tese: Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 146 do TST

FGTS. OPÇÃO RETROATIVA. CONCORDÂNCIA DO EMPREGADOR. NECESSIDADE

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 39 da SBDI-1) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 146 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. INÍCIO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO. ART. 774 DA CLT.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Tese: A contestação apresentada em ação rescisória obedece à regra relativa à contagem de prazo constante do art. 774 da CLT, sendo inaplicável o art. 231 do CPC de 2015 (art. 241 do CPC de 1973). Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 147 do TST

LEI ESTADUAL, NORMA COLETIVA OU NORMA REGULAMENTAR. CONHECIMENTO INDEVIDO DO RECURSO DE REVISTA POR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 309 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: I - É inadmissível o recurso de revista fundado tão-somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida. (ex-OJ nº 309 da SDI-1 - inserida em 11.08.03)

II - É imprescindível a arguição de afronta ao art. 896 da CLT para o conhecimento de embargos interpostos em face de acórdão de Turma que conhece indevidamente de recurso de revista, por divergência jurisprudencial, quanto a tema regulado por lei estadual, norma coletiva ou norma

regulamentar de âmbito restrito ao Regional prolator da decisão.

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 147 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. VALOR DA CAUSA.

Observação: (cancelada) ; Res. nº 142/2007, DJ 10, 11 e 15.10.2007 Tese: O valor da causa, na ação rescisória de sentença de mérito advinda de processo de conhecimento, corresponde ao valor da causa fixado no processo originário, corrigido monetariamente. No caso de se pleitear a rescisão de decisão proferida na fase de execução, o valor da causa deve corresponder ao montante da condenação. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 148 do TST

LEI Nº 8.880/94, ART. 31. CONSTITUCIONALIDADE.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É constitucional o art. 31 da Lei nº 8.880/94, que prevê a indenização por demissão sem justa causa. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 148 do TST

CUSTAS. MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO. EXIGÊNCIA DO PAGAMENTO.

Observação: (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 29 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É responsabilidade da parte, para interpor recurso ordinário em mandado de segurança, a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo recursal, sob pena de deserção. (ex-OJ nº 29 - inserida em 20.09.00). Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 149 do TST

MANDATO. ART. 13 DO CPC. REGULARIZAÇÃO. FASE RECURSAL. INAPLICÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 383) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 149 do TST

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. HIPÓTESE DO ART. 651, § 3º, DA CLT. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE OFÍCIO DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Tese: Não cabe declaração de ofício de incompetência territorial no caso do uso, pelo trabalhador, da faculdade prevista no art. 651, § 3º, da CLT. Nessa hipótese, resolve-se o conflito pelo reconhecimento da competência do juízo do local onde a ação foi proposta. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 150 do TST

MULTA PREVISTA EM VÁRIOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS. CUMULAÇÃO DE AÇÕES .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 384) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando

em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 150 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. REGÊNCIA PELO CPC DE 1973. DECISÃO RESCINDENDA QUE EXTINGUE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR ACOLHIMENTO DE COISA JULGADA. CONTEÚDO MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016Tese: Reputa-se juridicamente impossível o pedido de corte rescisório de decisão que, reconhecendo a existência de coisa julgada, nos termos do art. 267, V, do CPC de 1973, extingue o processo sem resolução de mérito, o que, ante o seu conteúdo meramente processual, a torna insuscetível de produzir a coisa julgada material.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 151 do TST

PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO REGIONAL QUE ADOTA A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

Observação: Inserida em 27.11.1998.Tese: Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula nº 297.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 151 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA.PROCURAÇÃO. PODERES ESPECÍFICOS PARA AJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. FASE RECURSAL. VÍCIO PROCESSUAL SANÁVEL.

Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 211/2016, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.08.2016Tese: A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista não autoriza a propositura de ação rescisória e mandado de segurança. Constatado, todavia, o defeito de representação processual na fase recursal, cumpre ao relator ou ao tribunal conceder prazo de 5 (cinco) dias para a regularização, nos termos da Súmula nº 383, item II, do TST.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 152 do TST

REVELIA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. APLICÁVEL. (ART. 844 DA CLT).

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Pessoa jurídica de direito público sujeita-se à revelia prevista no artigo 844 da CLT.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 152 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO DE REVISTA DE ACÓRDÃO REGIONAL QUE JULGAÇÃO RESCISÓRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. ERRO GROSSEIRO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

Observação: (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008)Tese: A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, configura erro grosseiro, insuscetível de autorizar o seu

recebimento como recurso ordinário, em face do disposto no art. 895, § 1º da CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 153 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEFICIÊNCIA DE ILUMINAMENTO. LIMITAÇÃO .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 57 da SBDI-1) -Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Somente após 26.02.1991 foram, efetivamente, retiradas do mundo jurídico as normas ensejadoras do direito ao adicional de insalubridade por iluminação insuficiente no local da prestação de serviço, como previsto na Portaria nº 3751/90 do Ministério do Trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 153 do TST

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. ORDEM DE PENHORA SOBRE VALORES EXISTENTES EM CONTA SALÁRIO. ART. 649, IV, DO CPC DE 1973. ILEGALIDADE.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017Tese: Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC de 1973 contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC de 1973 espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 154 do TST

ATESTADO MÉDICO - INSS. EXIGÊNCIA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO .

Observação: (cancelada) - Res. 158/2009, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.10.2009.Tese: A doença profissional deve ser atestada por médico do INSS, se tal exigência consta de cláusula de instrumento normativo, sob pena de não reconhecimento do direito à estabilidade.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 154 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO PRÉVIO AO AJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO. QUITAÇÃO GERAL. LIDE SIMULADA. POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO APENAS SE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO.

Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)Tese: A sentença homologatória de acordo prévio ao ajuizamento de reclamação trabalhista, no qual foi conferida quitação geral do extinto contrato, sujeita-se ao corte rescisório tão somente se verificada a existência de fraude ou vício de consentimento.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 155 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA NA INICIAL. MAJORAÇÃO DE OFÍCIO. INVIABILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res; 206/2016, DEJT divulgado em 18, 19 e 20.04.2016Tese: Atribuído o valor da causa na inicial da ação rescisória ou do mandado

de segurança e não havendo impugnação, nos termos do art. 261 do CPC, é defeso ao Juízo majorá-lo de ofício, ante a ausência de amparo legal. Inaplicável, na hipótese, a Orientação Jurisprudencial da SBDI-2 nº 147 e o art. 2º, II, da Instrução Normativa nº 31 do TST. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 155 do TST
BANRISUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 40 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A Resolução nº 1600/64, vigente à época da admissão do empregado, incorporou-se ao contrato de trabalho, pelo que sua alteração não poderá prejudicar o direito adquirido, mesmo em virtude da edição da Lei nº 6.435/77. Incidência das Súmulas nºs 51 e 288. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 156 do TST

⌘ HABEASCORPUS⌘ ORIGINÁRIO NO TST. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO EM
⌘ HABEASCORPUS⌘ CABIMENTO CONTRA DECISÃO DEFINITIVA PROFERIDA POR TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO.

Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010) Tese: É cabível ajuizamento de ⌘ habeas corpus⌘ originário no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição de recurso ordinário em ⌘ habeas corpus⌘ de decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que o órgão colegiado passa a ser a autoridade coatora no momento em que examina o mérito do ⌘ habeas corpus⌘ impetrado no âmbito da Corte local. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 156 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação da Súmula nº 327 do TST) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. Tese: Ocorre a prescrição total quanto a diferenças de complementação de aposentadoria quando estas decorrem de pretensão de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já atingidas pela prescrição, à época da propositura da ação. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 157 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÕES PROFERIDAS EM FASES DISTINTAS DE UMA MESMA AÇÃO. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ; Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016 Tese: A ofensa à coisa julgada de que trata o inciso IV do art. 966 do CPC de 2015 (inciso IV do art. 485 do CPC de 1973) refere-se apenas a relações processuais distintas. A invocação de desrespeito à coisa julgada formada no processo de conhecimento, na correspondente fase de execução, somente é possível com base na violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 157 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FUNDAÇÃO CLEMENTE DE FARIA. BANCO REAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial

Transitória nº 41 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É válida a cláusula do Estatuto da Fundação que condicionou o direito à complementação de aposentadoria à existência de recursos financeiros, e também previa a suspensão, temporária ou definitiva, da referida complementação. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 158 do TST

CUSTAS. COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO. DARF ELETRÔNICO. VALIDADE.

Observação: Inserida em 26.03.1999. Tese: O denominado "DARF ELETRÔNICO" é válido para comprovar o recolhimento de custas por entidades da administração pública federal, emitido conforme a IN-SRF 162, de 04.11.1988. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 158 do TST

AÇÃO RESCISÓRIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO EM RAZÃO DE COLUSÃO (ART. 485, III, DO CPC). MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (DEJT divulgado em 12, 13 e 16.04.2012) Tese: A declaração de nulidade de decisão homologatória de acordo, em razão da colusão entre as partes (art. 485, III, do CPC), é sanção suficiente em relação ao procedimento adotado, não havendo que ser aplicada a multa por litigância de má-fé. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 159 do TST

DATA DE PAGAMENTO. SALÁRIOS. ALTERAÇÃO.

Observação: (Inserida em 26.03.1999.) Tese: Diante da inexistência de previsão expressa em contrato ou em instrumento normativo, a alteração de data de pagamento pelo empregador não viola o art. 468, desde que observado o parágrafo único, do art. 459, ambos da CLT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 160 do TST

DESCONTOS SALARIAIS. AUTORIZAÇÃO NO ATO DA ADMISSÃO. VALIDADE

Observação: Inserida em 26.03.1999. Tese: É inválida a presunção de vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão. É de se exigir demonstração concreta do vício de vontade. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 161 do TST

FERIADO LOCAL. PRAZO RECURSAL. PRORROGAÇÃO. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 385) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Cabe à parte comprovar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que justifique a prorrogação do prazo recursal. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 162 do TST

MULTA. ART. 477 DA CLT. CONTAGEM DO PRAZO. APLICÁVEL O ART. 132 DO CÓDIGO CIVIL DE

2002.

Observação: (atualizada a legislação e inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no artigo 477 da CLT exclui necessariamente o dia da notificação da demissão e inclui o dia do vencimento, em obediência ao disposto no artigo 132 do Código Civil de 2002 (artigo 125 do Código Civil de 1916). Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 163 do TST

NORMA REGULAMENTAR. OPÇÃO PELO NOVO REGULAMENTO. ART. 468 DA CLT E SÚMULA Nº 51. INAPLICÁVEIS.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 51) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 164 do TST

OFICIAL DE JUSTIÇA "AD HOC". INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Não se caracteriza o vínculo empregatício na nomeação para o exercício das funções de oficial de justiça "ad hoc", ainda que feita de forma reiterada, pois exaure-se a cada cumprimento de mandato. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 165 do TST

PERÍCIA. ENGENHEIRO OU MÉDICO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. VÁLIDO. ART. 195 DA CLT.

Observação: Inserida em 26.03.1999. Tese: O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 166 do TST

PETROBRAS. PENSÃO POR MORTE DO EMPREGADO ASSEGURADA NO MANUAL DE PESSOAL. ESTABILIDADE DECENAL. OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 42 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Tendo o empregado adquirido a estabilidade decenal, antes de optar pelo regime do FGTS, não há como negar-se o direito à pensão, eis que preenchido o requisito exigido pelo Manual de Pessoal. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 167 do TST

POLICIAL MILITAR. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM EMPRESA PRIVADA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 386) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada,

independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 168 do TST

SUDS. GRATIFICAÇÃO. CONVÊNIO DA UNIÃO COM ESTADO. NATUREZA SALARIAL ENQUANTO PAGA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 43 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A parcela denominada "Complementação SUDS" paga aos servidores em virtude de convênio entre o Estado e a União Federal tem natureza salarial, enquanto paga, pelo que repercute nos demais haveres trabalhistas do empregado.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 169 do TST

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 423 - Res. 139/2006) - DJ 10.10.2006.Tese: Quando há na empresa o sistema de turno ininterrupto de revezamento, é válida a fixação de jornada superior a seis horas mediante a negociação coletiva.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 170 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIXO URBANO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1) - DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano, na Portaria do Ministério do Trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 171 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ÓLEOS MINERAIS. SENTIDO DO TERMO "MANIPULAÇÃO"

Observação: (Inserida em 08.11.2000).Tese: Para efeito de concessão de adicional de insalubridade não há distinção entre fabricação e manuseio de óleos minerais - Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, NR 15, Anexo XIII. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 172 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE. CONDENAÇÃO. INSERÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

Observação: (inserida em 08.11.2000).Tese: Condenada ao pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, a empresa deverá inserir, mês a mês e enquanto o trabalho for executado sob essas condições, o valor correspondente em folha de pagamento.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 173 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ATIVIDADE A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO AO SOL E AO CALOR.

Observação: (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. Tese: I - Ausente previsão legal, indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto, por sujeição à radiação solar (art. 195 da CLT e Anexo 7 da NR 15 da Portaria Nº 3214/78 do MTE).

II - Tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar, nas condições previstas no Anexo 3 da NR 15 da Portaria Nº 3214/78 do MTE

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 174 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. HORAS DE SOBREAVISO. INDEVIDO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 132) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 175 do TST

COMISSÕES. ALTERAÇÃO OU SUPRESSÃO. PRESCRIÇÃO TOTAL.

Observação: (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 248 da SBDI-1) - DJ 22.11.2005. Tese: A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula nº 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 176 do TST

ANISTIA. LEI Nº 6.683/79. TEMPO DE AFASTAMENTO. NÃO COMPUTÁVEL PARA EFEITO DE INDENIZAÇÃO E ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, LICENÇA-PRÊMIO E PROMOÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 44 da SBDI-1) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 177 do TST

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EFEITOS.

Observação: (cancelada) - DJ 30.10.2006. Tese: A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. Assim sendo, indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior à aposentadoria. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 178 do TST

BANCÁRIO. INTERVALO DE 15 MINUTOS. NÃO COMPUTÁVEL NA JORNADA DE TRABALHO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 179 do TST

BNDES. ARTS. 224 A 226 DA CLT. APLICÁVEL A SEUS EMPREGADOS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na OJ nº 77 da SBDI-1 Transitória) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. Tese: Até o advento da Lei nº 10.556, de 13.11.2002, era aplicável aos empregados do BNDES a jornada de trabalho dos bancários prevista nos arts. 224 a 226 da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 180 do TST

COMMISSIONISTA PURO. ABONO. LEI Nº 8.178/91. NÃO-INCORPORAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 45 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É indevida a incorporação do abono instituído pela Lei nº 8.178/91 aos empregados comissionistas. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 181 do TST

COMISSÕES. CORREÇÃO MONETÁRIA. CÁLCULO.

Observação: (Inserida em 08.11.2000). Tese: O valor das comissões deve ser corrigido monetariamente para em seguida obter-se a média para efeito de cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 182 do TST

COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ACORDO INDIVIDUAL. VALIDADE .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 85) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 183 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANCO ITAÚ.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 46 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O empregado admitido na vigência da Circular BB-05/66, que passou para a inatividade posteriormente à vigência da RP-40/74, está sujeito ao implemento da condição "idade mínima de 55 anos". Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 184 do TST

CONFISSÃO FICTA. PRODUÇÃO DE PROVA POSTERIOR.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 74) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Somente a prova pré-constituída nos autos é que deve ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 185 do TST

CONTRATO DE TRABALHO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - APM. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA DO ESTADO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O Estado-Membro não é responsável subsidiária ou solidariamente com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados por esta última, que deverão ser suportados integral e exclusivamente pelo real empregador. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 186 do TST

CUSTAS. INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. DESERÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA .

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação da nova redação da Súmula nº 25) ç Res. 197/2015, DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 187 do TST

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DEDUÇÃO DA 1ª PARCELA. URV. LEI Nº 8.880/94 .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 47 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Ainda que o adiantamento do 13º salário tenha ocorrido anteriormente à edição da Lei nº 8.880/94, as deduções deverão ser realizadas considerando o valor da antecipação, em URV, na data do efetivo pagamento, não podendo a 2ª parcela ser inferior à metade do 13º salário, em URV. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 188 do TST

DECISÃO NORMATIVA QUE DEFERE DIREITOS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR PARA AÇÃO INDIVIDUAL.

Observação: (inserida em 08.11.2000). Tese: Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 189 do TST

DEPÓSITO RECURSAL. AGRAVO DE PETIÇÃO. IN/TST Nº 3/93.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 128) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 190 do TST

DEPÓSITO RECURSAL. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 128) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa

que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 191 do TST

CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE.

Observação: (nova redação) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.Tese:

Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 192 do TST

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRAZO EM DOBRO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.

DECRETO-LEI Nº 779/69.

Observação: (inserida em 08.11.2000).Tese: É em dobro o prazo para a interposição de embargos declaratórios por Pessoa jurídica de direito público.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 193 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. QUADRO DE CARREIRA. HOMOLOGAÇÃO. GOVERNO ESTADUAL. VÁLIDO.

Observação: (cancelada em decorrência da redação da Súmula nº 6 conferida pela Res. 104/2000, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 194 do TST

FAC-SÍMILE. LEI Nº 9.800/99. APLICÁVEL SÓ A RECURSOS INTERPOSTOS NA SUA VIGÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 387) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A Lei nº 9.800/99 é aplicável somente a recursos interpostos após o início de sua vigência.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 195 do TST

FÉRIAS INDENIZADAS. FGTS. NÃO INCIDÊNCIA .

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 196 do TST

GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA NÃO-ASSEGURADA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 244) - DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 197 do TST

GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL. REPERCUSSÃO NO 13º SALÁRIO. SÚMULA Nº 78 DO TST.

APLICÁVEL .

Observação: (cancelada em decorrência da redação da Súmula nº 253 conferida pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 198 do TST

HONORÁRIOS PERICIAIS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Observação: (inserida em 08.11.2000). Tese: Diferentemente da correção aplicada aos débitos trabalhistas, que têm caráter alimentar, a atualização monetária dos honorários periciais é fixada pelo art. 1º da Lei nº 6.899/81, aplicável a débitos resultantes de decisões judiciais. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 199 do TST

JOGO DO BICO. CONTRATO DE TRABALHO. NULIDADE. OBJETO ILÍCITO.

Observação: (título alterado e inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. Tese: É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 200 do TST

MANDATO TÁCITO. SUBSTABELECIMENTO INVÁLIDO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 201 do TST

MULTA. ART. 477 DA CLT. MASSA FALIDA. INAPLICÁVEL .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 388) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 202 do TST

PETROMISA. SUCESSÃO. PETROBRAS. LEGITIMIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 48 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Em virtude da decisão tomada em assembléia, a Petrobras é a real sucessora da Petromisa, considerando que recebeu todos os bens móveis e imóveis da extinta Petromisa. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 203 do TST

PLANO ECONÔMICO (COLLOR). EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE DE 84,32%. LEI Nº 7.738/89. APLICÁVEL .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 54 da SBDI-1) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 204 do TST

PRESCRIÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO. ART. 7º, XXIX, DA CF .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 308) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A prescrição quinquenal abrange os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória e não os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 205 do TST

COMPETÊNCIA MATERIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO. ENTE PÚBLICO. CONTRATAÇÃO IRREGULAR. REGIME ESPECIAL. DESVIRTUAMENTO .

Observação: (cancelada) - Res. 156/2009, DEJT divulgado em 27, 28 e 29.04.2009.Tese: I - Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício.

II - A simples presença de lei que disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, inciso IX, da CF/1988) não é o bastante para deslocar a competência da Justiça do Trabalho se se alega desvirtuamento em tal contratação, mediante a prestação de serviços à Administração para atendimento de necessidade permanente e não para acudir a situação transitória e emergencial.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 206 do TST

PROFESSOR. HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE 50%.

Observação: (inserida em 08.112000).Tese: Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT), as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/1988).Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 207 do TST

PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. INDENIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A indenização paga em virtude de adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 208 do TST

RADIOLOGISTA. GRATIFICAÇÃO DE RAIOS X. REDUÇÃO. LEI Nº 7.923/89.

Observação: (inserida em 08.112000).Tese: A alteração da gratificação por trabalho com raios X, de quarenta para dez por cento, na forma da Lei nº 7.923/89, não causou prejuízo ao trabalhador porque passou a incidir sobre o salário incorporado com todas as demais vantagens.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 209 do TST

RECESSO FORENSE. SUSPENSÃO DOS PRAZOS RECURSAIS (ARTS. 181, I, E 148 DO RI/TST).

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 262) - DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 210 do TST
SEGURO-DESEMPREGO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 389) - DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: undefinedSituação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 211 do TST
SEGURO-DESEMPREGO. GUIAS. NÃO LIBERAÇÃO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA .
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 389) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: O não-fornecimento pelo empregador da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego dá origem ao direito à indenização.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 212 do TST
SERPRO. NORMA REGULAMENTAR. REAJUSTES SALARIAIS. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA NORMATIVA. PREVALÊNCIA.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 49 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Durante a vigência do instrumento normativo, é lícita ao empregador a obediência à norma coletiva (DC 8948/90), que alterou as diferenças internáveis previstas no Regulamento de Recursos Humanos.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 213 do TST
TELEX. OPERADORES. ART. 227 DA CLT. INAPLICÁVEL.
Observação: (inserida em 08.11.2000).Tese: O operador de telex de empresa, cuja atividade econômica não se identifica com qualquer uma das previstas no art. 227 da CLT, não se beneficia de jornada reduzida.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 214 do TST
URPS DE JUNHO E JULHO DE 1988. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. DATA-BASE EM MAIO. DECRETO-LEI Nº 2.425/88. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO ADQUIRIDO .
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 58 da SBDI-1) -Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: O Decreto-Lei nº 2.425, de 07.04.1988, não ofendeu o direito adquirido dos empregados com data-base em maio, pelo que não fazem jus às URPs de junho e julho de 1988.Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 215 do TST
VALE-TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA.
Observação: (cancelada) Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011Tese: É do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 216 do TST

VALE-TRANSPORTE. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. LEI Nº 7.418/85. DEVIDO.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Aos servidores públicos celetistas é devido o vale-transporte, instituído pela Lei nº 7.418/85, de 16 de dezembro de 1985.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 217 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. LEI Nº 9.756/98. GUIAS DE CUSTAS E DE DEPÓSITO RECURSAL.

Observação: (inserida em 02.04.2001).Tese: Para a formação do agravo de instrumento, não é necessária a juntada de comprovantes de recolhimento de custas e de depósito recursal relativamente ao recurso ordinário, desde que não seja objeto de controvérsia no recurso de revista a validade daqueles recolhimentos.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 218 do TST

PLANO COLLOR. SERVIDORES DO GDF. CELETISTAS. LEI DISTRITAL Nº 38/89 .

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à Orientação Jurisprudencial nº 241 da SBDI-1 e posterior conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 55 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: Inexiste direito adquirido às diferenças salariais de 84,32% do IPC de março de 1990 aos servidores celetistas da Administração Direta do Distrito Federal.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 219 do TST

RECURSO DE REVISTA OU DE EMBARGOS FUNDAMENTADO EM ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST.

Observação: (inserida em 02.04.2001).Tese: É válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, desde que, das razões recursais, conste o seu número ou conteúdo.

RR 603202/1999, Tribunal Pleno - Min. Barros Levenhagen

Julgado em 15.03.2001 - Decisão unânime

Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 220 do TST

ACORDO DE COMPENSAÇÃO. EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 85) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005.Tese: A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de horas. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal devem ser pagas como horas extras e, quanto àquelas destinadas à compensação, deve ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 221 do TST

ANISTIA. LEI Nº 8.878/94. EFEITOS FINANCEIROS DEVIDOS A PARTIR DO EFETIVO RETORNO À ATIVIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 56 da SBDI-1) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 222 do TST

BANCÁRIO. ADVOGADO. CARGO DE CONFIANÇA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 102) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 223 do TST

COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ACORDO INDIVIDUAL TÁCITO. INVÁLIDO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 85) - DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 224 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REAJUSTE. LEI Nº 9.069, DE 29.06.1995.

Observação: (alterado) DEJT divulgado em 16, 17 e 20.09.2010. Tese: I - A partir da vigência da Medida Provisória nº 542, de 30.06.1994, convalidada pela Lei nº 9.069, de 29.06.1995, o critério de reajuste da complementação de aposentadoria passou a ser anual e não semestral, aplicando-se o princípio "rebus sic stantibus" diante da nova ordem econômica.

II - A alteração da periodicidade do reajuste da complementação de aposentadoria de semestral para anual não afeta o direito ao resíduo inflacionário apurado nos meses de abril, maio e junho de 1994, que deverá incidir sobre a correção realizada no mês de julho de 1995.

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 225 do TST

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento, ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade:

I - em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão;

II - no tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora.

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 226 do TST

CRÉDITO TRABALHISTA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. PENHORABILIDADE.

Observação: (título alterado) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor (executado), não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista. (Decreto-Lei nº 167/67, art. 69; CLT, arts. 10 e 30 e Lei nº 6.830/80). Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 227 do TST

DENUNCIAÇÃO DA LIDE. PROCESSO DO TRABALHO. INCOMPATIBILIDADE.

Observação: (cancelada) - DJ 22.11.2005 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 228 do TST

DESCONTOS LEGAIS. SENTENÇAS TRABALHISTAS. LEI Nº 8.541/92, ART. 46. PROVIMENTO DA CGJT Nº 3/84 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 368) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O recolhimento dos descontos legais, resultante dos créditos do trabalhador oriundos de condenação judicial, deve incidir sobre o valor total da condenação e calculado ao final. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 229 do TST

ESTABILIDADE. ART. 41, CF/1988. CELETISTA. EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. INAPLICÁVEL

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 390) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 230 do TST

ESTABILIDADE. LEI Nº 8.213/91. ART. 118 C/C ART. 59.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 378) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O afastamento do trabalho por prazo superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário constituem pressupostos para o direito à estabilidade prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91, assegurada por período de 12 meses, após a cessação do auxílio-doença. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 231 do TST

FÉRIAS. ABONO INSTITUÍDO POR INSTRUMENTO NORMATIVO E TERÇO CONSTITUCIONAL. SIMULTANEIDADE INVIÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 50 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 232 do TST

FGTS. INCIDÊNCIA. EMPREGADO TRANSFERIDO PARA O EXTERIOR. REMUNERAÇÃO.

Observação: (inserida em 20.06.2001). Tese: O FGTS incide sobre todas as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 233 do TST

HORAS EXTRAS. COMPROVAÇÃO DE PARTE DO PERÍODO ALEGADO.

Observação: (nova redação - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005). - Entendimento reafirmado no IRR nº 239.
IRR-239 HORAS EXTRAORDINÁRIAS. COMPROVAÇÃO DE PARTE DO PERÍODO ALEGADO. (RR-0010136-82.2024.5.03.0171, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A decisão que defere horas extraordinárias com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período. Tese: A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 234 do TST

HORAS EXTRAS. FOLHA INDIVIDUAL DE PRESENÇA (FIP) INSTITUÍDA POR NORMA COLETIVA. PROVA ORAL. PREVALÊNCIA .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 338) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A presunção de veracidade da jornada de trabalho anotada em folha individual de presença, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 235 do TST

HORAS EXTRAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO .

Observação: (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.04.2012) - Res. 182/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012. Tese: O empregado que recebe salário por produção e trabalha em sobrejornada tem direito à percepção apenas do adicional de horas extras, exceto no caso do empregado cortador de cana, a quem é devido o pagamento das horas extras e do adicional respectivo. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 236 do TST

HORAS "IN ITINERE". HORAS EXTRAS. ADICIONAL DEVIDO .

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 90) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Considerando que as horas "in itinere" são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 237 do TST

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. SOCIEDADE DE

ECONOMIA MISTA. EMPRESA PÚBLICA.

Observação: (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 338 da SBDI-I) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30.06.2016 e 01 e 04.07.2016. Tese: I - O Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, ainda que de empresas públicas e sociedades de economia mista.

II - Há legitimidade do Ministério Público do Trabalho para recorrer de decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública, após a Constituição Federal de 1988, sem a prévia aprovação em concurso público, pois é matéria de ordem pública. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 238 do TST

MULTA. ART. 477 DA CLT. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. APLICÁVEL.

Observação: (inserido dispositivo) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Submete-se à multa do artigo 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois nivela-se a qualquer particular, em direitos e obrigações, despojando-se do "jus imperii" ao celebrar um contrato de emprego. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 239 do TST

MULTA CONVENCIONAL. HORAS EXTRAS .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 384) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) determinada obrigação e, conseqüentemente, multa pelo respectivo descumprimento, esta tem incidência mesmo que aquela obrigação seja mera repetição de texto da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 240 do TST

PETROLEIROS. HORAS EXTRAS. LEI Nº 5.811/72. RECEPCIONADA PELA CF/1988.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 391) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 241 do TST

PLANO COLLOR. SERVIDORES DE FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO GDF. CELETISTAS.

LEGISLAÇÃO FEDERAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 55 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: Inexiste direito adquirido às diferenças salariais de 84,32% do IPC de março de 1990 aos servidores celetistas de Fundações e Autarquias do GDF. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 242 do TST

PRESCRIÇÃO TOTAL. HORAS EXTRAS. ADICIONAL. INCORPORAÇÃO.

Observação: (inserida em 20.06.2001). Tese: Embora haja previsão legal para o direito à hora extra, inexiste previsão para a incorporação ao salário do respectivo adicional, razão pela qual deve incidir a prescrição total. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 243 do TST
PRESCRIÇÃO TOTAL. PLANOS ECONÔMICOS.

Observação: (inserida em 20.06.2001). Tese: Aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 244 do TST
PROFESSOR. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA. POSSIBILIDADE.

Observação: (inserida em 20.06.2001). - Entendimento reafirmado no IRR nº 247.
IRR-247
PROFESSOR. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA. DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS.

(RR-0010470-23.2021.5.18.0004, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula. Tese: A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 245 do TST
REVELIA. ATRASO. AUDIÊNCIA .

Observação: (inserida em 20.06.2001). Tese: Inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte na audiência. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 246 do TST
SALÁRIO-UTILIDADE. VEÍCULO .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 367) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A utilização, pelo empregado, em atividades particulares, de veículo que lhe é fornecido para o trabalho da empresa não caracteriza salário-utilidade. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 247 do TST
SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA CONCURSADO. DESPEDIDA IMOTIVADA. EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. POSSIBILIDADE.

Observação: (alterada § Res. nº 143/2007) - DJ 13.11.2007. Tese: I - A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade;

II - A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 248 do TST
COMISSÕES. ALTERAÇÃO. PRESCRIÇÃO TOTAL. SÚMULA Nº 294. APLICÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à Orientação Jurisprudencial nº 175 da SBDI-1) - DJ 22.11.2005. Tese: A alteração das comissões caracteriza-se como ato único e positivo do empregador, incidindo a prescrição total, nos termos da Súmula nº 294 do TST. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 249 do TST

COMPETÊNCIA RESIDUAL. REGIME JURÍDICO ÚNICO. LEI Nº 8.112/90. LIMITAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 138 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 250 do TST

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SUPRESSÃO. SÚMULAS NºS 51 E 288. APLICÁVEIS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 51 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: A determinação de supressão do pagamento de auxílio-alimentação aos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, oriunda do Ministério da Fazenda, não atinge aqueles ex-empregados que já percebiam o benefício. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 251 do TST

DESCONTOS. FRENTISTA. CHEQUES SEM FUNDOS.

Observação: (inserida em 13.03.2002). Tese: É lícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 252 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. MESMA LOCALIDADE. CONCEITO. ART. 461 DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 6) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 253 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. COOPERATIVA. LEI Nº 5.764/71. CONSELHO FISCAL. SUPLENTE. NÃO ASSEGURADA.

Observação: (inserida em 13.03.2002). Tese: O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 254 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇA INDEVIDA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 42 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. Tese: O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 255 do TST

MANDATO. CONTRATO SOCIAL. DESNECESSÁRIA A JUNTADA.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26.04.2016. Tese: O art. 75, inciso VIII, do CPC de 2015 (art. 12, VI, do CPC de 1973) não determina a exibição dos estatutos da empresa em juízo como condição de validade do instrumento de mandato outorgado ao seu procurador, salvo se houver impugnação da parte contrária. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 256 do TST

PREQUESTIONAMENTO. CONFIGURAÇÃO. TESE EXPLÍCITA. SÚMULA Nº 297.

Observação: (inserida em 13.03.2002). Tese: Para fins do requisito do prequestionamento de que trata a Súmula nº 297, há necessidade de que haja, no acórdão, de maneira clara, elementos que levem à conclusão de que o Regional adotou uma tese contrária à lei ou à súmula. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 257 do TST

RECURSO DE REVISTA. FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DE LEI. VOCÁBULO VIOLAÇÃO. DESNECESSIDADE.

Observação: (alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei nº 11.496/2007) - Res. 182/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23/4/2012. Tese: A invocação expressa no recurso de revista dos preceitos legais ou constitucionais tidos como violados não significa exigir da parte a utilização das expressões "contrariar", "ferir", "violar", etc. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 258 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ACORDO COLETIVO OU CONVENÇÃO COLETIVA. PREVALÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 364) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, deve ser respeitada, desde que pactuada em acordos ou convenções coletivos de trabalho (art. 7º, inciso XXVI, da CF/1988). Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 259 do TST

ADICIONAL NOTURNO. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO.

Observação: Inserida em 27/9/2002. Tese: O adicional de periculosidade deve compor a base de

cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 260 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. LEI Nº 9.957/00. PROCESSOS EM CURSO.

Observação: Inserida em 27/9/2002.Tese: I - É inaplicável o rito sumaríssimo aos processos iniciados antes da vigência da Lei nº 9.957/00.

II - No caso de o despacho denegatório de recurso de revista invocar, em processo iniciado antes da Lei nº 9.957/00, o § 6º do art. 896 da CLT (rito sumaríssimo), como óbice ao trânsito do apelo calcado em divergência jurisprudencial ou violação de dispositivo infraconstitucional, o Tribunal superará o obstáculo, apreciando o recurso sob esses fundamentos.

Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 261 do TST

BANCOS. SUCESSÃO TRABALHISTA .

Observação: Inserida em 27/9/2002Tese: As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 262 do TST

COISA JULGADA. PLANOS ECONÔMICOS. LIMITAÇÃO À DATA-BASE NA FASE DE EXECUÇÃO.

Observação: Inserida em 27/9/2002.Tese: Não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, quando a decisão exequenda silenciar sobre a limitação, uma vez que a limitação decorre de norma cogente. Apenas quando a sentença exequenda houver expressamente afastado a limitação à data-base é que poderá ocorrer ofensa à coisa julgada.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 263 do TST

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO. LEI ESPECIAL (ESTADUAL E MUNICIPAL).

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO .

Observação: (cancelada) - DJ 14/9/2004.Tese: A relação jurídica que se estabelece entre o Estado ou Município e o servidor contratado para exercer funções temporárias ou de natureza técnica, decorrente de lei especial, é de natureza administrativa, razão pela qual a competência é da justiça comum, até mesmo para apreciar a ocorrência de eventual desvirtuamento do regime especial (CF/67, art. 106; CF/1988, art. 37, IX).Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 264 do TST

DEPÓSITO RECURSAL. PIS/PASEP. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO NA GUIA DE DEPÓSITO RECURSAL. VALIDADE.

Observação: (Inserida em 27/9/2002).Tese: Não é essencial para a validade da comprovação do depósito recursal a indicação do número do PIS/PASEP na guia respectiva.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 265 do TST

ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF/1988. CELETISTA. ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL. APLICABILIDADE .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 390) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 266 do TST

ESTABILIDADE. DIRIGENTE SINDICAL. LIMITAÇÃO. ART. 522 DA CLT .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 369) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: O art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 267 do TST

HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 132) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: O adicional de periculosidade integra a base de cálculo das horas extras.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 268 do TST

INDENIZAÇÃO ADICIONAL. LEIS NºS 6.708/79 E 7.238/84. AVISO PRÉVIO. PROJEÇÃO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Observação: Inserida em 27/9/2002Tese: Somente após o término do período estável é que se inicia a contagem do prazo do aviso prévio para efeito das indenizações previstas nos artigos 9º da Lei nº 6.708/79 e 9º da Lei nº 7.238/84.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 269 do TST

JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE DESPESAS PROCESSUAIS. MOMENTO OPORTUNO.

Observação: (inserido item II em decorrência do CPC de 2015) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - Republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14/7/2017Tese: I - O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso;

II - Indeferido o requerimento de justiça gratuita formulado na fase recursal, cumpre ao relator fixar prazo para que o recorrente efetue o preparo (art. 99, § 7º, do CPC de 2015).Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 270 do TST

PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PARCELAS ORIUNDAS DO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. EFEITOS.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025Tese: A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 271 do TST
RURÍCOLA. PRESCRIÇÃO. CONTRATO DE EMPREGO EXTINTO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28/2000. INAPLICABILIDADE .

Observação: (alterada) - DJ 22/11/2005Tese: O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguiu ao sobrevir a Emenda Constitucional nº 28, de 26/05/2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, prossegue regido pela lei vigente ao tempo da extinção do contrato de emprego. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 272 do TST
SALÁRIO MÍNIMO. SERVIDOR. SALÁRIO-BASE INFERIOR. DIFERENÇAS. INDEVIDAS.

Observação: Inserida em 27/9/2002.Tese: A verificação do respeito ao direito ao salário mínimo não se apura pelo confronto isolado do salário-base com o mínimo legal, mas deste com a soma de todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado diretamente do empregador.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 273 do TST
"TELEMARKETING". OPERADORES. ART. 227 DA CLT. INAPLICÁVEL.

Observação: (cancelada) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/5/2011.Tese: A jornada reduzida de que trata o art. 227 da CLT não é aplicável, por analogia, ao operador de tele vendas, que não exerce suas atividades exclusivamente como telefonista, pois, naquela função, não opera mesa de transmissão, fazendo uso apenas dos telefones comuns para atender e fazer as ligações exigidas no exercício da funçãoSituação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 274 do TST
TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. FERROVIÁRIO. HORAS EXTRAS. DEVIDAS.

Observação: Inserida em 27/9/2002Tese: O ferroviário submetido a escalas variadas, com alternância de turnos, faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 275 do TST
TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. HORISTA. HORAS EXTRAS E ADICIONAL. DEVIDOS.

Observação: Inserida em 27/9/2002Tese: Inexistindo instrumento coletivo fixando jornada diversa, o empregado horista submetido a turno ininterrupto de revezamento faz jus ao pagamento das horas extraordinárias laboradas além da 6ª, bem como ao respectivo adicional.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 276 do TST

AÇÃO DECLARATÓRIA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.

Observação: (DJ 11/8/2003). Tese: É incabível ação declaratória visando a declarar direito à complementação de aposentadoria, se ainda não atendidos os requisitos necessários à aquisição do direito, seja por via regulamentar, ou por acordo coletivo. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 277 do TST

AÇÃO DE CUMPRIMENTO FUNDADA EM DECISÃO NORMATIVA QUE SOFREU POSTERIOR REFORMA, QUANDO JÁ TRANSITADA EM JULGADO A SENTENÇA CONDENATÓRIA. COISA JULGADA. NÃO CONFIGURAÇÃO.

Observação: (DJ 11/8/2003) Tese: A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não-modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a conseqüente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 278 do TST

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA. LOCAL DE TRABALHO DESATIVADO.

Observação: (DJ 11/8/2003). - Entendimento reafirmado no IRR nº 231.
IRR-231 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NECESSIDADE DE PERÍCIA. (RR-0000516-48.2023.5.05.0002, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova. Tese: A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 279 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICITÁRIOS. BASE DE CÁLCULO. LEI Nº 7.369/85, ART. 1º. INTERPRETAÇÃO.

Observação: (cancelada) - Res. 214/2016, DEJT divulgado em 30/11/2016, 1 e 2/12/2016. Tese: O adicional de periculosidade dos eletricitários deverá ser calculado sobre o conjunto de parcelas de natureza salarial. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 280 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL. INDEVIDO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 364) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: O contato eventual com o agente perigoso, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, se dá por tempo extremamente reduzido, não dá direito ao empregado a perceber o adicional respectivo. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 281 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO DO TRT NÃO ASSINADO. INTERPOSTO

ANTERIORMENTE À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/99.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 52 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Nos Agravos de Instrumentos interpostos anteriormente à edição da Instrução Normativa nº 16/99, a ausência de assinatura na cópia não a torna inválida, desde que dela conste o carimbo, aposto pelo servidor, certificando que confere com o original.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 282 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE "AD QUEM".

Observação: (DJ 11/8/2003).Tese: No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo "ad quem" prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 283 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇAS ESSENCIAIS. TRASLADO REALIZADO PELO AGRAVADO. VALIDADE.

Observação: DJ 11/8/2003.Tese: É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo incumbe às partes e não somente ao agravante.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 284 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO. ETIQUETA ADESIVA IMPRESTÁVEL PARA AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE .

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25/4/2017Tese: A etiqueta adesiva na qual consta a expressão "no prazo" não se presta à aferição de tempestividade do recurso, pois sua finalidade é tão-somente servir de controle processual interno do TRT e sequer contém a assinatura do funcionário responsável por sua elaboração.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 285 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. CARIMBO DO PROTOCOLO DO RECURSO ILEGÍVEL. INSERVÍVEL.

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25/4/2017Tese: O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, razão pela qual deverá estar legível, pois um dado ilegível é o mesmo que a inexistência do dado.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 286 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO. MANDATO TÁCITO. ATA DE AUDIÊNCIA. CONFIGURAÇÃO.

Observação: (alterada - Res. 167/2010, DEJT divulgado em 30/4/2010, 3 e 4/5/2010Tese: I - A juntada da ata de audiência, em que consignada a presença do advogado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque

demonstrada a existência de mandato tácito.

II - Configurada a existência de mandato tácito fica suprida a irregularidade detectada no mandato expresso.

Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 287 do TST

AUTENTICAÇÃO. DOCUMENTOS DISTINTOS. DESPACHO DENEGATÓRIO DO RECURSO DE REVISTA E CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 ; republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017.Tese: Distintos os documentos contidos no verso e anverso, é necessária a autenticação de ambos os lados da cópia.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 288 do TST

BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. ART. 224, § 2º, CLT. GRATIFICAÇÃO. PAGAMENTO A MENOR.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 102) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Devidas são as 7ª e 8ª horas como extras no período em que se verificou o pagamento a menor da gratificação de 1/3.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 289 do TST

BANCO DO BRASIL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. MÉDIA TRIENAL. VALORIZADA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 18 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Nos cálculos da complementação de aposentadoria há de ser observada a média trienal valorizada.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 290 do TST

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Observação: (cancelada) - DJ 5/7/2005Tese: É incompetente a Justiça do Trabalho para apreciar lide entre o sindicato patronal e a respectiva categoria econômica, objetivando cobrar a contribuição assistencial.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 291 do TST

CUSTAS. EMBARGOS DE TERCEIRO INTERPOSTOS ANTERIORMENTE À LEI Nº 10.537/02. INEXIGÊNCIA DE RECOLHIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 53 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: Tratando-se de embargos de terceiro, incidentes em execução, interpostos anteriormente à Lei nº 10.537/02, incabível o pagamento de custas, por falta de previsão legal.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 292 do TST

DIÁRIAS. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. ART. 457, § 2º, DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 101) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005 Tese: As diárias de viagem pagas, ainda que superiores a 50%, só integram o salário do empregado enquanto perdurarem as viagens. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 293 do TST

EMBARGOS À SDI CONTRA DECISÃO DE TURMA DO TST EM AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC. CABIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na letra f da Súmula nº 353 do TST) - Res. 171/2010 - DEJT divulgado em 19, 22 e 23/11/2010. Tese: São cabíveis Embargos para a SDI contra decisão de Turma proferida em Agravo interposto de decisão monocrática do relator, baseada no art. 557, § 1º, do CPC. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 294 do TST

EMBARGOS À SDI CONTRA DECISÃO EM RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO QUANTO AOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS. NECESSÁRIA A INDICAÇÃO EXPRESSA DE OFENSA AO ART. 896 DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 78 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014 Tese: Para a admissibilidade e conhecimento de embargos, interpostos contra decisão mediante a qual não foi conhecido o recurso de revista pela análise dos pressupostos intrínsecos, necessário que a parte embargante aponte expressamente a violação ao art. 896 da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 295 do TST

EMBARGOS. REVISTA NÃO CONHECIDA POR MÁ APLICAÇÃO DE SÚMULA OU DE ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. EXAME DO MÉRITO PELA SDI.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 79 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014 Tese: A SDI, ao conhecer dos Embargos por violação do art. 896 - por má aplicação de súmula ou de orientação jurisprudencial pela Turma -, julgará desde logo o mérito, caso conclua que a revista merecia conhecimento e que a matéria de fundo se encontra pacificada neste Tribunal.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 296 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ATENDENTE E AUXILIAR DE ENFERMAGEM. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: DJ 11/8/2003 Tese: Sendo regulamentada a profissão de auxiliar de enfermagem, cujo exercício pressupõe habilitação técnica, realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, impossível a equiparação salarial do simples atendente com o auxiliar de enfermagem. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 297 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. SERVIDOR PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL. ART. 37, XIII, DA CF/1988.

Observação: DJ 11/8/2003Tese: O art. 37, inciso XIII, da CF/1988, veda a equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, sendo juridicamente impossível a aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos, independentemente de terem sido contratados pela CLT.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 298 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. TRABALHO INTELECTUAL. POSSIBILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 6) - Res.

129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 299 do TST

ESTABILIDADE CONTRATUAL E FGTS. COMPATIBILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 98) - Res.

129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: A estabilidade contratual ou derivada de regulamento de empresa é compatível com o regime do FGTS. Diversamente ocorre com a estabilidade legal (decenal, art. 492, CLT), que é renunciada com a opção pelo FGTS.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 300 do TST

EXECUÇÃO TRABALHISTA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. LEI Nº 8.177/91, ART. 39, E LEI Nº 10.192/01, ART. 15.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Não viola norma constitucional (art. 5º, II e XXXVI) a determinação de aplicação da TRD, como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas, cumulada com juros de mora, previstos no artigo 39 da Lei nº 8.177/91 e convalidado pelo artigo 15 da Lei nº 10.192/01.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 301 do TST

FGTS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. LEI Nº 8.036/90, ART. 17.

Observação: (cancelada) Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/5/2011.Tese:

Definido pelo reclamante o período no qual não houve depósito do FGTS, ou houve em valor inferior, alegada pela reclamada a inexistência de diferença nos recolhimentos de FGTS, atraindo para si o ônus da prova, incumbindo-lhe, portanto, apresentar as guias respectivas, a fim de demonstrar o fato extintivo do direito do autor (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC).Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 302 do TST

FGTS. ÍNDICE DE CORREÇÃO. DÉBITOS TRABALHISTAS.

Observação: DJ 11/8/2003Tese: Os créditos referentes ao FGTS, decorrentes de condenação judicial, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 303 do TST
GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 372) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005 Tese: Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 304 do TST
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua aglutinação ao item I da Súmula nº 463 do TST) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - Republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14/7/2017 Tese: Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50). Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 305 do TST
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS. JUSTIÇA DO TRABALHO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula nº 219) ¶ Res. 197/2015, DEJT divulgado em 14, 15 e 18/5/2015 Tese: Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 306 do TST
HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. REGISTRO INVARIÁVEL.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 338) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída invariáveis são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo o horário da inicial se dele não se desincumbir. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 307 do TST
INTERVALO INTRAJORNADA (PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO). NÃO CONCESSÃO OU CONCESSÃO PARCIAL. LEI Nº 8.923/94.

Observação: (cancelada em decorrência da aglutinação ao item I da Súmula nº 437) ¶ Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012. Tese: Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT). Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 308 do TST

JORNADA DE TRABALHO. ALTERAÇÃO. RETORNO À JORNADA INICIALMENTE CONTRATADA. SERVIDOR PÚBLICO .

Observação: DJ 11/8/2003.Tese: O retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada não se insere nas vedações do art. 468 da CLT, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 309 do TST

LEI ESTADUAL, NORMA COLETIVA OU REGULAMENTO DE EMPRESA. INTERPRETAÇÃO. ART. 896, "B", DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 147 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Viola o art. 896, "b", da CLT, o conhecimento de recurso por divergência, caso a parte não comprove que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 310 do TST

LITISCONSORTES. PROCURADORES DISTINTOS. PRAZO EM DOBRO. ART. 229, CAPUT E §§ 1º E 2º, DO CPC DE 2015. ART. 191 DO CPC DE 1973. INAPLICÁVEL AO PROCESSO DO TRABALHO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) § Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26/4/2016Tese: Inaplicável ao processo do trabalho a norma contida no art. 229, caput e §§ 1º e 2º, do CPC de 2015 (art. 191 do CPC de 1973), em razão de incompatibilidade com a celeridade que lhe é inerente.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 311 do TST

MANDATO. ART. 37 DO CPC. INAPLICÁVEL NA FASE RECURSAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 383) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada como ato urgente.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 312 do TST

MANDATO. CLÁUSULA COM RESSALVA DE VIGÊNCIA. PRORROGAÇÃO ATÉ O FINAL DA DEMANDA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 395) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Válido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 313 do TST

MANDATO. CLÁUSULA FIXANDO PRAZO PARA JUNTADA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 395) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do

aludido prazo.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 314 do TST

MASSA FALIDA. DOBRA SALARIAL. ART. 467 DA CLT. INAPLICÁVEL

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 388) - Res. 129/2005, DJTese: É indevida a aplicação da dobra salarial, prevista no art. 467 da CLT, nos casos da decretação de falência da empresa, porque a massa falida está impedida de saldar qualquer débito, até mesmo o de natureza trabalhista, fora do Juízo Universal da Falência (Decreto-Lei nº 7.661/45, art. 23).Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 315 do TST

MOTORISTA. EMPRESA. ATIVIDADE PREDOMINANTEMENTE RURAL. ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL.

Observação: (cancelada) - Res. 200/2015, DEJT divulgado em 29/10/2015, 3 e 4/11/2015.Tese: É considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 316 do TST

PORTUÁRIOS. ADICIONAL DE RISCO. LEI Nº 4.860/65.

Observação: DJ 11/8/2003.Tese: O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/65, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas concedido àqueles que prestam serviços na área portuária.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 317 do TST

REPOSITÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA AUTORIZADO APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. VALIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 337) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 318 do TST

AUTARQUIA. FUNDAÇÃO PÚBLICA. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

Observação: (incluído o item II e alterada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25/9/2017Tese: I - Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias e das fundações públicas.

II - Os procuradores estaduais e municipais podem representar as respectivas autarquias e fundações públicas em juízo somente se designados pela lei da respectiva unidade da federação (art. 75, IV, do CPC de 2015) ou se investidos de instrumento de mandato válido.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 319 do TST

REPRESENTAÇÃO REGULAR. ESTAGIÁRIO. HABILITAÇÃO POSTERIOR.

Observação: DJ 11/8/2003.Tese: Válidos são os atos praticados por estagiário se, entre o substabelecimento e a interposição do recurso, sobreveio a habilitação, do então estagiário, para atuar como advogado.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 320 do TST

SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO. NORMA INTERNA. EFICÁCIA LIMITADA A RECURSOS DA COMPETÊNCIA DO TRT QUE A EDITOU. ART. 896, § 1º, DA CLT.

Observação: (cancelada) - DJ 14/9/2004Tese: O sistema de protocolo integrado, criado pelos Tribunais Regionais do Trabalho, que autoriza as Varas localizadas no interior do Estado a receberem e a protocolarem documentos de natureza judiciária ou administrativa, destinados a outras Varas ou ao TRT local, tem aplicação restrita ao âmbito de competência do Tribunal que o editou, não podendo ser considerado válido em relação a recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 321 do TST

VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PERÍODO ANTERIOR À CF/1988.

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 03.01.1974, e 7.102, de 20.06.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços, inclusive ente público, em relação ao período anterior à vigência da CF/1988.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 322 do TST

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. CLÁUSULA DE TERMO ADITIVO PRORROGANDO O ACORDO PARA PRAZO INDETERMINADO. INVÁLIDA.

Observação: DJ 9/12/2003Tese: Nos termos do art. 614, § 3º, da CLT, é de 2 anos o prazo máximo de vigência dos acordos e das convenções coletivas. Assim sendo, é inválida, naquilo que ultrapassa o prazo total de 2 anos, a cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 323 do TST

ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ¤ SEMANAESPANHOLA¤ .VALIDADE.

Observação: DJ 9/12/2003.Tese: É válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, não violando os arts. 59, § 2º, da CLT e 7º, XIII, da CF/1988 o seu ajuste mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 324 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA. DECRETO Nº 93.412/86, ART. 2º, § 1º.

Observação: DJ 9/12/2003. - Entendimento reafirmado no IRR nº 264.
IRR-264 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA. CONDIÇÕES DE RISCO SIMILARES. (RR-0020998-43.2021.5.04.0025, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.Tese: É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 325 do TST
AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA. COMPENSAÇÃO NO ANO SEGUINTE EM ANTECIPAÇÃO SEM A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO PROFISSIONAL. IMPOSSIBILIDADE.
Observação: DJ 9/12/2003Tese: O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, somente pode ser reduzido mediante a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste, nos termos do art. 7º, VI, da CF/88.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 326 do TST
CARTÃO DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. TEMPO UTILIZADO PARA UNIFORMIZAÇÃO, LANCHE E HIGIENE PESSOAL.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 366) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005.Tese: O tempo gasto pelo empregado com troca de uniforme, lanche e higiene pessoal, dentro das dependências da empresa, após o registro de entrada e antes do registro de saída, considera-se tempo à disposição do empregador, sendo remunerado como extra o período que ultrapassar, no total, a dez minutos da jornada de trabalho diária.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 327 do TST
DANO MORAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 392) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: Nos termos do art. 114 da CF/1988, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 328 do TST
EQUIPARAÇÃO SALARIAL. CARGO COM A MESMA DENOMINAÇÃO. FUNÇÕES DIFERENTES OU SIMILARES. NÃO AUTORIZADA A EQUIPARAÇÃO.
Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 6) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 329 do TST
ESTABILIDADE. CIPEIRO. SUPLENTE. EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.

Observação: (cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula nº 339) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estável. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 330 do TST
IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. SUBSTABELECIMENTO ANTERIOR À PROCURAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 395) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 331 do TST
JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. MANDATO. PODERES ESPECÍFICOS DESNECESSÁRIOS.

Observação: (cancelada) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30/6/2016, 1 e 4/7/2016. Tese: Desnecessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 332 do TST
MOTORISTA. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTERNA. CONTROLE DE JORNADA POR TACÓGRAFO. RESOLUÇÃO Nº 816/86 DO CONTRAN.

Observação: DJ 9/12/2003. Tese: O tacógrafo, por si só, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho de empregado que exerce atividade externa. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 333 do TST
PETROLEIROS. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. ALTERAÇÃO DA JORNADA PARA HORÁRIO FIXO. ART. 10 DA LEI Nº 5.811/72 RECEPCIONADO PELA CF/88.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 391) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: A previsão contida no art. 10 da Lei nº 5.811/72, possibilitando a mudança do regime de revezamento para horário fixo, constitui alteração lícita, não violando os arts. 468 da CLT, e 7º, VI, da CF/88. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 334 do TST
REMESSA "EX OFFICIO". RECURSO DE REVISTA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO ORDINÁRIO VOLUNTÁRIO DE ENTE PÚBLICO. INCABÍVEL.

Observação: DJ 9/12/2003.Tese: Incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.

ERR 522601/98, Tribunal Pleno

Em 28.10.03, o Tribunal Pleno decidiu, por maioria, ser incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário.

Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 335 do TST

CONTRATO NULO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS. CONHECIMENTO DO RECURSO POR VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E § 2º, DA CF/88.

Observação: DJ 4/5/2004.Tese: A nulidade da contratação sem concurso público, após a CF/88, bem como a limitação de seus efeitos, somente poderá ser declarada por ofensa ao art. 37, II, se invocado concomitantemente o seu § 2º, todos da CF/88.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 336 do TST

EMBARGOS INTERPOSTOS ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI N.º 11.496/2007. RECURSO NÃO CONHECIDO COM BASE EM ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. DESNECESSÁRIO O EXAME DAS VIOLAÇÕES DE LEI E DA CONSTITUIÇÃO ALEGADAS NA REVISTA.

Observação: (redação alterada pelo Tribunal Pleno na sessão realizada em 6.2.2012) ▯ Res.

178/2012, DEJT divulgado em 13, 14 e 15/2/2012Tese: Estando a decisão recorrida em conformidade com orientação jurisprudencial, desnecessário o exame das divergências e das violações de lei e da Constituição alegadas em embargos interpostos antes da vigência da Lei n.º 11.496/2007, salvo nas hipóteses em que a orientação jurisprudencial não fizer qualquer citação do dispositivo constitucional.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 337 do TST

FAC-SÍMILE. LEI Nº 9.800/99, ART. 2º. PRAZO. APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 387) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005Tese: A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de "fac-símile" começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.800/99, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo. Ademais, não se tratando, a juntada dos originais, de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do art. 184 do CPC quanto ao "dies a quo" do prazo, podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 338 do TST

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E EMPRESA PÚBLICA. CONTRATO NULO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial nº 237 da SBDI-1) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30/6/2016, 1 e 4/7/2016Tese: Há interesse do Ministério Público do Trabalho para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública, após a CF/88, sem a prévia aprovação em concurso público.Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 339 do TST

TETO REMUNERATÓRIO. EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ART. 37, XI, DA CF/88 (ANTERIOR À EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98).

Observação: (nova redação) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005 Tese: As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/88, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 340 do TST

EFEITO DEVOLUTIVO. PROFUNDIDADE. RECURSO ORDINÁRIO. ART. 515, § 1º, DO CPC. APLICAÇÃO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 393) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25/4/2005. Tese: O efeito devolutivo em profundidade do Recurso Ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 341 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO.

Observação: DJ 22/6/2004. Tese: É de responsabilidade do empregador o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 342 do TST

INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. INVALIDADE. EXCEÇÃO AOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO.

Observação: (cancelada. Convertido o item I no item II da Súmula nº 437) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012 Tese: I - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

II - Ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os condutores e cobradores de veículos rodoviários, empregados em empresas de transporte público coletivo urbano, é válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada, desde que garantida a redução da jornada para, no mínimo, sete horas diárias ou quarenta e duas semanais, não prorrogada, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 343 do TST

PENHORA. SUCESSÃO. ART. 100 DA CF/1988. EXECUÇÃO.

Observação: DJ 22/6/2004Tese: É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório. A decisão que a mantém não viola o art. 100 da CF/1988.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 344 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DECORRENTES DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.

PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

Observação: (mantida) Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/5/2011Tese: O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar nº 110, em 30.06.01, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 345 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA.

DEVIDO.

Observação: DJ 22/6/2005. - Entendimento reafirmado no IRR nº 248.
IRR-248

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA.

DEVIDO. (RR-0010502-73.2022.5.03.0048, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min.

Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho nos 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, "caput", e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria nº 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade.Tese: A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho nºs 3.393, de 17.12.1987, e 518, de 07.04.2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, "caput", e inciso VI, da CLT. No período de 12.12.2002 a 06.04.2003, enquanto vigeu a Portaria nº 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 346 do TST

ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA. NATUREZA INDENIZATÓRIA. CONCESSÃO APENAS AOS EMPREGADOS EM ATIVIDADE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: DJ 25/4/2007Tese: A decisão que estende aos inativos a concessão de abono de natureza jurídica indenizatória, previsto em norma coletiva apenas para os empregados em atividade, a ser pago de uma única vez, e confere natureza salarial à parcela, afronta o art. 7º, XXVI, da CF/1988.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 347 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA. LEI Nº 7.369, DE

20.09.1985, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 93.412, DE 14.10.1986. EXTENSÃO DO DIREITO AOS CABISTAS, INSTALADORES E REPARADORES DE LINHAS E APARELHOS EM EMPRESA DE TELEFONIA.

Observação: DJ 25/4/2007.Tese: É devido o adicional de periculosidade aos empregados cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos de empresas de telefonia, desde que, no exercício de suas funções, fiquem expostos a condições de risco equivalente ao do trabalho exercido em contato com sistema elétrico de potência.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 348 do TST
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR LÍQUIDO. LEI Nº 1.060, DE 05.02.1950 .

Observação: DJ 25/4/2007Tese: Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060, de 05.02.1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 349 do TST
MANDATO. JUNTADA DE NOVA PROCURAÇÃO. AUSÊNCIA DE RESSALVA. EFEITOS.

Observação: DJ 25/4/2007.Tese: A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 350 do TST
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO NÃO SUSCITADA PELO ENTE PÚBLICO NO MOMENTO DA DEFESA. ARGUIÇÃO EM PARECER. POSSIBILIDADE

Observação: (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJERR 526538/1999.2) - Res. 162/2009, DEJT divulgado em 23, 24 e 25/11/2009Tese: O Ministério Público do Trabalho pode arguir, em parecer, na primeira vez que tenha de se manifestar no processo, a nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, ainda que a parte não a tenha suscitado, a qual será apreciada, sendo vedada, no entanto, qualquer dilação probatória.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 351 do TST
MULTA. ART. 477, § 8º, DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS RECONHECIDAS EM JUÍZO.

Observação: (cancelada)- Res. 163/2009, DEJT divulgado em 23, 24 e 25/11/2009Tese: Incabível a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, quando houver fundada controvérsia quanto à existência da obrigação cujo inadimplemento gerou a multa. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 352 do TST
PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. RECURSO DE REVISTA FUNDAMENTADO EM CONTRARIEDADE A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. INADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 6º, DA CLT, ACRESCENTADO PELA LEI Nº 9.957, DE 12.01.2000.

Observação: (cancelada em decorrência da conversão na Súmula nº 442) § Res. 186/2012, DEJT

divulgado em 25, 26 e 27/9/2012. Tese: Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 353 do TST
EQUIPARAÇÃO SALARIAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ART. 37, XIII, DA CF/1988. POSSIBILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 455) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014 Tese: À sociedade de economia mista não se aplica a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, ao contratar empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 354 do TST
INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º, DA CLT. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL.

Observação: (cancelada em decorrência da conversão no item III da Súmula nº 437) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012 Tese: Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 355 do TST
INTERVALO INTERJORNADAS. INOBSERVÂNCIA. HORAS EXTRAS. PERÍODO PAGO COMO SOBREJORNADA. ART. 66 DA CLT. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO § 4º DO ART. 71 DA CLT.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025 Tese: O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula nº 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 356 do TST
PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV). CRÉDITOS TRABALHISTAS RECONHECIDOS EM JUÍZO. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: DJ 14/3/2008. Tese: Os créditos tipicamente trabalhistas reconhecidos em juízo não são suscetíveis de compensação com a indenização paga em decorrência de adesão do trabalhador a Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV). Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 357 do TST
RECURSO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO IMPUGNADO.

EXTEMPORANEIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 434) § Res. 178/2012, DEJT divulgado em 13, 14 e 15/2/2012 Tese: É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 358 do TST

SALÁRIO MÍNIMO E PISO SALARIAL PROPORCIONAL À JORNADA REDUZIDA. EMPREGADO. SERVIDOR PÚBLICO.

Observação: (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.02.2016) - Res. 202/2016, DEJT divulgado em 19, 22 e 23/2/2016. Tese: I - Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

II § Na Administração Pública direta, autárquica e fundacional não é válida remuneração de empregado público inferior ao salário mínimo, ainda que cumpra jornada de trabalho reduzida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 359 do TST

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO.

Observação: DJ 14/3/2008. Tese: A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima § ad causam § Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 360 do TST

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. DOIS TURNOS. HORÁRIO DIURNO E NOTURNO. CARACTERIZAÇÃO.

Observação: DJ 14/3/2008. Tese: Faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988 o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, pois submetido à alternância de horário prejudicial à saúde, sendo irrelevante que a atividade da empresa se desenvolva de forma ininterrupta. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 361 do TST

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. UNICIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS SOBRE TODO O PERÍODO.

Observação: DJ 20, 21 e 23/5/2008. Tese: A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 362 do TST

CONTRATO NULO. EFEITOS. FGTS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.164-41, DE 24.08.2001, E ART. 19-A DA LEI Nº 8.036, DE 11.05.1990. IRRETROATIVIDADE.

Observação: DJ 20, 21 e 23/5/2008.Tese: Não afronta o princípio da irretroatividade da lei a aplicação do art. 19-A da Lei nº 8.036, de 11.05.1990, aos contratos declarados nulos celebrados antes da vigência da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.08.2001.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 363 do TST
DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS. CONDENAÇÃO DO EMPREGADOR EM RAZÃO DO INADIMPLENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADO PELO PAGAMENTO. ABRANGÊNCIA.

Observação: (cancelada em decorrência da aglutinação da sua parte final ao item II da Súmula nº 368 do TST) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - Republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017. 12, 13 e 14/7/2017Tese: A responsabilidade pelo recolhimento das contribuições social e fiscal, resultante de condenação judicial referente a verbas remuneratórias, é do empregador e incide sobre o total da condenação. Contudo, a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 364 do TST
ESTABILIDADE. ART. 19 DO ADCT. SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.

Observação: DJ 20, 21 e 23/5/2008.Tese: Fundação instituída por lei e que recebe dotação ou subvenção do Poder Público para realizar atividades de interesse do Estado, ainda que tenha personalidade jurídica de direito privado, ostenta natureza de fundação pública. Assim, seus servidores regidos pela CLT são beneficiários da estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 365 do TST
ESTABILIDADE PROVISÓRIA. MEMBRO DE CONSELHO FISCAL DE SINDICATO. INEXISTÊNCIA.

Observação: (DJ 20, 21 e 23/5/2008). - Entendimento reafirmado no IRR nº 221.
IRR-221 ESTABILIDADE PROVISÓRIA. MEMBRO DE CONSELHO FISCAL DE SINDICATO.

(RR-0000129-28.2023.5.05.0036, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade prevista nos arts. 543, §3º, da CLT e 8º, VIII, da Constituição da República de 1988, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato (art. 522, § 2º, da CLT).Tese: Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade prevista nos arts. 543, § 3º, da CLT e 8º, VIII, da CF/1988, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato (art. 522, § 2º, da CLT). Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 366 do TST
ESTAGIÁRIO. DESVIRTUAMENTO DO CONTRATO DE ESTÁGIO. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA ou INDIRETA. PERÍODO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: DJ 20, 21 e 23/5/2008.Tese: Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37,

II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula nº 363 do TST, se requeridas. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 367 do TST

AVISO PRÉVIO DE 60 DIAS. ELASTECIMENTO POR NORMA COLETIVA. PROJEÇÃO. REFLEXOS NAS PARCELAS TRABALHISTAS.

Observação: DEJT divulgado em 3, 4 e 5/12/2008 Tese: O prazo de aviso prévio de 60 dias, concedido por meio de norma coletiva que silencia sobre alcance de seus efeitos jurídicos, computa-se integralmente como tempo de serviço, nos termos do § 1º do art. 487 da CLT, repercutindo nas verbas rescisórias. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 368 do TST

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PARCELAS INDENIZATÓRIAS. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR TOTAL.

Observação: DEJT divulgado em 3, 4 e 5/12/2008 Tese: É devida a incidência das contribuições para a Previdência Social sobre o valor total do acordo homologado em juízo, independentemente do reconhecimento de vínculo de emprego, desde que não haja discriminação das parcelas sujeitas à incidência da contribuição previdenciária, conforme parágrafo único do art. 43 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, e do art. 195, I, da CF/1988. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 369 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DELEGADO SINDICAL. INAPLICÁVEL.

Observação: DEJT divulgado em 3, 4 e 5/12/2008. - Entendimento reafirmado no IRR nº 237.
IRR-237 ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DELEGADO SINDICAL. INAPLICÁVEL.

(RR-0001312-16.2023.5.09.0006, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da Constituição da República de 1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo. Tese: O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 370 do TST

FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPTÃO DECORRENTE DE PROTESTOS JUDICIAIS.

Observação: DEJT divulgado em 3, 4 e 5/12/2008. Tese: O ajuizamento de protesto judicial dentro do biênio posterior à Lei Complementar nº 110, de 29.06.2001, interrompe a prescrição, sendo irrelevante o transcurso de mais de dois anos da propositura de outra medida acautelatória, com o mesmo objetivo, ocorrida antes da vigência da referida lei, pois ainda não iniciado o prazo prescricional, conforme disposto na Orientação Jurisprudencial nº 344 da SBDI-1. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 371 do TST

IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. SUBSTABELECIMENTO NÃO DATADO.

INAPLICABILIDADE DO ART. 654, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ▯ Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26/4/2016. Tese: Não caracteriza a irregularidade de representação a ausência da data da outorga de poderes, pois, no mandato judicial, ao contrário do mandato civil, não é condição de validade do negócio jurídico. Assim, a data a ser considerada é aquela em que o instrumento for juntado aos autos, conforme preceitua o art. 409, IV, do CPC de 2015 (art. 370, IV, do CPC de 1973). Inaplicável o art. 654, § 1º, do Código Civil. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 372 do TST

MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. LEI Nº 10.243, DE 19.06.2001. NORMA COLETIVA. FLEXIBILIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 449) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014 Tese: A partir da vigência da Lei nº 10.243, de 19.06.2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 373 do TST

REPRESENTAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. PROCURAÇÃO. INVALIDADE. IDENTIFICAÇÃO DO OUTORGANTE E DE SEU REPRESENTANTE .

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 456) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: undefined Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 374 do TST

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. REGULARIDADE. PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO COM CLÁUSULA LIMITATIVA DE PODERES AO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO.

Observação: (DEJT divulgado em 19, 20 e 22/4/2010). Tese: É regular a representação processual do subscritor do agravo de instrumento ou do recurso de revista que detém mandato com poderes de representação limitados ao âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, pois, embora a apreciação desse recurso seja realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a sua interposição é ato praticado perante o Tribunal Regional do Trabalho, circunstância que legitima a atuação do advogado no feito. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 375 do TST

AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. CONTAGEM.

Observação: DEJT divulgado em 19, 20 e 22/4/2010. - Entendimento reafirmado no IRR nº 268.
IRR-268 AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. PRESCRIÇÃO. (RR-0100050-57.2022.5.01.0051, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário. Tese: A suspensão do contrato de trabalho, em virtude

da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao

Judiciário.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 376 do TST

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR HOMOLOGADO.

Observação: DEJT divulgado em 19, 20 e 22/4/2010Tese: É devida a contribuição previdenciária sobre o valor do acordo celebrado e homologado após o trânsito em julgado de decisão judicial, respeitada a proporcionalidade de valores entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória e as parcelas objeto do acordo.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 377 do TST

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO DE REVISTA EXARADO POR PRESIDENTE DO TRT. DESCABIMENTO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL.

Observação: (cancelada a partir de 15 de abril de 2016) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21/3/2016.Tese: Não cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista, não tendo o efeito de interromper qualquer prazo recursal.

Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 378 do TST

EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ¶ Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26/4/2016Tese: Não encontra amparo no art. 894 da CLT, quer na redação anterior quer na redação posterior à Lei n.º 11.496, de 22.06.2007, recurso de embargos interposto à decisão monocrática exarada nos moldes do art. 932 do CPC de 2015 (art. 557 do CPC de 1973) e 896, § 5º, da CLT, pois o comando legal restringe seu cabimento à pretensão de reforma de decisão colegiada proferida por Turma do Tribunal Superior do Trabalho.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 379 do TST

EMPREGADO DE COOPERATIVA DE CRÉDITO. BANCÁRIO. EQUIPARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Observação: DEJT divulgado em 29, 30 e 31/3/2017Tese: Os empregados de cooperativas de crédito não se equiparam a bancário, para efeito de aplicação do art. 224 da CLT, em razão da inexistência de expressa previsão legal, considerando, ainda, as diferenças estruturais e operacionais entre as instituições financeiras e as cooperativas de crédito. Inteligência das Leis n.os 4.595, de 31.12.1964, e 5.764, de 16.12.1971.Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 380 do TST

INTERVALO INTRAJORNADA. JORNADA CONTRATUAL DE SEIS HORAS DIÁRIAS.

PRORROGAÇÃO HABITUAL. APLICAÇÃO DO ART. 71, "CAPUT" E § 4º, DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da conversão no item IV da Súmula nº 437) - Res. 186/2012. DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012.Tese: Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído

como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, § 4º, da CLT. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 381 do TST
INTERVALO INTRAJORNADA. RURÍCOLA. LEI N.º 5.889, DE 08.06.1973. SUPRESSÃO TOTAL OU PARCIAL. DECRETO N.º 73.626, DE 12.02.1974. APLICAÇÃO DO ART. 71, § 4º, DA CLT.
Observação: (cancelada em decorrência da aglutinação ao item I da Súmula nº 437) § Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012 Tese: A não concessão total ou parcial do intervalo mínimo intrajornada de uma hora ao trabalhador rural, fixado no Decreto n.º 73.626, de 12.02.1974, que regulamentou a Lei n.º 5.889, de 08.06.1973, acarreta o pagamento do período total, acrescido do respectivo adicional, por aplicação subsidiária do art. 71, § 4º, da CLT. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 382 do TST
JUROS DE MORA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494, DE 10.09.1997. INAPLICABILIDADE À FAZENDA PÚBLICA QUANDO CONDENADA SUBSIDIARIAMENTE.
Observação: (DEJT divulgado em 19, 20 e 22/4/2010). Tese: A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997. Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 383 do TST
TERCEIRIZAÇÃO. EMPREGADOS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E DA TOMADORA. ISONOMIA. ART. 12, "A", DA LEI Nº 6.019, DE 03.01.1974.
Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025 Tese: A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções. Aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019, de 03.01.1974. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 384 do TST
TRABALHADOR AVULSO. PRESCRIÇÃO BIENAL. TERMO INICIAL.
Observação: (cancelada) - Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27/9/2012 Tese: É aplicável a prescrição bienal prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição de 1988 ao trabalhador avulso, tendo como marco inicial a cessação do trabalho ultimado para cada tomador de serviço. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 385 do TST
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DEVIDO. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO. CONSTRUÇÃO VERTICAL.
Observação: DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010 Tese: É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício (construção vertical),

seja em pavimento igual ou distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como área de risco toda a área interna da construção vertical. Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 386 do TST
FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 450) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 387 do TST
HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. RESPONSABILIDADE DA UNIÃO PELO PAGAMENTO. RESOLUÇÃO Nº 35/2007 DO CSJT. OBSERVÂNCIA.
Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 457) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita, observado o procedimento disposto nos arts. 1º, 2º e 5º da Resolução n.º 35/2007 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT. Situação: CANCELADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 388 do TST
JORNADA 12X36. JORNADA MISTA QUE COMPREENDA A TOTALIDADE DO PERÍODO NOTURNO. ADICIONAL NOTURNO. DEVIDO.
Observação: DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010. Tese: O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã. Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 389 do TST
Multa prevista no art. 1.021, §§ 4º e 5º, do CPC de 2015. Art. 557, § 2º, do CPC de 1973. Recolhimento. Pressuposto recursal. Beneficiário da justiça gratuita e Fazenda Pública. Pagamento ao final.
Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 1, 2 e 3/6/2016. Tese: Constitui ônus da parte recorrente, sob pena de deserção, depositar previamente a multa aplicada com fundamento nos §§ 4º e 5º, do art. 1.021, do CPC de 2015 (§ 2º do art. 557 do CPC de 1973), à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de justiça gratuita, que farão o pagamento ao final. Situação: ALTERADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 390 do TST
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. RESCISÃO CONTRATUAL ANTERIOR À DATA DA DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS. PAGAMENTO PROPORCIONAL AOS MESES TRABALHADOS.

PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 451) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: Fere o princípio da isonomia instituir vantagem mediante acordo coletivo ou norma regulamentar que condiciona a percepção da parcela participação nos lucros e resultados ao fato de estar o contrato de trabalho em vigor na data prevista para a distribuição dos lucros. Assim, inclusive na rescisão contratual antecipada, é devido o pagamento da parcela de forma proporcional aos meses trabalhados, pois o ex-empregado concorreu para os resultados positivos da empresa. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 391 do TST

PORTUÁRIOS. SUBMISSÃO PRÉVIA DE DEMANDA A COMISSÃO PARITÁRIA. LEI N.º 8.630, DE 25.02.1993. INEXIGIBILIDADE.

Observação: (DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010). Tese: A submissão prévia de demanda a comissão paritária, constituída nos termos do art. 23 da Lei nº 8.630, de 25.02.1993 (Lei dos Portos), não é pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, ante a ausência de previsão em lei. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 392 do TST

PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO. AJUIZAMENTO DE PROTESTO JUDICIAL. MARCO INICIAL.

Observação: (republicada em razão de erro material) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 1, 2 e 3/6/2016. Tese: O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT e do art. 15 do CPC de 2015. O ajuizamento da ação, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 240 do CPC de 2015 (§ 2º do art. 219 do CPC de 1973), incompatível com o disposto no art. 841 da CLT. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 393 do TST

PROFESSOR. JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL. ART. 318 DA CLT. SALÁRIO MÍNIMO. PROPORCIONALIDADE.

Observação: DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010. Tese: A contraprestação mensal devida ao professor, que trabalha no limite máximo da jornada prevista no art. 318 da CLT, é de um salário mínimo integral, não se cogitando do pagamento proporcional em relação a jornada prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 394 do TST

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, AVISO PRÉVIO E DEPÓSITOS DO FGTS.

Observação: Nova redação - IncJulgRREmbRep-10169-57.2013.5.05.0024, Tribunal Pleno, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 31/03/2023. Tese: I - A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não se cogitando de *¿bis in idem¿* por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS;

II - O item I será aplicado às horas extras trabalhadas a partir de 20/3/2023. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 395 do TST

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. HORA NOTURNA REDUZIDA. INCIDÊNCIA.

Observação: DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010.Tese: O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 396 do TST

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ALTERAÇÃO DA JORNADA DE 8 PARA 6 HORAS DIÁRIAS. EMPREGADO HORISTA. APLICAÇÃO DO DIVISOR 180.

Observação: DEJT divulgado em 9, 10 e 11/6/2010.Tese: Para o cálculo do salário hora do empregado horista, submetido a turnos ininterruptos de revezamento, considerando a alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias, aplica-se o divisor 180, em observância ao disposto no art. 7º, VI, da Constituição Federal, que assegura a irredutibilidade salarial.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 397 do TST

COMMISSIONISTA MISTO. HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 340 DO TST.

Observação: (DEJT divulgado em 2, 3 e 4/8/2010).Tese: O empregado que recebe remuneração mista, ou seja, uma parte fixa e outra variável, tem direito a horas extras pelo trabalho em sobrejornada. Em relação à parte fixa, são devidas as horas simples acrescidas do adicional de horas extras. Em relação à parte variável, é devido somente o adicional de horas extras, aplicando-se à hipótese o disposto na Súmula n.º 340 do TST.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 398 do TST

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECOLHIMENTO DA ALÍQUOTA DE 20% A CARGO DO TOMADOR E 11% A CARGO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.

Observação: DEJT divulgado em 2, 3 e 4/8/2010. - Entendimento reafirmado no IRR nº 310.
IRR-310 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. (RR-0020563-51.2022.5.04.0731, Tribunal Pleno, publicado em 15.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991. Nem mesmo a previsão de que o valor ajustado refere-se a indenização civil afasta a incidência das contribuições devidas à Previdência Social.Tese: Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n.º 8.212, de 24.07.1991.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 399 do TST

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE GARANTIA NO EMPREGO. ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA.

Observação: (DEJT divulgado em 2, 3 e 4/8/2010). - Entendimento reafirmado no IRR nº 279.
IRR-279 AJUIZAMENTO APÓS TÉRMINO DO PERÍODO ESTABILITÁRIO. ABUSO DE DIREITO. (RR-0000144-63.2024.5.09.0096, Tribunal Pleno, publicado em 04.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da Constituição da República de 1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estável.Tese: O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estável.Situação: CRIADA
[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 400 do TST

IMPOSTO DE RENDA. BASE DE CÁLCULO. JUROS DE MORA. NÃO INTEGRAÇÃO. ART. 404 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

Observação: DEJT divulgado em 2, 3 e 4/8/2010Tese: Os juros de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação de pagamento em dinheiro não integram a base de cálculo do imposto de renda, independentemente da natureza jurídica da obrigação inadimplida, ante o cunho indenizatório conferido pelo art. 404 do Código Civil de 2002 aos juros de mora.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 401 do TST

PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. AÇÃO CONDENATÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DECLARATÓRIA COM MESMA CAUSA DE PEDIR REMOTA AJUIZADA ANTES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Observação: DEJT divulgado em 2, 3 e 4/8/2010Tese: O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é o trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato de trabalho.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 402 do TST

ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. TERMINAL PRIVATIVO. ARTS. 14 E 19 DA LEI N.º 4.860, DE 26.11.1965. INDEVIDO.

Observação: (mantida) ¶ Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/5/2011Tese: O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 403 do TST

ADVOGADO EMPREGADO. CONTRATAÇÃO ANTERIOR A LEI Nº 8.906, de 04.07.1994. JORNADA DE TRABALHO MANTIDA COM O ADVENTO DA LEI. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. CARACTERIZAÇÃO.

Observação: DEJT divulgado em Tese: O advogado empregado contratado para jornada de 40 horas semanais, antes da edição da Lei nº 8.906, de 04.07.1994, está sujeito ao regime de dedicação exclusiva disposto no art. 20 da referida lei, pelo que não tem direito à jornada de 20 horas semanais ou 4 diárias. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 404 do TST

DIFERENÇAS SALARIAIS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 452) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 405 do TST

EMBARGOS. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONHECIMENTO. RECURSO INTERPOSTO APÓS VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496, DE 22.06.2007, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO ART. 894, II, DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 458) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: Em causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, em que pese a limitação imposta no art. 896, § 6º, da CLT à interposição de recurso de revista, admite-se os embargos interpostos na vigência da Lei nº 11.496, de 22.06.2007, que conferiu nova redação ao art. 894 da CLT, quando demonstrada a divergência jurisprudencial entre Turmas do TST, fundada em interpretações diversas acerca da aplicação de mesmo dispositivo constitucional ou de matéria sumulada. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 406 do TST

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PAGAMENTO ESPONTÂNEO. CARACTERIZAÇÃO DE FATO INCONTROVERSO. DESNECESSÁRIA A PERÍCIA DE QUE TRATA O ART. 195 DA CLT.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 453) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014. Tese: O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 407 do TST

JORNALISTA. EMPRESA NÃO JORNALÍSTICA. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. ARTS. 302 E 303 DA CLT.

Observação: DEJT divulgado em 22, 25 e 26/10/2010. - Entendimento reafirmado no IRR nº 244.
IRR-244 JORNALISTA. EMPRESA NÃO JORNALÍSTICA. JORNADA DE TRABALHO REDUZIDA. ARTS. 302 E 303 DA CLT. (RR-0010376-75.2023.5.03.0181, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
O jornalista que exerce funções típicas de sua profissão, independentemente do ramo de atividade do empregador, tem direito à jornada reduzida prevista no artigo 303 da CLT. Tese: O jornalista que exerce funções típicas de sua profissão, independentemente do ramo de atividade do empregador, tem direito à jornada

reduzida prevista no artigo 303 da CLT. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 408 do TST

JUROS DE MORA. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUCESSÃO TRABALHISTA.

Observação: DEJT divulgado em 22, 25 e 26/10/2010. Tese: É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 409 do TST

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECOLHIMENTO. PRESSUPOSTO RECURSAL. INEXIGIBILIDADE.

Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 1, 2 e 3/6/2016. Tese: O recolhimento do valor da multa imposta como sanção por litigância de má-fé (art. 81 do CPC de 2015 e art. 18 do CPC de 1973) não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 410 do TST

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. CONCESSÃO APÓS O SÉTIMO DIA CONSECUTIVO DE TRABALHO. ART. 7º, XV, DA CF. VIOLAÇÃO.

Observação: DEJT divulgado em 22, 25 e 26/10/2010. - Entendimento reafirmado no IRR nº 265. IRR-265 REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. CONCESSÃO APÓS O SÉTIMO DIA CONSECUTIVO DE TRABALHO. ART. 7º, XV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988.

VIOLAÇÃO. (RR-0021028-71.2022.5.04.0404, Tribunal Pleno, publicado em 22.08.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga) Viola o art. 7º, XV, da Constituição da República de 1988 a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro. Tese: Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 411 do TST

SUCESSÃO TRABALHISTA. AQUISIÇÃO DE EMPRESA PERTENCENTE A GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SUCESSOR POR DÉBITOS TRABALHISTAS DE EMPRESA NÃO ADQUIRIDA. INEXISTÊNCIA.

Observação: DEJT divulgado em 22, 25 e 26/10/2010. Tese: O sucessor não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 412 do TST

AGRAVO INTERNO OU AGRAVO REGIMENTAL. INTERPOSIÇÃO EM FACE DE DECISÃO COLEGIADA. NÃO CABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL.

Observação: (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 1, 2 e 3/6/2016. Tese: É incabível agravo interno (art. 1.021 do CPC de 2015, art. 557, §1º, do CPC de 1973) ou agravo regimental (art. 235 do RITST) contra decisão proferida por Órgão colegiado. Tais recursos destinam-se, exclusivamente, a impugnar decisão monocrática nas hipóteses previstas. Inaplicável, no caso, o princípio da fungibilidade ante a configuração de erro grosseiro. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 413 do TST

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. ALTERAÇÃO DA NATUREZA jurídica. NORMA COLETIVA OU ADESÃO AO PAT.

Observação: DEJT divulgado em 14, 15 e 16/2/2012 Tese: A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba de auxílio-alimentação ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas n.os 51, I, e 241 do TST. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 414 do TST

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXECUÇÃO DE OFÍCIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL REFERENTE AO SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO (SAT). ARTS. 114, VIII, E 195, I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

Observação: (cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula nº 454) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014 Tese: Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIII, e 195, I, da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (arts. 11 e 22 da Lei nº 8.212/1991). Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 415 do TST

HORAS EXTRAS. RECONHECIMENTO EM JUÍZO. CRITÉRIO DE DEDUÇÃO/ABATIMENTO DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS NO CURSO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Observação: DEJT divulgado em 14, 15 e 16/2/2012. - Entendimento reafirmado no IRR nº 252.
IRR-252 HORAS EXTRAORDINÁRIAS. RECONHECIMENTO EM JUÍZO. CRITÉRIO DE DEDUÇÃO/ABATIMENTO DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS NO CURSO DO CONTRATO DE TRABALHO. (RR-0011171-38.2022.5.15.0131, Tribunal Pleno, publicado em 02.09.2025, rel. Min. Aloysio Silva Corrêa da Veiga)
A dedução das horas extraordinárias comprovadamente pagas daquelas reconhecida sem juízo não pode ser limitada ao mês de apuração, devendo ser integral e aferida pelo total das horas extraordinárias quitadas durante o período imprescrito do contrato de trabalho. Tese: A dedução das horas extras comprovadamente pagas daquelas reconhecidas em juízo não pode ser limitada ao mês de apuração, devendo ser integral e aferida pelo total das horas extraordinárias quitadas durante o período imprescrito do contrato de trabalho. Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 416 do TST

IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO. ORGANIZAÇÃO OU ORGANISMO INTERNACIONAL.

Observação: (DEJT divulgado em 14, 15 e 16.02.2012) (mantida conforme julgamento do processo TST-E-RR-61600-41.2003.5.23.0005 pelo Tribunal Pleno em

23.05.2016).Tese: As organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 417 do TST

PRESCRIÇÃO. RURÍCOLA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 28, DE 26.05.2000. CONTRATO DE TRABALHO EM CURSO.

Observação: DEJT divulgado em 14, 15 e 16/2/2012.Tese: Não há prescrição total ou parcial da pretensão do trabalhador rural que reclama direitos relativos a contrato de trabalho que se encontrava em curso à época da promulgação da Emenda Constitucional nº 28, de 26.05.2000, desde que ajuizada a demanda no prazo de cinco anos de sua publicação, observada a prescrição bienal.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 418 do TST

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. APROVAÇÃO POR INSTRUMENTO COLETIVO. AUSÊNCIA DE ALTERNÂNCIA DE CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO.

Observação: Cancelada por perda de eficácia a partir de 11.11.2017, pela Lei 13.467/2017 - Res. 225/2025, divulgada em 30.06, 1º e 02.07.2025Tese: Não constitui óbice à equiparação salarial a existência de plano de cargos e salários que, referendado por norma coletiva, prevê critério de promoção apenas por merecimento ou antiguidade, não atendendo, portanto, o requisito de alternância dos critérios, previsto no art. 461, § 2º, da CLT. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 419 do TST

ENQUADRAMENTO. EMPREGADO QUE EXERCE ATIVIDADE EM EMPRESA AGROINDUSTRIAL. DEFINIÇÃO PELA ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA.

Observação: (cancelada) - Res. 200/2015, DEJT divulgado em 29/10/2015, 3 e 4/11/2015.Tese: Considera-se rurícola, a despeito da atividade exercida, empregado que presta serviços a empregador agroindustrial (art. 3º, § 1º, da Lei nº 5.889, de 08.06.1973), visto que, neste caso, é a atividade preponderante da empresa que determina o enquadramento. Situação: CANCELADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 420 do TST

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ELASTECIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO. NORMA COLETIVA COM EFICÁCIA RETROATIVA. INVALIDADE.

Observação: DEJT divulgado em 28, 29/6/2012 e 2/7/2012.Tese: É inválido o instrumento normativo que, regularizando situações pretéritas, estabelece jornada de oito horas para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.Situação: CRIADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)

Orientação Jurisprudencial nº 421 do TST

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO OU DE DOENÇA PROFISSIONAL. AJUIZAMENTO PERANTE A JUSTIÇA COMUM ANTES DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

45/2004. POSTERIOR REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 85 DO CPC DE 2015. ART. 20 DO CPC DE 1973. INCIDÊNCIA.

Observação: (atualizada em decorrência do CPC de 2015) ▯ Res. 208/2016, DEJT divulgado em 22, 25 e 26/4/2016. Tese: A condenação em honorários advocatícios nos autos de ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ou de doença profissional, remetida à Justiça do Trabalho após ajuizamento na Justiça comum, antes da vigência da Emenda Constitucional nº 45/2004, decorre da mera sucumbência, nos termos do art. 85 do CPC de 2015 (art. 20 do CPC de 1973), não se sujeitando aos requisitos da Lei nº 5.584/1970. Situação: ALTERADA

[Inteiro teor no formato HTML](#)